



Dissertação Mestrado em Controlo de Gestão

**Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas
Portuguesas – Uma visão sobre o estado da arte e a
perceção dos Revisores Oficiais de Contas.**

Sónia Ferreira Gomes

Leiria, Maio de 2012

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.



Dissertação Mestrado em Controlo de Gestão

**Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas
Portuguesas – Uma visão sobre o estado da arte e a
perceção dos Revisores Oficiais de Contas.**

Sónia Ferreira Gomes

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Doutora Teresa Cristina
Pereira Eugénio, Professora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto
Politécnico de Leiria

Leiria, Maio de 2012

Agradecimentos

A elaboração de uma Dissertação é sem dúvida um projeto individual, contudo não o é possível realizar individualmente e ao longo do seu desenvolvimento foram muitas as pessoas que de uma forma ou de outra, contribuíram para a sua realização. Desta forma gostaria de manifestar o meu agradecimento a todos os que me ajudaram.

À minha orientadora Prof. Doutora Teresa Cristina Pereira Eugénio, pela escolha do tema, pelo apoio e incentivo que me deu e pelos conhecimentos que me transmitiu durante todo este período.

À Dr.^a Tatiana Faustino Santos, pelos conselhos, colaboração e pelo apoio com a realização dos questionários.

À Prof. Doutora Liliana Marques Pimentel, pela colaboração e apoio com a realização dos procedimentos estatísticos efetuados neste trabalho.

À colaboração e disponibilidade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

A todos os Revisores Oficiais de Contas que participaram no inquérito e contribuíram para a realização deste estudo.

À colaboração de todas as empresas que disponibilizaram elementos quando os mesmos não eram de acesso público.

Aos vários professores que participaram na parte curricular do mestrado, pela informação e ensinamentos dados, nas várias áreas lecionadas.

A todos os amigos em geral, mas em especial, a uma amiga, Marta Silva, que não só durante a realização deste trabalho mas durante muitos anos me tem ajudado e incentivado, e a todos os colegas de trabalho, pelo apoio dado e pela solidariedade demonstrada.

À minha família pelo acompanhamento, paciência e todo o apoio que me deram ao longo deste trabalho.

Finalmente ao Jorge, que esteve sempre ao meu lado, um muito obrigado pelo incentivo, paciência, pelo apoio incondicional e pela tranquilidade que me transmitiu.

Sumário

A elaboração de relatórios de sustentabilidade é um processo para a divulgação do desempenho económico, social e ambiental de uma organização empresarial. As empresas têm cada vez mais a preocupação em divulgar informação de Sustentabilidade e em resultado desta preocupação surge a auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade.

Este estudo de carácter exploratório foi desenvolvido através da análise aos relatórios e contas anuais publicados nos anos de 2008, 2009 e 2010 e aos relatórios de sustentabilidade dos mesmos anos.

Em três ensaios distintos pretende-se, com o primeiro e abrangendo 117 empresas, efetuar um enquadramento do estado da arte sobre Auditoria dos Relatórios de Sustentabilidade em Portugal, num segundo momento, e considerando 66 empresas pretende-se realizar a caracterização das empresas que recorrem à verificação externa dos Relatórios de Sustentabilidade e num terceiro momento, determinar a perceção dos Revisores Oficiais de Contas sobre a auditoria dos Relatórios de Sustentabilidade.

Palavras-Chave: Publicação, Relatório de Sustentabilidade, Auditoria, Verificação, *Assurance*, Relatório de Verificação.

Abstract

The sustainability reporting is a process for disclosure economic, social and environmental performance of an organization. Companies are increasing their concern in disclosing Sustainability information and as a result of this concern arises the need to audit sustainability reports.

This exploratory study was developed by analyzing the annual reports and accounts published in the years 2008, 2009 and 2010 and the sustainability reports of the same year.

In three separate assays intended, with the first, covering 117 companies, making a framework of the state of the art on Audit of Sustainability Reports in Portugal, second, and considering 66 companies intend to perform the characterization of firms using for external verification of sustainability reports and a third moment to determine the perception of Statutory Auditors on the audit of sustainability reports.

Key words: *Publish, Sustainability Report, Auditing, Verification, Assurance, Verification Report.*

Índice de Figuras

Figura 1 - Evolução da verificação aos Relatórios de Sustentabilidade a nível mundial	4
Figura 2 - Percentagem de empresas do mundo que procuram auditar os RS	18
Figura 3 - Evolução da Aplicação do GRI	20
Figura 4 - Níveis de Aplicação do GRI.....	21
Figura 5 - Crescimento relativo dos Relatórios de Auditoria (% dos CSR Reports)	49

Índice de Gráficos

Gráfico 1 -Incluindo Informação de empresas Internacionais e Multinacionais	42
Gráfico 2 - Excluindo Informação de empresas Internacionais e Multinacionais	42
Gráfico 3 - Periodicidade da Publicação	43
Gráfico 4 - Relatórios Publicados por Setor de Atividade	44
Gráfico 5 - Relatórios de Sustentabilidade publicados com auditoria das empresas do PSI20.....	45
Gráfico 6 - Número de novas publicações de Relatórios de Sustentabilidade	46
Gráfico 7 - Tipo de relatório.....	47
Gráfico 8 - Elaboração dos Relatórios segundo as diretrizes GRI	47
Gráfico 9 - Relatórios com Verificação Externa Independente.....	48
Gráfico 10 - Nível de Aplicação do GRI.....	50
Gráfico 11 - Normas de Verificação	51
Gráfico 12 - Responsáveis pela Verificação dos RS.....	52
Gráfico 13 - Grau Académico.....	74
Gráfico 14 - Área de formação Académica	74
Gráfico 15 - Itens divulgados num Relatório de Sustentabilidade	78
Gráfico 16 - Responsáveis pela elaboração do RS	80

Índice de Quadros

Quadro 1 - Título do Relatório de Auditoria	53
Quadro 2 - Estrutura do Relatório de Auditoria	54
Quadro 3 - Procedimentos de Auditoria	55
Quadro 4 - Quadro de Frequências	58
Quadro 5 - Análise Descritiva das Variáveis	60
Quadro 6 - Coeficiente de Correlação Linear	62
Quadro 7 - Teste QI Quadrado Verificação Externa vs Setor de Atividade	64
Quadro 8 - Teste QI Quadrado Verificação Externa vs PSI20	65
Quadro 9 - Teste QI Quadrado Verificação Externa vs Características da empresa	66
Quadro 10 - Teste QI Quadrado Verificação Externa vs Nº. Colaboradores	67
Quadro 11 - Regressão Logística	70
Quadro 12 - Anos de atividade profissional	75
Quadro 13 - Tipo de empresa em que é desenvolvida a atividade profissional	76
Quadro 14 - Informação dos ROC's sobre o estado da arte	81
Quadro 15 - Melhorias apontadas pelos Auditores	82
Quadro 16 - Informação sobre as auditorias efetuadas	82
Quadro 17 - Normas utilizadas para a verificação dos Relatórios	83
Quadro 18 - Procedimentos adotados para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade	84

Índice de Anexos

Anexo 1 - Informação sobre relatórios de Auditoria das 117 empresas em estudo	2
Anexo 2 - Assurance Statement das empresas com relatório de Auditoria no ano de 2010	13
Anexo 3 - Variáveis contabilísticas	16
Anexo 4 - Questionário	33

Lista de Abreviaturas

ASX	<i>Australian Securities Exchange</i>
BCSD Portugal	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
CSR	<i>Corporate Social Responsibility</i>
CERES	<i>Coalition for Environmentally Responsible Economies</i>
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>

EMAS	<i>Eco-Management and Audit Scheme</i>
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
FEE	<i>Fédération des Experts Comptables Européens</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IIA	<i>Institute of Internal Auditors</i>
ISAE	<i>International Standard on Assurance Engagements</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
JSE	<i>Johannesburg Securities Exchange</i>
LRI	<i>Likelihood Ratio Index</i>
OHSA	<i>Occupational Health and Safety Zone</i>
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
RC	Relatório e Contas
RLE	Resultado Líquido do Exercício
ROC's	Revisores Oficiais de Contas
RS	Relatório de Sustentabilidade
SA	<i>Social AccountAbility</i>
UNCHE	<i>United Nations Conference on the Human Environment</i>
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>

Índice

Agradecimentos	iii
Sumário	iv
<i>Abstract</i>	v
Índice de Figuras	vi
Índice de Gráficos	vi
Índice de Quadros	vii

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Índice de Anexos.....	vii
Lista de Abreviaturas.....	vii
Capítulo 1 – Introdução.....	1
1.1-Enquadramento Teórico do Estudo	1
1.2- Motivações pessoais e objetivos do estudo.....	6
1.3- Questões de Investigação.....	7
1.4- Estrutura da Tese.....	8
Capítulo 2 – Enquadramento Teórico	9
2.1- Sustentabilidade Empresarial.....	9
2.2- Relatórios de Sustentabilidade.....	11
2.3 - Verificação dos Relatórios de Sustentabilidade	15
2.4 – Normativos de Auditoria dos Relatórios de Sustentabilidade	19
2.4.1 - Global Reporting Initiative Guidelines.....	19
2.4.2 - AA1000 Assurance Standard (AA1000AS)	22
2.4.3 - ISAE 3000.....	23
2.5 - Estudos Empíricos, práticas e teorias	24
2.5.1 - Relato da Sustentabilidade empresarial e Auditoria	24
2.5.2 - Papel do auditor – Independência na verificação	27
2.5.3 - A atualidade em Portugal	30
Capítulo 3 – Estudo empírico	33
3.1- Objetivos e Hipóteses de Investigação	33
3.2- Metodologia e Dados	35
3.2.1 - Recolha de Dados.....	36
3.2.2 - Metodologia Utilizada	38
Capítulo 4 - Análise e discussão dos Resultados	41
4.1- Ensaio 1 “Estado da Arte” da Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade em Portugal.....	41
4.2- Ensaio 2 – Caracterização das empresas que recorrem á verificação externa dos seus Relatórios de Sustentabilidade.....	57
4.2.1 - Amostra	58
4.2.2 - Análise Univariada	59
Quadro 9 - Teste QI Quadrado Verificação Externa vs Características da empresa.....	66
4.2.3 - Análise Multivariada	68

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Quadro 11 - Regressão Logística	70
4.3- Ensaio 3 – Perceção dos Revisores Oficiais de Contas sobre Auditoria ao Relatórios de Sustentabilidade.....	73
Quadro 12 - Anos de atividade profissional.....	75
Quadro 13 - Tipo de empresa em que é desenvolvida a atividade profissional	76
Quadro 14 - Informação dos ROC's sobre o estado da arte.....	81
Quadro 15 - Melhorias apontadas pelos Auditores	82
Quadro 16 - Informação sobre as auditorias efetuadas	82
Quadro 18 - Procedimentos adotados para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade ..	84
5- Conclusões	87
Bibliografia	88
Webgrafia	93
Anexos.....	1

Capítulo 1 – Introdução

“Because of the growing pressure for greater corporate AccountAbility, I can foresee the day when in addition to the annual financial statements certified by independent accountants; corporations may be required to publish a social audit similarly certified”.

David Rockefeller, 1972 (Social Foresight, NYT)

1.1-Enquadramento Teórico do Estudo

Assistimos a uma constante mudança do mundo empresarial nas últimas décadas. Os graves problemas sociais e ambientais originados pela primeira vaga de empresas criadas no contexto da Revolução Industrial, foram consequência do rápido e desmesurado crescimento destas. Os grandes desenvolvimentos tecnológicos a que assistimos no âmbito das telecomunicações, na progressão dos transportes e respetivas vias e no âmbito da investigação e desenvolvimento encontraram o seu espaço de expansão no seio da globalização. É através desta expansão que assistimos à Terceira Vaga de empresas, que têm de lidar com uma legislação laboral e ambiental cada vez mais restrita e uma forte competição vigente no mercado, sendo cada vez mais importante a inovação para se manterem competitivas. As fortes pressões do mercado recaem sobre as empresas impelindo-as para a produção de produtos e serviços de elevada qualidade através da otimização de tempo de produção e entrega, não descurando, no entanto, a flexibilidade e as preocupações ambientais e sociais necessárias. Nesta nova geração, as empresas são *value-driven*, ou seja, colocam na sua estratégia empresarial as preocupações sociais e ambientais como objetivo de criação de valor para as suas estruturas empresariais (Dunphy, Griffiths, & Benn, 2003).

A Sustentabilidade aparece assim, como resposta aos imperativos legais impostos no âmbito dessas mesmas preocupações, levando a que as empresas desenvolvam uma estratégia e meios, de forma a retirar destas práticas um acréscimo de valor e oportunidades de inovação, aplicadas quer ao nível dos processos, quer ao nível do desenvolvimento de produto e serviços. O modelo de gestão anteriormente utilizado encarava o controlo de riscos ambientais como um custo adicional, uma vez que retirava capacidade financeira e diminuía

as expectativas dos seus *stakeholders*, (Demajoravic, 2001) ideia que começa a ficar desmistificada. O efeito da globalização económica levou a uma crescente aposta na informação, pois esta assume uma importância vital no processo de decisão, tendo em conta que as empresas cada vez mais, realizam as suas atividades num ambiente extremamente competitivo e complexo a uma escala global.

As crescentes preocupações das empresas sobre os temas sociais, ambientais e económicos que envolvem os *stakeholders*, levam a que as empresas independentemente do setor de atividade, adotem práticas com vista à promoção de um desempenho socialmente responsável. Um dos meios de divulgar este desempenho é através da publicação dos Relatórios de Sustentabilidade. A elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, segundo o *Global Reporting Initiative GRI* (2006), constitui uma prática de medição, divulgação e de responsabilidade das organizações face às diferentes partes interessadas, relativamente ao seu desempenho em termos ambientais, sociais e económicos. O Relatório de Sustentabilidade tem como objetivo transmitir de forma transparente os valores e princípios corporativos, as práticas de gestão e o desempenho da organização. Assim, este tipo de documento, deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho das organizações. Os Relatórios de Sustentabilidade são o resultado de um processo que visa identificar, mensurar e prestar contas sobre as ações das organizações com vista à sustentabilidade. As organizações têm em mãos um instrumento que possibilita dialogar e implantar um processo de melhoria contínua do desempenho rumo ao desenvolvimento sustentável.

O conceito de sustentabilidade tem três pilares: ambiental, social e económico designado por *Triple Bottom Line*¹. Não é um conceito meramente filantrópico com o objetivo de proteger o Ambiente e ajudar a Sociedade, mas sim uma estratégia que procura operar de modo rentável sem danificar recursos naturais, ecossistemas e tendo em atenção causas sociais direta ou indiretamente relacionadas com a atividade da empresa.

O desenvolvimento sustentável está cada vez mais presente na agenda das empresas que se posicionam como líderes no mercado. Cada empresa, face às suas circunstâncias

¹ Relatório Brundtland “O Nosso Futuro Comum” publicado em 1987 como resultado do trabalho desenvolvido pela “WCED – *World Commission on Environment and Development*”, uma comissão nomeada pelas Nações Unidas e presidida pela ex-primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland

particulares, estabelece a sua visão de sustentabilidade, procura desenvolver melhores práticas e com elas criar vantagens competitivas para o seu negócio. Neste processo contínuo de aprendizagem, a comunicação de resultados não financeiros ganhou uma importância vital para o sucesso das empresas, sendo os relatórios de sustentabilidade uma ferramenta privilegiada nesse sentido. Cada vez mais as empresas detêm a perceção dos benefícios dos Relatórios Ambientais e Sociais, também designados por Relatórios de Sustentabilidade.

Vários autores Bebbington & Gray, (2001); Kolk, (2004); Larrinaga, Archel, & Fernández, (2008); Larrinaga, Carrasco, Correa, Llena, & Moneva, (2002) defendem que as tendências indicam uma forma de comunicar as questões sociais e ambientais o que leva as empresas a produzirem relatórios sobre estes temas (Hacking & Guthrie, 2008) (KPMG, 2008). Segundo Alves, (2010) o Relatório de Sustentabilidade é um instrumento de informação sobre as atividades empresariais, promovendo o diálogo com a sociedade envolvente, respondendo ao desafio de comunicar os seus sucessos e a coerência ética das suas operações socioeconómicas. É o resultado documental das auditorias internas efetuadas de forma a avaliar e entender a gestão do empreendimento dentro dos critérios ambientais, sociais e económicos baseando-se nos indicadores de gestão estratégica definidos. Promove assim os valores, visão, avaliação de desempenho e resultado dos objetivos propostos no decorrer de cada ano. A análise das atividades da empresa é resumida neste relatório de uma forma quantitativa e qualitativa averiguando a mensuração dos objetivos definidos no ano anterior e seu cumprimento, preparando o planeamento para o ano seguinte. É o *report* clínico de todas as atividades desenvolvidas no âmbito social (colaboradores, famílias, educação), ambiental (impactos ambientais causados na comunidade envolvente) e económico (relacionamento fornecedores, clientes) tanto do foro interno, como externo.

Dado o impacto que este tipo de relato tem assumido e a necessidade da sua credibilidade, surge o *Assurance*² aos Relatórios de Sustentabilidade com o objetivo de analisar se estes transmitem de forma transparente os valores e princípios corporativos, as práticas de gestão e desempenho da empresa. A nível mundial e a nível nacional verifica-se um aumento na

² No caso de relatórios de sustentabilidade utiliza-se com frequência o termo auditoria, verificação ou *assurance*, para simplificação, neste estudo optou-se pela utilização dos três termos com o mesmo significado.

verificação desta informação, por entidades externas e um aumento das exigências das partes interessadas ao nível do desempenho sustentável.

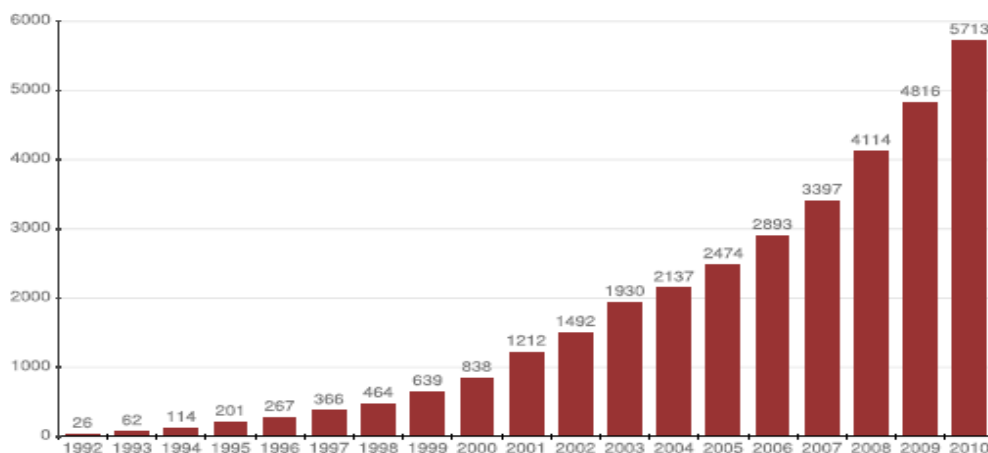


Figura 1 - Evolução da verificação aos Relatórios de Sustentabilidade a nível mundial

Fonte: www.corporateregister.com

Deste modo é necessário encontrar um equilíbrio entre as necessidades e expectativas das partes interessadas e a informação publicada, de forma a oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho da empresa.

Vários organismos profissionais se têm debruçado sobre este tema nomeadamente a FEE³ – *Fédération des Experts Comptables Européens / European Federation of Accountants*, que constituiu um grupo técnico para estudo da temática relativa ao desenvolvimento sustentável e tem emitido diversos documentos de trabalho sobre o *assurance* aos relatórios de sustentabilidade, nomeadamente: “*Benefits of Sustainability Assurance*” (Fevereiro de 2003) e “*Call for Action – Assurance for Sustainability*” (Junho de 2004).

Atualmente, são muitas as empresas que optam pela sua publicação, mas nem todas recorrem às suas verificações. Estudos recentes destacam a existência de falta de credibilidade face à não obrigatoriedade de verificação dos relatórios de sustentabilidade e à ausência de investigação profunda na análise dos processos pelos quais os relatórios de sustentabilidade são gerados (CPA, 2010; B. O’Dwyer, Owen, & Unerman, 2011; Shum, Chen, & Burritt, 2009). É importante e necessário que a sustentabilidade seja levada a sério

³ <http://www.fee.be/>

pelo setor empresarial e que a comunicação da sua performance seja entendida pelos *stakeholders* para que reconheçam os benefícios económicos que lhe estão associados. Os Relatórios de Sustentabilidade são o principal meio de comunicação e demonstração corporativa dos objetivos económicos, sociais e ambientais, políticas, atividades e performance aos parceiros internos e externos (Shum et al, 2009).

A KPMG (2005, 2008) define a sustentabilidade como “*relatórios que incluem informação quantitativa e qualitativa na sua performance financeira/económica, social/ética e ambiental de um modo equilibrado*”. A elaboração dos relatórios e sua verificação são neste momento totalmente voluntários, Shum et al. (2009) adverte para o facto de que o formato e conteúdo não são regulamentados e que a recolha da informação motivada pelos interesses próprios da organização pode ser omissa, influenciando a tomada de decisão dos utilizadores, com dados que não refletem a realidade exata da organização. O resultado, segundo O’Dwyer, (2002) é superficial, reativo e perde a significância do conceito da responsabilidade social corporativa. Os indicadores voluntários são utilizados como forma de legitimar uma performance pobre omitindo os impactos materiais nos relatórios de sustentabilidade (Adams & Kuasirikun, 2000). Com efeito, origina alguma desconfiança aos utilizadores dos RS sobre a validade do conteúdo dos mesmos. A falta de credibilidade, comparação e consistência são dos pontos mais criticados face ao carácter voluntário dos Relatórios de Sustentabilidade.

Não haverá um investimento forte por parte das empresas, nomeadamente de grande dimensão, na sustentabilidade sem que haja uma regulamentação obrigatória face à verificação e à identificação dos critérios de avaliação de forma a corresponderem às suas responsabilidades ambientais e sociais (Shum et al., 2009). De acordo com CPA (2010) e Shum et al, (2009), o aumento da credibilidade e confiança nos relatórios de sustentabilidade por parte, dos *stakeholders* e dos utilizadores só será estabelecida através da obrigatoriedade da verificação dos Relatórios de Sustentabilidade. Para este propósito ser atingido deve-se efetuar a identificação das forças que influenciam a decisão das empresas na preparação do Relatório de Sustentabilidade e sua verificação, o envolvimento do auditor na análise da informação e questionar a informação divulgada ao público (Shum et al, 2009).

1.2- Motivações pessoais e objetivos do estudo

A publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal é uma prática voluntária, contudo existe a obrigatoriedade de comunicar elementos associados a aspetos do desenvolvimento sustentável em países como a França, Alemanha e países nórdicos. (Mendes & Sardinha 2009).

Nesta dissertação será realizado um enquadramento do estado da arte sobre Auditoria dos Relatórios de Sustentabilidade em Portugal, num segundo momento a caracterização das empresas que recorrem à verificação externa dos Relatórios de Sustentabilidade e num terceiro momento, determinar a perceção dos Revisores Oficiais de Contas sobre a auditoria dos RS em Portugal.

A importância e a atualidade do tema, a curiosidade sobre a situação em Portugal e a pouca expressão de estudos e artigos dedicados a este tema, foram as principais razões que motivaram a elaboração do presente trabalho sobre a auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal. Constituindo uma oportunidade para compreender algumas das preocupações e motivações estratégicas, que hoje em dia, levam as empresas a publicarem os Relatórios de Sustentabilidade e a recorrerem a uma entidade externa para a sua verificação. Os Revisores Oficiais de Contas são um elemento fundamental neste estudo, e surge o interesse em obter respostas, em relação ao tema, sendo estes os principais responsáveis pela verificação dos Relatórios de Sustentabilidade, tal como se conclui na análise dos mesmos.

As empresas Portuguesas publicam cada vez mais informação relativa à Sustentabilidade e aumenta a necessidade de um consenso mais alargado sobre o formato do Relatório, o tipo de informação a publicar, os indicadores utilizados e a fiabilidade dos procedimentos de avaliação e auditoria. As empresas têm cada vez mais necessidade de aplicar os métodos e normas mais viáveis e esta questão consistiu num fator importante para o crescimento da publicação dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal. A necessidade de comunicação ligada à Sustentabilidade tem crescido, na medida em que as empresas procuram demonstrar o seu compromisso com a Sustentabilidade como um fator de

diferenciação face à concorrência. Surge igualmente uma questão da qual se debruça este estudo, a verificação/auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade. Os motivos que justificam a investigação deste tema prendem-se pela sua atualidade e relevância para as empresas. Por outro lado vem tentar colmatar a lacuna de estudos que versam esta questão para o contexto nacional. No contexto internacional já foram realizados alguns estudos como Ackers, (2009); B. O'Dwyer et al., (2011); Simnett, Vanstraelen, & Chua, (2009).

1.3- Questões de Investigação

Esta dissertação pretende ser um contributo para a investigação do tema da Sustentabilidade nas empresas em Portugal e em consequência a utilização de sistemas de comunicação compatíveis com a avaliação da sustentabilidade. Foram definidos 3 ensaios, no primeiro, o principal objetivo consiste em analisar a realidade e tendências desta temática no nosso país, determinar, das empresas Portuguesas quantas é que publicam Relatório de Sustentabilidade e as que procuram uma entidade externa independente para a verificação do seu Relatório, no decorrer dos anos 2008, 2009 e 2010. Pretende-se igualmente concluir qual o setor de atividade em Portugal que mais procura esta prática de elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade.

De todos os relatórios de sustentabilidade analisados surgem várias questões, entre elas a de determinar quais os normativos utilizados para a auditoria aos Relatórios e qual o nível de aplicação tendo como base o modelo de divulgação de sustentabilidade empresarial proposto pelo *Global Reporting Initiative (GRI)*. Fez parte do estudo determinar quais as normas de verificação utilizadas pelos auditores e identificar as principais entidades verificadoras, relaciona-las com as características das empresas e comparar os relatórios de verificação com o contexto internacional. Uma das questões em análise neste ensaio está intrínseca com os Relatórios de Auditoria e serão retirados elementos de cada um com o objetivo de caracterizar esta prática em Portugal.

No segundo ensaio os objetivos definidos foram determinar fatores explicativos sobre a procura de auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade, e relaciona-la com as características das empresas, aferindo qual o impacto de algumas variáveis na procura desta prática. As variáveis consideradas são, o Setor de Atividade, se é uma empresa Cotada em ou não, o

Total do Ativo, Total do Passivo, RLE, Volume de Negócios, EBITDA e Número de Colaboradores.

Considerou-se importante abordar diretamente as pessoas responsáveis pelo objetivo principal deste estudo, ou seja, a verificação aos Relatórios de Sustentabilidade e surge no 3º ensaio um questionário a um universo bastante restrito e específico, os ROC's. O objetivo deste questionário é perceber de que forma é que este tema é encarado e qual o envolvimento do auditor na análise da informação.

1.4- Estrutura da Tese

O presente trabalho encontra-se dividido em 5 capítulos em que o segundo capítulo contempla uma breve apresentação do tema e da sua evolução a nível internacional, europeia e nacional. Este capítulo compreende alguns aspetos relevantes e marcantes no enquadramento do trabalho a desenvolver, nomeadamente a verificação aos relatórios de Sustentabilidade e a evolução da sua publicação nas empresas.

Por sua vez no capítulo 3, fará parte o estudo empírico, as hipóteses de investigação, a metodologia, a recolha de dados e os testes estatísticos com a denominação. No capítulo 4 serão discutidos os resultados, tendo por base, a recolha de dados efetuada, os testes estatísticos realizados, a análise de resultados dos questionários e as conclusões do estudo. As conclusões, as limitações que afetaram o trabalho desenvolvido e pistas para trabalhos futuros, encerrarão esta dissertação, no Capítulo 5.

Capítulo 2 – Enquadramento Teórico

2.1- Sustentabilidade Empresarial

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” surgiu no início dos anos 70 por iniciativa do Clube de Roma com a publicação do livro “Os Limites do Conhecimento” (Meadows, Randers, Meadows, & Behrens, 1972) em que o tema abordado foi o impacto da poluição e da atividade produtiva do Homem nas gerações futuras (Dias, 2009).

Na 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on the Human Environment – UNCHE*), realizada em Estocolmo de 5 a 16 de Junho de 1972, discutiram-se as atividades humanas em relação ao meio ambiente. Após este evento iniciou-se um processo lento do aumento de consciência e da mobilização mundial e defesa das questões ambientais. Esta conferência lançou as bases das ações ambientais a nível internacional⁴ chamando a atenção, em particular para questões relacionadas com a degradação ambiental e a poluição que não se limita às fronteiras políticas, mas afeta países, regiões e povos (Dias, 2009).

A Declaração de Estocolmo, que se traduziu num Plano de Ação para a Política Ambiental⁵, define princípios de preservação e melhoria do ambiente natural, destacando a necessidade de apoio financeiro e assistência técnica a comunidades e países mais pobres. Embora a expressão "desenvolvimento sustentável" ainda não fosse usada, a declaração, no seu item 6 refere que “*A situação e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, particularmente os menos desenvolvidos e daqueles ecologicamente mais vulneráveis, devem receber prioridade especial. As ações internacionais no domínio do ambiente e do desenvolvimento devem também atender os interesses e necessidades de todos os países.*” Também abordava a necessidade imperativa de “*defender e melhorar o ambiente humano para as atuais e futuras gerações*” – objetivo este a ser alcançado juntamente com a paz e o desenvolvimento económico e social.⁶

⁴ Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment.

⁵ Report of the United Nations Conference on the Human Environment.

⁶ Fonte <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sustentabilidade>,

No Rio de Janeiro em 1992 foi apresentada a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento⁷ que consolidou o conceito de Desenvolvimento Sustentável, tendo sido o facto de juntar o termo desenvolvimento económico e a proteção do ambiente a mais importante conquista da Conferência - concretizando a possibilidade apenas esboçada na Conferência de Estocolmo em 1972, e consagrando o uso do conceito de desenvolvimento sustentável defendido em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland).

O conceito de desenvolvimento sustentável - entendido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações e suas possibilidades - foi concebido de modo a conciliar as reivindicações dos defensores do desenvolvimento económico como as preocupações de setores interessados na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade⁸. Outra importante conquista da conferência foi a conquista da Agenda21, um amplo e abrangente programa de ação, visando a sustentabilidade global no século XXI⁹ (Dias, 2009).

A Cimeira (ou Cúpula) da Terra sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo realizada em 2002 reafirmou os compromissos da Agenda21, propondo a maior integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental) através de programas e políticas centrados nas questões sociais e, particularmente, nos sistemas de proteção social.

Apesar da entrada em vigor do protocolo de Quioto ter sido demorada, assinala-se em 2005 o início da década das Nações Unidas sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, tendo esta o objetivo de construir um mundo onde se possa beneficiar de uma educação de qualidade, que permita a aprendizagem da cidadania com base em valores, comportamentos e estilos de vida, que possibilitem um futuro sustentável e uma transformação social positiva.

⁷ “*Earth Summit*” - Cimeira do Rio.

⁸ *The United Nations Conference on Environment and Development.*

⁹ *United Nations Conference on Environment and Development (UNCED).*

Ao longo do tempo e até à data foram, surgindo alguns acontecimentos importantes sobre a Sustentabilidade no entanto ainda existe, por vezes, alguma dúvida entre os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Empresarial. (J. Bebbington & Gray, 2001; Jan Bebbington, 2001; Husillos, Larrinaga, & Álvarez, 2008; Laine, 2005; Moneva, Archel, & Correa, 2006). Está aberta uma discussão sobre estes conceitos sendo apresentada duas visões:

O termo Desenvolvimento Sustentável é utilizado para definir limites para o mundo em desenvolvimento, é um conceito sistémico que se traduz num modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspetos de desenvolvimento ambiental. Abrange várias áreas, assentando essencialmente num ponto de equilíbrio entre o crescimento económico, igualdade social e a proteção do ambiente a fim de equilibrar a satisfação dos interesses das gerações atuais e futuras, por sua vez o termo Sustentabilidade Empresarial está diretamente relacionado com o da responsabilidade social das empresas. O termo sustentabilidade difundiu-se rapidamente, incorporando-se no vocabulário das empresas, sendo assumido pelos diversos intervenientes na gestão e análise empresarial, considerado como de extrema relevância para a sobrevivência e competitividade das empresas. Segundo a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS), a Sustentabilidade pressupõe “*a Harmonia entre a Economia, a Sociedade e a Natureza, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, de solidariedade entre gerações e de responsabilização e solidariedade entre países*”.¹⁰

A ideia da Sustentabilidade Empresarial, como estratégia de aquisição de vantagens competitivas, por parte das empresas, é refletida, de uma forma explícita, na elaboração do que as empresas classificam como "Relatório de Sustentabilidade".

2.2- Relatórios de Sustentabilidade

A nível mundial não há um formato definido e claro para a execução dos relatórios de sustentabilidade. Garg, (2010), indica que esta é uma discussão acesa e questiona se este relatório deve ser abordado no relatório anual de contas ou se deve ser apresentado de uma

¹⁰ <http://www.cimpin.pt/agenda21.asp>

forma independente. A relevância deste assunto baseia-se no facto de não existir legislação que obrigue a forma de elaboração dos mesmos, levando à falta de homogeneidade na forma e no conteúdo. Outra das questões abordadas por este autor refere-se aos utilizadores destes relatórios. Verifica-se que dependendo do seu objetivo final e de quem o elabora, este pode sofrer tendências de execução, direcionadas por exemplo aos *stakeholders*, parceiros aos seus colaboradores, clientes e/ou fornecedores, ou seja, a informação pode ser tendenciosa. No entanto a *Global Reporting Initiative* (GRI) criou diretrizes para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade, onde são definidos conteúdos a serem publicados nos Relatórios de Sustentabilidade, tais como:

1. Declaração do CEO da organização.
2. Perfil.
3. Sumário Executivo e Indicadores Chave.
4. Principais Indicadores de Sustentabilidade (por ex.: uso de material de embalagem, as taxas de retenção de funcionários, o lucro líquido, o consumo de recursos por unidade de produto, e outros).
5. Visão e Estratégia.
6. Políticas, Estrutura e Sistemas de Gestão (Gestão financeira, Ambiental, económicos e sociais integrados).

Assiste-se a uma mudança do pensamento em torno do conceito de partes interessadas. A ênfase excessiva dada à parte financeira e acionistas causaram algum transtorno face aos colaboradores e outros trâmites que eram desenvolvidos dentro da organização, mas não relatados. O conceito de sustentabilidade tem um peso importante na gestão empresarial. É necessário explicar e divulgar o valor acrescentado que todas as outras áreas trazem à sustentabilidade interna e externa de uma empresa, nomeadamente nos parâmetros humanos e naturais. Um quadro de gestão empresarial tem que obrigatoriamente cuidar do *triple bottom line*, no âmbito económico, ambiental e social. Só assim poderemos preservar o ambiente e não sobrepor o capital financeiro ao capital natural. (Garg, 2010).

O conceito de *stakeholder* aplica-se a qualquer pessoa ou grupo que esteja de alguma forma relacionada com o desempenho ou com os objetivos de uma organização. O *stakeholder* pode surgir desde o gestor, credor, acionista, colaborador, comunidade, organizações comunitárias, governo, media, e tantos outros. Segundo, Smith, et al, (2005), a legitimidade

não é atribuída da mesma forma aos diferentes *stakeholders*, procedendo à sua avaliação sob princípios de poder, legitimação e urgência. O papel dos *stakeholders* está associado a uma responsabilidade na gestão das empresas que vai muito para além da maximização do lucro. Os autores entendem que o processo de divulgação dos relatórios é uma forma de manter os *stakeholders* informados e envolvidos no processo e de perdurar a longevidade e sustentabilidade da organização.

A elaboração de relatórios de sustentabilidade é um processo para a divulgação do desempenho económico, social e ambiental de uma organização empresarial. Muitas empresas já perceberam que o Relatório Financeiro não satisfaz as necessidades totais de informação sobre o desempenho organizacional global dos acionistas, comunidades e outros *stakeholders*. GRI (2012), reassume esta importância através dos testemunhos diretos dos principais intervenientes da administração de várias empresas e organizações, sustentando o desenvolvimento estratégico através dos Relatórios de Sustentabilidade:

“Gord Lambert, Vice-Presidente, Desenvolvimento Sustentável, Suncor Energy Inc, Canadá: Relatar nosso desempenho de sustentabilidade nos permite articular nossa visão e estratégia de sustentabilidade e responder diretamente às preocupações dos stakeholders quanto aos desafios de sustentabilidade que a Suncor enfrenta no presente e no futuro. Conseguimos demonstrar aos investidores, comunidades, funcionários e outros importantes stakeholders que a Suncor está gerindo seus riscos e buscando novas oportunidades de negócios sustentáveis”.

“Tobias Stöcker, Gerente de RSE, DHV, Holanda: O relatório de sustentabilidade nos permite usar dados não financeiros para melhorar a qualidade de nossas operações e nossa estratégia...”, in GRI, 2012.

A GRI é uma entidade de referência no que respeita à preparação e divulgação de informação sobre sustentabilidade, cujas orientações têm em vista completar e reforçar os relatórios financeiros tradicionais, fornecendo informação crítica de carácter financeiro e não financeiro. Beja, (2005), apresenta um resumo das vantagens de elaboração e publicação dos Relatórios de Sustentabilidade, sustentado nas diretrizes do GRI, onde reforça as seguintes:

- *“Manutenção e fortalecimento dos níveis de confiança entre a instituição e os seus stakeholders;*
- *Interligação de funções diversas, mas complementares, como Finanças, Marketing, Investigação & Desenvolvimento e Operações;*
- *Identificação antecipada de desafios e oportunidades nos diversos âmbitos de atuação, no relacionamento externo e na gestão de imagem;*
- *Avaliação e medição do valor das práticas de sustentabilidade, relativamente à estratégia e competitividade geral do negócio; e*
- *Reduzir a volatilidade do valor do investimento e a incerteza ocasionada pela surpresa da informação incompleta ou desfasada no tempo.”* (Beja, 2005).

A *Global Reporting Initiative* (GRI) surgiu em 1997 resultante de uma parceria entre a CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*) e o Programa Ambiental das Nações Unidas. A GRI é uma rede amplamente versátil composta por inúmeros especialistas de todo o globo, cuja missão é difundir as Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade aplicáveis a todas as organizações que pretendam de uma forma voluntária e global difundir toda a informação económica, ambiental e social referente às suas atividades, produtos e/ou serviços. Neste momento o conjunto de diretrizes mais atualizadas para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI 2006, mais conhecida por G3 (GRI, 2011).

Em 2004, assiste-se à criação do grupo *Multistakeholder* da GRI, para Portugal, que procedem ao lançamento da versão portuguesa das diretrizes 2002 da GRI para elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade. É assim dado o ímpeto “... no sentido da implementação dos princípios subjacentes à elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade”, no nosso país (Beja, 2005).

Ao longo dos últimos anos, um número cada vez maior de empresas portuguesas, dos mais diversos setores económicos, têm investido na elaboração de um relatório de sustentabilidade. A publicação anual ou bianual de um relatório de sustentabilidade demonstra que as empresas têm vindo a reconhecer o valor da incorporação da sustentabilidade no seu sistema de gestão (Beja, 2005).

2.3 - Verificação dos Relatórios de Sustentabilidade

Em resposta às expectativas dos *stakeholders*, as organizações têm adotado uma variedade de estratégias para aumentar a credibilidade e qualidade dos relatórios de sustentabilidade, uma dessas estratégias é a auditoria, verificação ou *assurance* por parte de entidades externas. aos relatórios de sustentabilidade que tem como objetivo garantir a veracidade da informação, pois contribui para a credibilidade de todo o processo de gestão, assegura que os recursos estão a ser utilizados de forma eficaz, contribui para uma melhoria contínua do processo de divulgação, assegura aos *stakeholders* e potenciais investidores que os riscos de gestão estão a ser eficazmente geridos e demonstra o compromisso da entidade em melhorar o seu desempenho económico, ambiental e social. (GRI, 2011).

Os relatórios e o inerente processo de elaboração devem ser verificados por auditores que cumpram requisitos essenciais como: independência, capacidade de discernimento relativamente aos interesses das partes envolvidas, não envolvimento nos sistemas internos nem na preparação do relatório de sustentabilidade, competência e experiência profissional para executar as verificações necessárias (diretamente ou através da utilização do trabalho efetuado e relatado por peritos em matérias específicas), (Beja, 2005).

Atualmente a Auditoria é uma prática importante para o desenvolvimento das organizações. Segundo, o *Institute of Internal Auditors* (IIA, 1999), a auditoria é “*Uma atividade independente, de avaliação objetiva e de consultoria, destinada a acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização na consecução dos seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação dos processos da eficácia da gestão de risco, do controlo e de governação*” (tradução do IIA – Portugal, 1999)¹¹.

Segundo Caseirão, (2009) auditoria em sentido lato é, o processo sistemático de objetivamente, obter e avaliar provas acerca da correspondência entre asserções económico-financeiras, situações e procedimentos em relação a critérios pré-estabelecidos e comunicar as conclusões aos utilizadores interessados.¹²

¹¹ <https://na.theiia.org/standards-guidance/mandatory-guidance/Pages/Definition-of-Internal-Auditing.aspx>

¹² Definição (adaptada) da *American Accounting Association*

Ao longo deste estudo são utilizados os termos “*Verificação*”, “*Auditoria*” ou mesmo “*Assurance*” para referir o que se designa segundo GRI 2006 “*processo externo de garantia de fiabilidade aos Relatórios de Sustentabilidade*”. Segundo Eugénio, (2011) as organizações recorrem a várias abordagens para melhorar a credibilidade dos seus relatórios. Podem ter sistemas internos de controlo e que são importantes para a integridade e credibilidade do relatório. Todavia a, GRI recomenda a utilização de um processo externo, e surge desta forma a Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade por uma entidade externa independente.

Em 2006 e tendo como base o estudo da KPMG publicado em 2007, (KPMG, 2007) apenas 42% das empresas portuguesas analisadas efetuaram a verificação dos seus relatórios de sustentabilidade através de entidades externas independentes. Esta procura está relacionada com as diretrizes do GRI que indicam expressamente que a verificação dos relatórios de sustentabilidade deve ser certificada por entidades independentes externas de modo a assegurar a fiabilidade e independência da informação reportada (GRI, 2006; KPMG, 2007). A KPMG neste estudo, reforça os benefícios que as empresas procuram retirar com a verificação dos seus relatórios de sustentabilidade assegurando o aumento da reputação e credibilidade da sua organização, a identificação de oportunidades de melhoria e a redução do risco de divulgação de informações incorretas. Os maiores constrangimentos deste processo incidem nos custos e na falta de recursos para acompanharem o mesmo (KPMG, 2007). O estudo da KPMG de 2011 realça a quantidade crescente de relatórios que já são auditados, apresentando crescimento em diversos setores de atividade, nomeadamente, 51% nas empresas mineiras e 46% nas empresas de *utilities*. Reafirma também a falta de credibilidade crescente nos relatórios corporativos, que por sua vez levam ao aumento da verificação dos mesmos.

Evidencia o facto de que das organizações que auditam os seus relatórios dentro do grupo das G250¹³ e N100¹⁴, 70% e 65% respetivamente, assistem a um maior envolvimento por parte da contabilidade dessas organizações (KPMG, 2011). A visão da KPMG conclui que as empresas foram lentas a adotarem a verificação aos seus relatórios, quando ao mesmo tempo vivemos uma aparente “crise de confiança”, face à qualidade de execução dos

¹³ Empresas presentes no índice *Global Fortune 250*

¹⁴ 100 Maiores empresas nacionais

relatórios. Neste sentido a KPMG acredita que ao mesmo tempo que os relatórios integrados aumentam, também ganha espaço a necessidade de os auditarem, devido à carência e exigência de maior qualidade na informação apresentada. Como resultado, muitas empresas continuaram a procurar as grandes empresas devido ao seu *Know-how* e facilidade em preparar e efetuar todo o processo inerente à elaboração do relatório e contas. Esta situação levará também a que haja a divulgação do relatório do auditor integrado no próprio RC, tendência que se pensa ser a mais correta no caminho da transparência e da valorização para o público e *stakeholders* (KPMG, 2011)

A verificação dos relatórios de sustentabilidade através de entidades externas independentes constitui uma tendência crescente por parte das empresas a nível mundial. As empresas procuram através desta análise reafirmar o seu compromisso com a Sustentabilidade de forma a divulgarem a sua preocupação para com os riscos inerentes ao processo de desenvolvimento e identificação das oportunidades que cada vez mais estas enfrentam. A utilização desta prática tem como objetivo assegurar a confiança que os acionistas depositam nas organizações às quais estão relacionados, no delineamento das suas políticas de sustentabilidade e na avaliação do seu desempenho, nas consequências diretas destas para com o meio envolvente, com a sua reputação, e com a conformidade com a regulamentação nacional e internacional, no que diz respeito, às leis, códigos, iniciativas sociais e indicadores de desempenho (AESE & PWHC, 2009).

Na Figura 2, é apresentada uma visão global das empresas no mundo que recorrem à verificação externa dos Relatórios de Sustentabilidade. Verifica-se que a Índia está em 1º lugar e Portugal está em 10º lugar a nível mundial e em relação aos países da Europa encontra-se em 7º lugar.

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

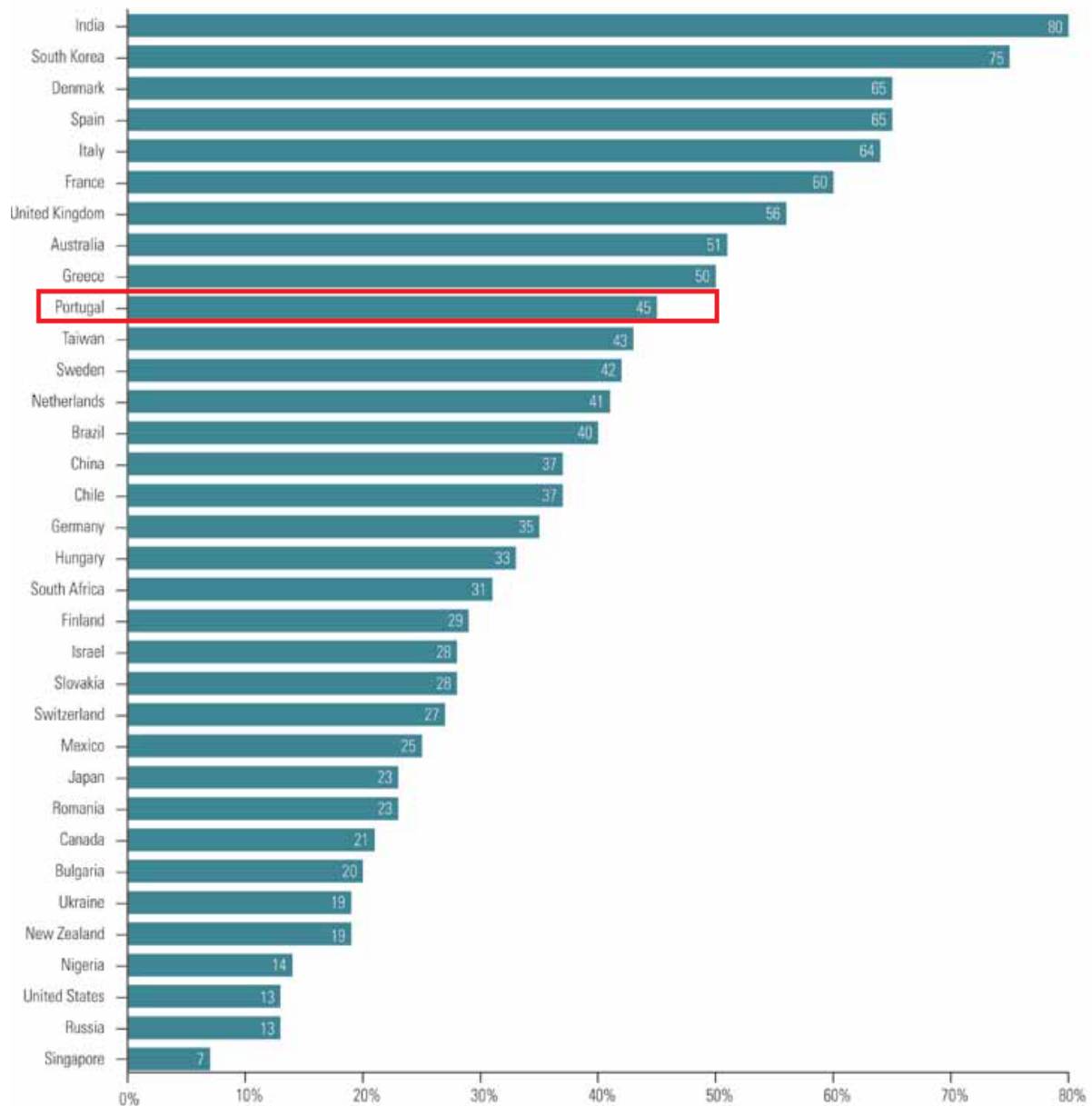


Figura 2 - Percentagem de empresas do mundo que procuram auditar os RS
Fonte, (KPMG, 2011)

Constata-se que a análise e verificação independente dos relatórios de sustentabilidade tem suscitado um crescente interesse devido à utilização cada vez maior de dados não financeiros na construção dos mesmos. A necessidade de divulgação crescente dos aspetos, sociais, económicos e ambientais refletem uma crescente preocupação com o papel das organizações no mercado, com a sua imagem, confiança e aceitação perante este. A

verificação destes relatórios pressupõe uma confiança e segurança na divulgação de informações que tem sido desde 2006 cada vez mais incentivada pela GRI.

2.4 – Normativos de Auditoria dos Relatórios de Sustentabilidade

A verificação independente dos relatórios, é realizada de acordo com diferentes normas internacionais como o *Global Reporting Initiative (GRI)*, a *AA1000 Assurance Standard*, e a *ISAE 3000 - International Standard on Assurance Engagements*, que demonstram o compromisso da organização em todas as vertentes e asseguram que toda a informação publicada é verdadeira e correta (Veríssimo, 2010). Estes três normativos de verificação mencionados são os mais utilizados e comuns a todos os estudos publicados. Constata-se que são utilizados de uma forma independente ou combinada entre a utilização de uma, duas ou três normas no mesmo relatório (CorporateRegister.com, 2008).

2.4.1 - Global Reporting Initiative Guidelines

As diretrizes publicadas pelo GRI, (2002) são as mais utilizadas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade. No estudo da KPMG (2007) referido anteriormente, o GRI é o referencial normativo mais referido na elaboração dos Relatórios: 66% das empresas abrangidas neste estudo basearam a estrutura do seu relatório no GRI e, dentro destas, 41% mencionaram que elaboraram o Relatório “de acordo com” as diretrizes do GRI, ou seja, seguiram na íntegra a sua estrutura e não se basearam apenas em parte (KPMG, 2007). Em comparação, o GRI assume também 44% dos relatórios no estudo “*Assure View*” do CorporateRegister.com 2008.

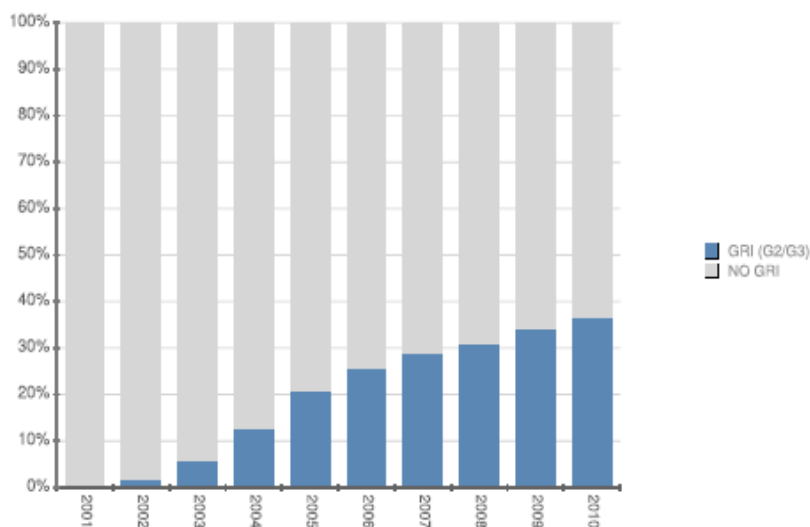


Figura 3 - Evolução da Aplicação do GRI

Fonte: www.corporateregister.com

As diretrizes do GRI são uma ferramenta que as organizações utilizam para relatar a sua performance. A versão em vigor foi introduzida em 2006 e inclui os “*Princípios de definição do conteúdo do Relatório*”, que inclui dois conjuntos de princípios, o primeiro para a apresentação de resultados e o 2º para assegurar a qualidade do relatório. Estes dois conjuntos de princípios, não constituem no entanto um normativo obrigatório pelo qual os auditores, ou qualquer responsável pela verificação tenha que seguir. Os auditores no processo de verificação podem eventualmente não verificar o nível de aplicação total, mas apenas o alinhamento com os princípios do GRI (CorporateRegister.com, 2008).

Nível de aplicação GRI:

Os relatórios que visam a classificação em nível C, C+, B, B+, A ou A+ deverão conter cada um dos critérios apresentados na coluna referente ao nível escolhido.

Relatório		Níveis de aplicação					
		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do relatório	Perfil da G3	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, económico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: económico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

Figura 4 - Níveis de Aplicação do GRI

Fonte: (GRI, 2006)

Além da verificação ao nível de aplicação existem também 3 formas de comunicar o relatório (GRI, 2006):

- “Auto declaração simples. (A empresa divulga o relatório sem revisão do GRI ou auditoria externa).
- Revisão do relatório pela GRI. A GRI faz uma análise da coerência e consistência do relatório. Se aprovado, o relatório pode ser publicado com o logótipo da GRI.
- Verificação a partir de um terceiro. A empresa contrata um organismo de verificação e realiza uma auditoria não só do relatório mas também das suas operações, para comprovar a autenticidade do relatório. Realizada esta auditoria, o relatório é classificado com o símbolo +, juntamente com a letra de nível de aplicação (C, B ou A).”

2.4.2 - AA1000 Assurance Standard (AA1000AS)

A *AA1000 AccountAbility Framework Standard* é um conjunto de normas de auditoria que as empresas têm que respeitar de forma a garantir aos seus *stakeholders* informação de como estas gerem o seu desempenho de sustentabilidade e a divulgam nos seus relatórios. Os princípios orientadores desta norma surgiram pela primeira vez em 1999, tendo sido alvo de um profundo debate e revisão no período de consulta para o desenvolvimento da primeira edição da *AA1000 AccountAbility Framework Standard*, publicada em 2003. As conclusões deste debate assentaram no compromisso com a inclusão baseados em três princípios: a Relevância, Abrangência e Responsabilidade. Estes princípios estiveram na base da *AA1000 Assurance Standard* publicada em 2003, (AA1000AS), e da *AA1000 Stakeholder Engagement Standard* publicada em 2005, (AA1000SES). Foram posteriormente clarificados numa Nota de Orientação sobre a aplicação dos princípios em relação à AA1000AS (2003), publicada em 2006. A norma AA1000AS constitui o primeiro referencial mundial para a verificação de Relatórios de Sustentabilidade. É o resultado de um processo de consulta extensivo, que envolveu diversas organizações, incluindo profissionais do setor, comunidade de investidores, organizações não-governamentais, sindicatos e gestores de empresas.

O objetivo da última edição, AA1000AS (2008), é proporcionar às organizações um conjunto de princípios aceites a nível internacional e disponíveis de forma gratuita, que lhes permita enquadrar e estruturar a forma como compreendem, gerem, administram, implementam, avaliam e comunicam o seu desempenho. Os Princípios de Responsabilidade *AccountAbility* (AA1000AS) são utilizados pela empresa para desenvolver uma resposta responsável e estratégica para a sustentabilidade. Eles exigem que uma organização se ajuste ativamente com os seus *stakeholders*, que identifique completamente e entenda as questões de sustentabilidade que terão impacto no seu desempenho, incluindo o desempenho económico, ambiental, social e o financeiro de longo prazo, e use essa compreensão para desenvolver estratégias de negócios responsáveis e objetivos de desempenho.

A *AA1000 Assurance Standard* lançada em 25 de Março de 2003 foi desenvolvida para fornecer orientações para os investidores de forma a avaliar o grau das organizações de

práticas empresariais sustentáveis. Em 2008, como referido, foi apresentada a 2ª edição da *AA1000 Assurance Standard*, com o objetivo de melhoramento dos processos para a identificação de métodos de transparência e prestação de informação aos investidores. Esta norma proporciona uma plataforma para alinhar os aspetos não financeiros da sustentabilidade, permite às entidades responsáveis pela verificação um controle de dados que avaliam a forma pela qual as organizações relatoras fazem a gestão da sustentabilidade assegurando a qualidade da informação dos relatórios de sustentabilidade, dos processos, sistemas e competência da empresa como um todo.

2.4.3 - ISAE 3000

A norma *ISAE 3000* foi aprovada pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* e produz efeitos a partir de Janeiro de 2005. São estabelecidos nesta norma os princípios básicos e procedimentos fundamentais a ter em conta para projetos de *assurance* que não se refiram a auditorias ou revisões de informação financeira histórica. Fornece diretrizes que dão orientações na abordagem e procedimentos, a ter em conta no desenvolvimento deste tipo de projetos, para que estejam de uma forma sistemática e consistente com os *standards* profissionais de auditoria e seus códigos de conduta (Eugénio, 2011).

A ISAE 3000 foi lançada em 2000 com o objetivo de desenhar uma estrutura básica para a realização de auditorias de grande dimensão em todas as vertentes não financeiras, como a Ambiental, Social, Sustentabilidade, Auditorias de Sistemas de Informação, Controlo Interno e processos de gestão corporativa e cumprimento das auditorias nas condições de concessão, contratos e regulamentos. A ISAE 3000 veio complementar três anos mais tarde a ISAE 100 em algumas lacunas da norma original, nos requisitos éticos, controlo de qualidade, na aceitação do compromisso, planeamento, materiais especializados, e documentação para uma preparação das Auditorias.

A Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de fiabilidade (ISAE) estabelece princípios orientadores e procedimentos essenciais que orientam os profissionais de auditoria (ROC'S), denominados por esta norma como “profissionais executores”, na execução de trabalhos de

garantia de fiabilidade (ISAE 3000,). Em conclusão, esta norma refere-se apenas à aplicação de auditoria pelos profissionais da Arte.

2.5 - Estudos Empíricos, práticas e teorias

Apesar de escassos, existem alguns estudos sobre esta temática. Apresenta-se de seguida a revisão de literatura que serviu de base para o estudo em causa, fazendo referência a alguns estudos analisados e verificados.

2.5.1 - Relato da Sustentabilidade empresarial e Auditoria

Segundo Kolk, (2004) com o estudo intitulado “*A decade of sustainability reporting: developments and significance*” a importância dos relatórios de sustentabilidade é cada vez maior quando estes são coerentes com as medidas e práticas divulgadas nos mesmos. São vistos pela autora como uma forma de adotar medidas de sustentabilidade global. Os RS constituem uma forma de implementar medidas sociais abrangentes, quer aos seus colaboradores, quer ao meio em que se inserem, tal como preocupações ambientais, importantes ao nível local e global dependendo da dimensão da empresa e sua influência no meio. Este estudo analisa em pormenor o aumento da produção dos relatórios de sustentabilidade desde o início dos anos 90 a nível mundial e verificação da existência clara de diferenças entre países e setores, assistindo-se à integração de itens sociais e financeiros nos mesmos, à importância dos conteúdos e sua relevância.

Os objetivos deste estudo prendem-se sobretudo com a evolução da elaboração no âmbito mundial de RS entre 1993 e 2002. A autora efetua uma análise da diferença de divulgação entre os países mais desenvolvidos, tendo em conta o Japão, a Austrália, os países europeus, nomeadamente, a Alemanha, Itália, França e Espanha e os Estados Unidos. A autora expõe a introdução crescente de assuntos prementes para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente sociais e ambientais e a sua importância no valor da interiorização e implementação nessas organizações, através da introdução de um novo critério de medida de forma a verificar o nível de exequibilidade do que as diversas organizações divulgam nos seus relatórios de sustentabilidade "possibilidade de execução ou *compliance likelihood*".

Este critério de avaliação introduzido pela autora "probabilidade de execução" tem como objetivo avaliar a informação dos relatórios de sustentabilidade, sendo que, quanto mais alta essa probabilidade, maior a probabilidade de as empresas publicarem informação coerente com os seus atos, políticas sociais e de proteção ambiental a que se propõem.

Ackers, (2009) definiu como objetivos do seu estudo (1) determinar as práticas internacionais e tendências de auditorias relativa aos *Corporate Social Responsibility (CSR)*; (2) verificar até que ponto as empresas sul-africanas adotaram as práticas internacionais de forma a assegurarem a integridade e fiabilidade dos relatórios publicados e (3) verificar se a divulgação destes relatórios, com a presença dos relatórios de auditoria dos mesmos sai reforçada, na análise das 15 maiores empresas da África do Sul. Neste estudo, Ackers (2009), utilizou dados secundários de dois estudos já efetuados, nomeadamente *Corporateregister.com* (2008) e Manetti & Becatti, (2008), em que determinam as tendências da auditoria aos relatórios de responsabilidade social corporativa. A investigação aproxima à literatura considerável já existente, dados secundários de outras pesquisas relevantes e dados primários derivados de uma análise de conteúdo aos relatórios publicados pelas 100 maiores empresas da África do Sul, listados na *Johannesburg Securities Exchange (JSE)*. As práticas de auditoria do CSR internacionais são comparadas com a situação Sul-africana.

O estudo conclui que apesar da crescente tendência em assegurar aos *stakeholders* a integridade da divulgação do CSR, as evidências demonstram que o princípio subjacente não tem aceitação universal, tal como já foi referido anteriormente. São confirmadas as conclusões de que a aplicação das normas de verificação e as declarações de verificação são inconsistentes. De uma forma geral conclui-se que os resultados do estudo sul-africano foram mais favoráveis quando comparadas com as tendências de verificação da CSR internacional.

Por sua vez Simnett & Vanstraelen (2009) elaboraram um estudo "*Assurance on Sustainability Reports: An International Comparison*" que explora a forma como as empresas elaboram os Relatórios de Sustentabilidade e como é feita a escolha da empresa auditora de uma forma voluntária. Este estudo baseou-se num maior número possível de

relatórios de sustentabilidade publicados no período de 2002 a 2004 de 31 países. Os dados foram obtidos através do *site CorporateRegister.com* (diretório este, onde se encontram publicados os relatórios de sustentabilidade) e complementadas com o *Global Reporting Initiative*.

Este estudo teve como objetivo determinar a informação de base aos fatores associados à decisão de auditar os relatórios com a finalidade de aumentar a sua credibilidade perante os *stakeholders* e por sua vez para aqueles que têm estes relatórios auditados, os fatores associados à escolha do auditor. Dos 2113 relatórios de sustentabilidade analisados, 31% (655) continham relatórios de auditoria independentes. Foi identificado neste estudo que o prestador de serviço mais utilizado era o tipo auditor de profissão em 41,98% (275) dos casos. Os resultados deste estudo apoiam a sustentabilidade empírica que demonstra que a incidência das auditorias nos relatórios de sustentabilidade é maior nas empresas com uma maior necessidade de aumentar a sua credibilidade e para alcançar esse objetivo procuram um “auditor profissional”.

CorporateRegister.com, *"Assurance View - The CSR Assurance Statement Report"*. Esta publicação incide sobretudo numa visão alargada sobre a verificação externa dos relatórios de sustentabilidade, no sentido de focar os principais desenvolvimentos e identificar as melhores práticas do que se tem feito ao nível da qualidade e quantidade dos RS. Relatar a sustentabilidade tem-se tornado um requisito base do negócio. E é sentida uma exigência cada vez maior por parte dos *stakeholders* de transparência e o aumento da pressão sobre as organizações para se manterem fiéis à responsabilidade social corporativa. No entanto, verifica-se que apesar de um aumento considerável na elaboração de relatórios de sustentabilidade, a maioria não tem sido auditada de uma forma independente e externa. É notório que a sua verificação torna os relatórios mais credíveis e aumenta a confiança dos *stakeholders* na informação divulgada (Corporate Register.com, 2008).

A procura de verificações independentes demonstra que as empresas estão cada vez mais comprometidas com a responsabilidade corporativa, visto que o processo “abre” as empresas ao escrutínio dos seus sistemas de gestão. Desta forma, também providencia um mecanismo em direção às melhorias nesses mesmos sistemas, aperfeiçoando assim a sua performance. Numa análise profunda reflete sobre vários itens de conteúdo, nomeadamente as barreiras à

verificação, diferentes abordagens de análise e implementação e a base de melhorias contínuas em todo o processo de desenvolvimento de *Assurance*. Com o intuito de alcançar o objetivo final de ir ao encontro de relatórios significativos ou quem sabe a um modelo cada vez mais orientador de execução dos mesmos.

Neste estudo os autores tentaram identificar, quais as normas mais utilizadas, a prevalência de forma de construção dos relatórios de auditoria, através do cruzamento de dados entre os melhores 90 relatórios de verificação da amostra estudada, referenciando uma, ou mais normas indicadas por eles (AA1000AS, ISAE 3000, GRI) e por último as que mais vezes foram citadas como melhores práticas comuns. Através destas inclusões, nos vários relatórios de verificação, elaborados por diversos tipos de prestador de serviço e de diferentes tipos de atividade, os autores conseguiram identificar os principais elementos-chave de um Relatório de verificação modelo (CorporateRegister.com, 2008).

2.5.2 - Papel do auditor – Independência na verificação

Barrett (2005), com o estudo intitulado "*Sustainability Reporting - The Role of Auditors*" tem como objetivo a análise do papel do auditor na construção dos relatórios de sustentabilidade. Inicia o estudo com a descrição da elaboração dos relatórios de sustentabilidade, centralizando o tema do papel do auditor na verificação e confirmação desses relatórios. Identifica seis grandes áreas de dificuldade de análise para os auditores:

- Falta de diretrizes *standard* de análise e execução, como por exemplo, EMAS, ISO, GRI, ou seja há diferentes normas para aplicar em diferentes áreas e não são uniformes na aplicação a nível mundial;
- Indicadores limitados para testar a informação não financeira;
- Transparência da informação apresentada;
- Consideração do conceito "*materiality*": este conceito aplica-se em relação à informação, que seja omissa, mal indicada, ou não divulgada. Este aspeto tem a possibilidade de afetar adversamente as decisões sobre a distribuição de recursos lida pelos utilizadores;

- Procura de inconsistências nos relatórios entre a informação contida no relatório financeiro auditado e a informação contida noutras partes do documento (RS);
- Competências requeridas aos especialistas para verificarem informação de sustentabilidade.

As principais razões para o corrente interesse internacional nas diretivas da EMAS (*Eco-Management and Audit Scheme*) apresentadas pelo autor são: aumentar a pressão dos acionistas nos assuntos ambientais; aumentar a importância dos custos relacionados com o ambiente e o reconhecimento crescente das problemáticas contabilísticas.

O autor conclui que os diversos relatórios e investigação a nível internacional indicam a crescente procura e tendência para aumentar a sua fiabilidade e previsão. É crucial a apresentação por parte das empresas dos relatórios de sustentabilidade expondo maior transparência, fornecendo aos utilizadores, maior informação e mais conhecimentos contabilísticos e financeiros. Também é importante promover a necessidade de diretrizes *standard* processuais que forneçam uma base credível para divulgar e auditar. Efetuando estes passos, confere-se maior confiança aos acionistas e conseqüentemente maior aceitação e procura na aplicação do conceito triplo e nas noções relacionadas com a sustentabilidade e responsabilidade social (Barrett, 2005).

Outro estudo importante para a elaboração desta dissertação foi o estudo CPA, (2010) "*Sustainability reporting assurance: market trends and information content*". Este estudo foca as empresas australianas que efetuam auditoria aos relatórios de sustentabilidade como forma de dar mais confiança aos acionistas e restantes parceiros. Foi utilizada uma amostra das 100 empresas pertencentes ao *Australian Securities Exchange* (ASX), de forma a verificarem a tendência da auditoria aos relatórios de sustentabilidade. Complementou-se esta investigação com entrevistas a dois tipos de prestadores de auditorias e com três grandes empresas australianas. As empresas escolhidas provêm de três grandes áreas: comunicação, bancos e construção, uma vez que influenciam a vida diária dos australianos. Os tópicos das entrevistas visaram: o *background* profissional, utilização específica de orientações ou diretrizes informando o processo do auditor; regulamentação versus a natureza voluntária do

auditor e da verificação; papel do auditor no apoio aos relatórios de sustentabilidade das organizações; futuras direções dos serviços de auditores na Austrália (CPA, 2010).

É comprovado neste estudo (e reforçando o que já foi apresentado no ponto 2.3), que o aumento da verificação aos relatórios de sustentabilidade tem ocorrido como forma de assegurar a fiabilidade, credibilidade e qualidade dos mesmos e desta forma contribui para melhorias nas operações e na gestão de risco nas práticas de sustentabilidade das empresas. Os autores referem que uma das empresas pertencentes ao círculo das “*Big 4*” identifica a credibilidade da informação como um elemento chave para a verificação dos RS. Contrastando com esta opinião o prestador independente apresenta como elemento chave para os seus clientes o seguinte: alcançar melhorias internas, considerando o relatório de sustentabilidade e a sua verificação, como um processo de mudança (CPA, 2010).

Consultores e auditores são os dois principais grupos prestadores de auditorias e só quando há um crescimento dessas organizações, começa a haver uma maior preocupação pela marca e por quem assume a responsabilidade desses relatórios, não importando o custo dos mesmos. As conclusões deste estudo apresentam algumas tendências sobre a garantia dos relatórios de auditoria na Austrália. Uma das tendências presentes consiste no contínuo domínio do mercado consultor australiano acompanhado pelo aumento significativo das empresas de auditoria. Outra tendência interessante a indicar é a redução significativa da não divulgação das normas utilizadas pelos prestadores deste serviço. Por último é notória uma grande mudança quando a maioria refere uma auditoria independente limitada em vez de verificação (CPA, 2010).

O’Dwyer, et al (2011), realizaram o estudo “*Seeking Legitimacy for new assurance forms: The case of assurance on sustainability reporting*” que avalia as 250 maiores empresas das 500 identificadas pela revista *Fortune* e as tendências e perspetivas da evolução da auditoria aos relatórios de sustentabilidade. Este trabalho analisa como os processos de legitimação adotados pelos auditores das maiores empresas de auditoria evoluíram e sofreram os seus impactos através das suas tentativas de desenvolver esta prática de auditoria, especificamente considerando a criação de relatórios de auditoria ou declaração da verificação aos relatórios de sustentabilidade.

Neste estudo, os autores recorreram a 30 profissionais unicamente direcionados para a verificação aos relatórios de sustentabilidade a nível internacional. O resultado deste estudo foi verificado em três temas chave de análise: clientes (potenciais); utilizadores dos relatórios de sustentabilidade (o mundo dos não clientes); e o mundo SAT (departamento de risco, ou seja o mundo interno). Este estudo desenvolveu uma análise teórica e empírica com o objetivo de uma maior compreensão da prática emergente da verificação aos relatórios de sustentabilidade. E de que forma os auditores tentam influenciar a sua avaliação, utilizando para isso três formas chave de interpelação: pragmática, moral e cognitiva. Em conclusão o estudo reflete o papel que o próprio auditor desempenha na produção da legitimidade nas organizações e sociedade (O’Dwyer, et al, 2011).

2.5.3 - A atualidade em Portugal

A nível nacional os estudos mais incidentes sobre a realidade da avaliação dos relatórios de sustentabilidade em Portugal foram: “*O Estudo da KPMG sobre a publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal*” (KPMG, 2007) e “*O Desafio do Desenvolvimento Sustentável nas Empresas Portuguesas*” (Deloitte, 2003) tendo como complemento o *International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2005* (KPMG, 2005), que nos ajuda a efetuar o enquadramento da nossa realidade a nível internacional. O estudo de 2005 efetuado pela KPMG teve como base de estudo a análise dos Relatórios das 250 maiores empresas identificadas na Revista *Fortune 500* e às 100 maiores empresas distribuídas por 16 países (KPMG, 2005). O Estudo publicado em 2007 acima referido tentou apurar a identificação de publicação de informação relativa à sustentabilidade em Portugal. Através de um inquérito on-line com 25 questões distribuído às 536 maiores empresas em Portugal entre Julho e Agosto de 2006 (KPMG, 2007), tendo o apoio do BCSD Portugal e da Informa D&B. À semelhança dos estudos anteriormente referidos, neste, também se verifica uma tendência cada vez maior de publicação dos relatórios de sustentabilidade, denotando-se no entanto que a prática de publicação de informação relativa à sustentabilidade em Portugal é ainda escassa. Das 536 empresas questionadas pela KPMG apenas 103 responderam ao inquérito e apenas 34% tornaram essa informação pública (KPMG, 2007). Em ambos os estudos da KPMG publicados em 2005 e 2007 conclui-se que em comparação a outros países, Portugal ainda necessita de algum trabalho de sensibilização nas empresas nacionais em assumir este compromisso. Este processo nas datas de publicação destes estudos já é

bastante frequente e comum em países como Japão, Inglaterra, Canadá e França (KPMG, 2005; KPMG, 2007).

O estudo publicado em 2005 pela KPMG, indica dados resultantes do estudo da *Tomorrow's Value*, publicado em 2006, e desenvolvido em parceria pela UNEP, *Standard & Poor's*, e pela *Sustainability*, onde estes efetuaram um *benchmarking* dos Relatórios de Sustentabilidade de 50 empresas líderes no mercado mundial desde 2002 (UNEP & *SustainAbility*2006 cited in (KPMG, 2005). É divulgado neste estudo, que as empresas de quase todos os setores de atividade têm um papel bastante ativo na comunicação de ações realizadas no âmbito da sustentabilidade. Concluiu-se com base nos resultados, que no período em análise assistiu-se a um aumento de publicação da informação associada à Sustentabilidade como consequência da sensibilização das organizações para estes assuntos, e das pressões regulamentares que estes temas têm vindo a gerar. Os setores de atividade que têm desenvolvido maior quantidade de relatórios de sustentabilidade desde 2006 provêm do setor dos Transportes, Construção, Comércio e Banca. A nível internacional são as empresas do setor dos Serviço, Químicos, Petrolífero, Gás, e ainda Silvicultura e Pasta de Papel os setores com maior produção ao nível dos RS (KPMG, 2007).

Em 2003¹⁵ a Deloitte efetuou um estudo para avaliação da preparação do tecido empresarial português: se este se encontrava preparado para abordar o conceito de Desenvolvimento Sustentável nas suas práticas de gestão, ao nível das principais empresas. Para esse efeito a Deloitte desenvolveu um inquérito internacional nomeado “*Deloitte Dex Company Survey on Business and Sustainable Development*”, ao qual responderam 35 organizações empresariais representativas das principais organizações presentes no nosso país. As conclusões obtidas resultantes deste inquérito indicam que 57% das organizações inquiridas informam o exterior com regularidade sobre o seu desempenho em qualquer das vertentes do Desenvolvimento Sustentável e que 23% o fazem de uma forma muito diminuta (Deloitte, 2003). Na sua maioria, as empresas no nosso país reconhecem a importância do Desenvolvimento Sustentável e assumem esse compromisso na melhoria do desempenho a

¹⁵ Foram efetuadas pesquisas no sentido de encontrar um estudo da Deloitte mais recente, no entanto o estudo de 2010 encontrado, *Sustainability in business today: A cross-industry view, 2010* efetua uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento da sustentabilidade e suas tendências, pelo que considerámos não se adequar ao objeto de estudo aqui abordado.

nível social e ambiental através do cumprimento legal associado a estas matérias, no que concerne à formação e sistemas de gestão. A nível da legislação, manifesta-se uma adoção de requisitos que vão além do mero cumprimento legal, na maior parte das organizações (BSCD, 2005; Deloitte, 2003).

O projeto *Young Managers Team*, vem confirmar esta afirmação, pois neste encontra-se refletido que 97% das organizações inquiridas têm o tema desenvolvimento sustentável presente na sua estratégia de gestão. Há de facto um longo caminho a percorrer e significativas mudanças a operar, no entanto apenas uma minoria não apresentou reflexões estratégicas ambientais na missão da sua empresa. (BSCD, 2005) Este projeto foi o resultado do trabalho efetuado pela equipa *Ecowave* no decorrer do ano de 2005, tendo estes como principal objetivo envolver as empresas nacionais de forma a avaliarem quais os principais obstáculos à evolução no âmbito do desenvolvimento sustentável e quais as melhores formas de ultrapassar esses obstáculos. No âmbito deste estudo foi efetuado um inquérito com obtenção de respostas sobre a aplicação prática dos conceitos de Inovação e Sustentabilidade direcionado a todas as empresas que reuniam condições como “potencialmente inovadoras” (BSCD, 2005).

No seguimento deste mesmo projeto foi também publicado em 2007 um relatório sobre o tema: “Relatórios de Sustentabilidade – Motivações e Impactos”, resultado de um trabalho realizado pelas empresas (que desenvolvem os RS) onde se avaliou e identificou as principais características dos relatórios que se desenvolvem no nosso país. Os objetivos propostos convertem-se na identificação das principais motivações e benefícios da publicação de Relatórios de Sustentabilidade, perceção do impacto dos Relatórios junto do universo de *stakeholders* e incentivar todos aqueles que ainda não o fazem, a efetua-lo e publica-lo (BCSD, 2007).

Capítulo 3 – Estudo empírico

A realização de um estudo empírico constituiu um dos principais aspetos deste trabalho, por ser um meio capaz de nos conduzir a conclusões e validar hipóteses de investigação identificadas. Este estudo teve por base analisar a informação divulgada, pelas maiores empresas em Portugal, públicas ou privadas nos anos de 2008, 2009 e 2010 através dos seus Relatórios e Contas e Relatórios de Sustentabilidade. Foram selecionadas empresas pertencentes a todos os setores de atividade económica abrangendo um total de 117 empresas.

Na análise de toda a bibliografia apresentada podemos aferir a existência de alguns estudos desenvolvidos no nosso país na análise e elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade e respetivas auditorias (KPMG, 2007), contudo este número ainda é reduzido em relação a estudos internacionais. Foram articulados os objetivos e as hipóteses de investigação a considerar, tendo em conta o estágio de desenvolvimento e de investigação empírica subjacente à formulação de relatórios de sustentabilidade e sua verificação no nosso país.

3.1- Objetivos e Hipóteses de Investigação

Esta dissertação é constituída por três ensaios, e os objetivos de cada um deles são:

1º Ensaio – “Estado da Arte” da Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade em Portugal.

1. Determinar do universo das 117 empresas quantas publicam Relatório de Sustentabilidade.
2. Concluir sobre a periodicidade da publicação.
3. Classificar por setores de atividade todas as empresas que publicam Relatórios de Sustentabilidade.
4. Identificar em cada ano, quantas novas publicações existem.
5. Determinar se a publicação da informação sobre Sustentabilidade é efetuada num Relatório Autónomo ou no Relatório e Contas.
6. Determinar dos Relatórios de Sustentabilidade quais são sujeitos a Auditoria por uma entidade externa.

7. No caso da aplicação das Diretrizes GRI, identificar qual o nível de aplicação tendo como base o modelo de divulgação de sustentabilidade empresarial proposto pelo *Global Reporting Initiative (GRI)*.
8. Determinar quais os normativos utilizados para a auditoria aos Relatórios de sustentabilidade.
9. Determinar quais as empresas de auditoria mais procuradas para auditoria aos Relatórios de sustentabilidade.

Numa segunda fase e à semelhança de estudos Internacionais como CPA (2010), foi feito um levantamento de informação a cada “*assurance statement*” de forma a responder a questões tais como:

- Título utilizado
- Estrutura dos Relatórios
- Procedimentos utilizados

E perceber as tendências de elaboração destes relatórios por parte das entidades externas. Esta análise foi efetuada às empresas que em 2010 publicaram o Relatório de Sustentabilidade e que tenham sido sujeitos a verificação externa independente.

2º Ensaio – Caracterização das empresas que recorrem á verificação externa dos seus Relatórios de Sustentabilidade.

Podemos constatar, tal como Dias, (2009) que segundo vários estudos, realizados ao longo dos últimos 20 anos como Adams, Hill, & Roberts, (1998); Domench, (2003); Hackston & Milne, (1996); Moneva & Llana, (2000); Patten, (1991); que as empresas de maior dimensão são responsáveis por uma maior quantidade e qualidade de informação ambiental e social divulgada. Segundo, Deegan & Gordon, (1996); R. Gray, Kouht, & Lavars, (1995); Patten, (1991), são estas que têm uma maior preocupação na divulgação das suas atividades face ao enquadramento legal a que estão sujeitas, visibilidade e pressão pública (Tilt, 1994; Wilmshurst & Frost, 2000).

Tentou-se obter fatores explicativos sobre a procura de auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade, e relaciona-la com as características e determinantes das empresas. As características tidas em conta para determinar se existe influência para a verificação dos Relatórios de Sustentabilidade são o setor de atividade, se fazem parte do PSI20, a dimensão da empresa, em Total de Ativo, Total de Passivo, Resultado Líquido, Volume de Negócios, EBITDA e o número de colaboradores. As hipóteses formuladas neste ensaio foram as seguintes:

- **Hipótese 1** - O setor de atividade condiciona a empresa a recorrer à verificação externa.
- **Hipótese 2** - Ser uma empresa Cotada ou Não Cotada condiciona a empresa a recorrer à verificação externa.
- **Hipótese 3** - A dimensão da empresa em Total de Ativo, Total de Passivo, Resultado Líquido, Volume de Negócios, EBITDA condicionam a empresa a recorrer à verificação externa.
- **Hipótese 4** - O número de colaboradores condiciona a empresa a recorrer à verificação externa.

3º Ensaio – Perceção dos Revisores Oficiais de Contas sobre Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade.

Tendo por base um estudo já referido, CPA (2010), foi elaborado um questionário dirigido aos Revisores Oficiais de Contas, o questionário era composto por 21 questões, preenchido *online* e divulgado através do *site* da OROC, com o objetivo de determinar a sua perceção sobre esta temática. É pretendido com este questionário concluir se esta temática é para os auditores um tema do qual têm conhecimento e se a verificação aos Relatórios de Sustentabilidade faz parte das suas atividades como ROC's .

3.2- Metodologia e Dados

A pesquisa iniciou-se com um estudo exploratório através do qual se pretendeu obter informação sobre a auditoria aos RS. Os dados foram recolhidos dos Relatórios e Contas e dos Relatórios de Sustentabilidade tendo sido criadas três tabelas de Excel (Anexo 1; Anexo

2 e Anexo 3) distintas, com o objetivo de classificar, agrupar e comparar as divulgações. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, incluindo a criação de categorias ou atributos, e a escolha da metodologia estatística a aplicar no tratamento dos dados recolhidos, tomando por referência os estudos já citados de Kolk (2004), Barrett (2005) e Ackers (2009).

3.2.1 - Recolha de Dados

No 1º Ensaio foram consideradas para a população em estudo, as 100 maiores empresas nacionais, as empresas que fazem parte do PSI20, todas as empresas que publicam Relatório de Sustentabilidade associadas ao BCSD e que divulgam o RS no GRI, tendo sido definida uma amostra de 117 empresas.

No sentido de ser escolhida uma amostra considerável, para o 2º Ensaio, foi definida como condição de seleção as empresas Nacionais que publicam o Relatório de Sustentabilidade pelo menos num dos anos em análise, ou seja 2008, 2009 e 2010 e que em simultâneo publiquem o Relatório e Contas, sendo que este deverá ser analisado nos três anos, a falta do Relatório e Contas ou informação financeira, é um fator eliminatório para a análise das empresas em causa. Foram selecionadas apenas 66 empresas, que reuniam todas as condições de seleção para este estudo. Tendo sido considerado o seguinte critério: do universo inicial, foram retiradas todas as empresas que num dos três anos em análise não tivessem o Relatório e Contas ou informação financeira. Recorreu-se contudo, ao *site* da Informa D&B¹⁶ para a recolha de dados financeiros e foram excluídas empresas subsidiárias de empresas Intracomunitárias em que a publicação do Relatório de Sustentabilidade fosse elaborada pela empresa internacional. De forma geral limitámos a nossa amostra apenas às empresas que publicaram Relatório de Sustentabilidade em pelo menos um dos anos de 2008, 2009 e 2010 e tivessem disponíveis os Relatórios e Contas ou Demonstrações Financeiras para recolha de dados.

A recolha de informação passou por três etapas: a consulta ao *site* do BCSD Portugal, em que foi efetuado o *download* de todos os Relatórios de Sustentabilidade existentes no mesmo; através dos *sites* de cada uma das empresas definidas no universo, tendo-se obtido

¹⁶ <https://www.informadb.pt>

os ficheiros relativos a Relatórios e Contas, e em alguns casos dos Relatórios Ambientais, Relatórios de Responsabilidade Social e Relatórios de Sustentabilidade quando os mesmos não estavam disponíveis no *site* do BSCD Portugal, o que aconteceu principalmente no ano de 2010; ou em alternativa, a recolha de endereços eletrónicos, para se proceder ao pedido dos elementos anuais de prestação de contas ou relatórios de sustentabilidade. Recorremos também à base de dados do *Global Reporting Initiative* e páginas *web* das empresas. Por fim para validar o nosso universo recorreu-se a uma base de dados construída pelo BCSD (não disponível na página *web*) com todas as empresas associadas e das empresas que publicam o RS desde 2007.

O processo de recolha acima descrito constituiu uma fase difícil e muito morosa desta dissertação. Alguns Relatórios e Contas e de Sustentabilidade foram disponibilizados pelo Centro de Investigação em Gestão para a Sustentabilidade (CIGS) do IPL, representando cerca de 30% da recolha. Como se trata de uma divulgação voluntária não é imposta nenhuma data de publicação e o que acontece, em vários casos, é o facto de as empresas publicarem relatórios bianuais, por esta razão surgiram algumas dificuldades pois a publicação dos relatórios de sustentabilidade de 2009/2010, foi em muitos dos casos, efetuada após a data limite para a recolha da informação.

A recolha de informação foi efetuada de três formas: a primeira passou principalmente por pesquisas de Internet em qualquer formato para *download*, porque apresenta facilidades de catalogação da informação recolhida; envio de correio eletrónico para todas as empresas que não tinham os relatórios de acesso público, que resultou numa fraca participação ao que era solicitado; e contactos telefónicos que também resultaram numa fraca adesão, tendo como consequência o número de empresas constituintes da amostra.

No período de tempo em análise constata-se que a divulgação dos relatórios de sustentabilidade e sua verificação podem não obedecer a uma coerência de publicação. Verifica-se uma escolha opcional por parte de algumas organizações de publicação dos relatórios de sustentabilidade com uma periodicidade anual e bianual, dos quais optam por auditorias aos mesmos, interpoladas no tempo. Isto é, num determinado ano de publicação do seu RS efetuam a verificação e na publicação seguinte não o fazem. As motivações que

levam a este comportamento prendem-se com a capacidade de obtenção de informação completa para a elaboração do RS e à capacidade financeira das empresas para a verificação dos RS, sendo esta uma das principais dificuldades aferidas.

3.2.2 - Metodologia Utilizada

Para a recolha de dados recorreu-se numa 1ª fase às páginas *web* das empresas, sendo este um importante veículo para as empresas comunicarem os aspetos Financeiros e de Sustentabilidade, método, este já utilizado noutros estudos como Campbell & Beck, (2004); Epstein, (2004); Patten, (2002). Nesta pesquisa identificaram-se diferentes tipos de apresentação da informação dos RS pesquisados na *web*: relatórios independentes, capítulos de relatórios e contas ou áreas no *website* das empresas. À semelhança do que é referido no estudo da KPMG Portugal (KPMG, 2007) onde consta que 61% das empresas inquiridas produziram relatórios autónomos, 31% utilizaram secções específicas incluídas no relatório e contas e 8% divulgaram informação exclusivamente no seu *website*.

A recolha de dados foi a base para este estudo empírico, contudo o tratamento e transformação dos mesmos em dados passíveis de análise, foi fundamental. Recorreu-se à análise de conteúdos para o tratamento da informação divulgada nos Relatórios e Contas e nos Relatórios de Sustentabilidade. A análise de conteúdos divide-se em três períodos: a pré-análise, a exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise é a fase de intuições e tem como objetivo tornar operacional e sistematizar as ideias iniciais, deste primeiro período fazem parte a recolha dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e dos objetivos. A exploração do material consiste em operações de codificação, decomposição ou enumeração em função de regras previamente formuladas. Na fase do tratamento de dados os resultados são tratados de forma a serem significativos e válidos. Este tratamento é feito através de operações estatísticas simples no caso de percentagens ou complexas quando se trata de análise factorial. (Bardin, 2011).

Para o 1º Ensaio foi recolhida informação de 2008, 2009 e 2010, de 117 empresas identificadas pelo Nome, Setor de Atividade, se fazem parte do PSI20, se publicaram Relatório de Sustentabilidade e se recorrem à verificação por uma entidade externa independente.

Para as empresas que publicam RS foi recolhida a seguinte informação: (Anexo 2)

- Verificação Externa (1- Sim, 0- Não)
- Norma Diretriz de Elaboração do Relatório de Sustentabilidade
- Nível de Aplicação
- Nível de Conformidade com a Norma de verificação
- Empresa responsável pela Auditoria
- Número da publicação em cada ano
- Relatório Autónomo ou Independente

Numa 2ª fase deste ensaio e para uma população de 27, pois trata-se apenas das empresas que recorrem à verificação externa dos Relatórios de Sustentabilidade em 2010, foi criada uma tabela de classificação de dados (Anexo 2) tendo por base a análise da “*assurance statement*” tais como:

- Título utilizado
- Estrutura dos Relatórios
- Procedimentos utilizados

Para o 2º Ensaio e de forma a determinar se a procura de auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade poderá ter influência, no setor de atividade, no facto de ser ou não cotada, na dimensão da empresa e no número de colaboradores, procedeu-se ao levantamento de dados contabilísticos, tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais, dependente do caso (Anexo 3). Das 66 empresas da amostra e de forma a responder ao nosso objetivo, foram recolhidos os seguintes dados:

- Nome da Empresa
- Setor de Atividade
- Total do Ativo
- Total do Passivo
- Resultado Líquido
- Volume de Negócio
- EBITDA

- Número de Colaboradores

A partir da análise documental recolheram-se dados das Demonstrações Financeiras de cada empresa respetivamente de 2008, 2009 e 2010 informação do Balanço; Total do Ativo, Total do Passivo e da Demonstração de Resultados, RLE e Volume de Negócios, dos relatórios de Gestão o EBITDA e nº de Colaboradores. Em alguns dos casos o valor do EBITDA não era divulgado e para tal serviu a recolha de valores como, Amortizações, Resultados Operacionais, Subsídios ao Investimento, para efetuar o cálculo deste indicador. Todos estes dados foram compilados numa folha de cálculo (Anexo 3).

Fórmula: \Rightarrow EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações – Subsídios ao Investimento

O 3º ensaio, consistiu na elaboração de um questionário aos ROC's (Anexo 4) colocado no *site* da OROC. Este questionário estava dividido em 4 partes. A primeira parte pretendia caracterizar o inquirido, quanto, à sua idade, sexo, habilitações literárias, formação académica, antiguidade na profissão de ROC, (se atualmente era membro ativo).

Na 2ª parte foram colocadas questões sobre conteúdos dos RS com o objetivo de, por um lado avaliar o conhecimento dos auditores relativamente a esta temática, por outro perceber a sua opinião sobre quem deverá auditar estes relatórios, se deverá ser uma prática obrigatória e em que condições. Na terceira parte do questionário foram colocadas questões práticas sobre a auditoria aos RS e se esta faz parte dos trabalhos efetuados pelo inquirido. Caso a resposta seja negativa, dar-se-á o questionário por concluído se a resposta for positiva o inquirido avança para a parte 4 com questões sobre o desenvolvimento desta prática.

Capítulo 4 - Análise e discussão dos Resultados

4.1- Ensaio 1 “Estado da Arte” da Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade em Portugal

Este primeiro ensaio pretende responder a questões tais como: 1) Quantas empresas publicaram Relatório de Sustentabilidade em Portugal nos anos de 2008, 2009 e 2010 considerando a sua evolução e caracterização; 2) Concluir sobre a periodicidade da publicação; 3) Classificar por setores de atividade todas as empresas que publicam Relatórios de Sustentabilidade; 4) Identificar em cada ano, quantas novas publicações existem; 5) Determinar se a publicação da informação sobre Sustentabilidade é efetuada num Relatório Autónomo ou no Relatório e Contas; 6) Determinar dos Relatórios de Sustentabilidade quais são sujeitos a Auditoria por uma entidade externa; 7) No caso da aplicação das Diretrizes GRI, identificar qual o nível de aplicação tendo como base o modelo de divulgação de sustentabilidade empresarial proposto pelo *Global Reporting Initiative* (GRI); 8) Determinar quais os normativos utilizados para a auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade e tal como outros estudos, Ackers, (2009), CPA, (2010) ou (Corporate Register.com, 2008) o último objetivo é determinar quais as empresas de auditoria ou consultoria mais procuradas para auditar os Relatórios de Sustentabilidade.

Num segundo momento e à semelhança do estudo, CPA (2010), para o ano de 2010 foi efetuada a recolha de informação a cada relatório de verificação de forma a responder a algumas questões, tendo em conta:

- Título utilizado
- Estrutura dos Relatórios
- Procedimentos utilizados

Partimos de uma amostra de 117 empresas, entre empresas privadas, públicas, cotadas e subsidiárias de empresas intracomunitárias e multinacionais, tendo-se obtido os resultados descritos nos Gráfico 1 e Gráfico 2, tendo (ou não) em conta empresas internacionais e multinacionais.

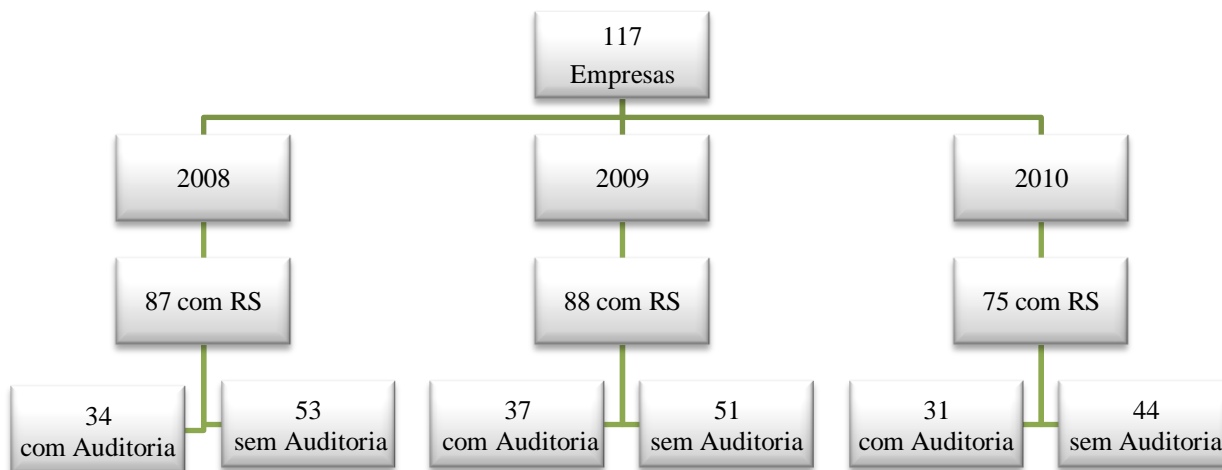


Gráfico 1 - Incluindo Informação de empresas Internacionais e Multinacionais
Elaboração Própria

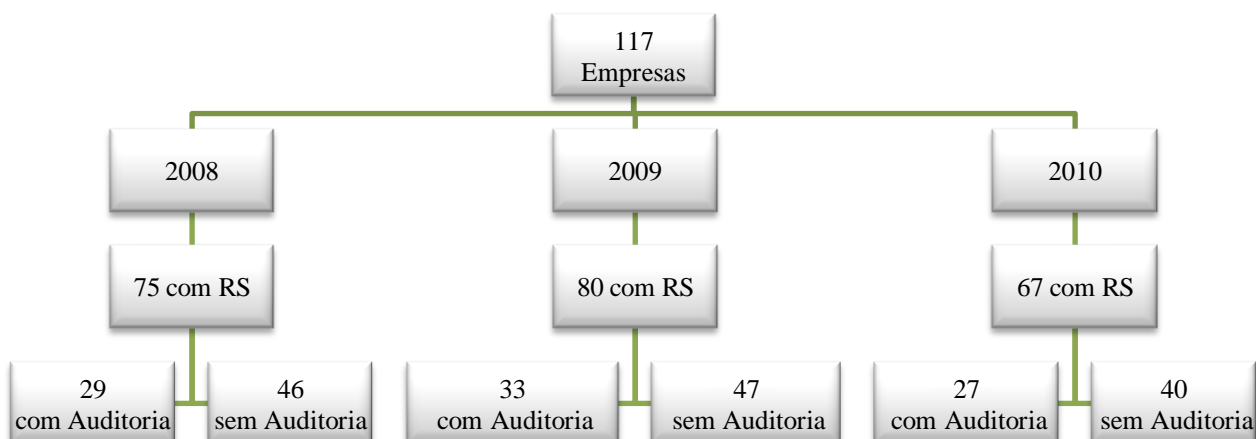


Gráfico 2 - Excluindo Informação de empresas Internacionais e Multinacionais
Elaboração Própria

Inicialmente determinou-se o número de empresas que elaboraram Relatórios de Sustentabilidade, e conclui-se que existiram 87 em 2008, 88 em 2009 e 75 em 2010, foram incluídos os relatórios, Nacionais, Internacionais e Multinacionais publicados no nosso país. Por sua vez em relação aos relatórios Nacionais existem 75 em 2008, 80 em 2009 e em 2010

obtiveram-se 67 Relatórios de Sustentabilidade, o que corresponde a 64%, 68%, e 57% respetivamente (das 117 empresas analisadas) ¹⁷.

Tal como já referido em vários estudos, Kolk (2004), KPMG (2005), Ackers (2009) e Dias (2009), a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade tem aumentado nos últimos anos. Este acréscimo deve-se ao facto das empresas demonstrarem, cada vez mais, uma maior preocupação com o desenvolvimento assente nos princípios da Sustentabilidade e com a vontade de mostrar perante a comunidade as ações que caracterizam o seu desempenho.

Neste estudo confirmou-se tal como nos anteriores, que existe um aumento de publicação de Relatórios de Sustentabilidade, contudo este acréscimo verificou-se nos dois primeiros anos em análise o que já não aconteceu em 2010. Uma possível justificação pode dever-se a várias publicações serem bianuais sendo que os relatórios de 2010/2011 ainda não foram publicados, à data de conclusão deste estudo.

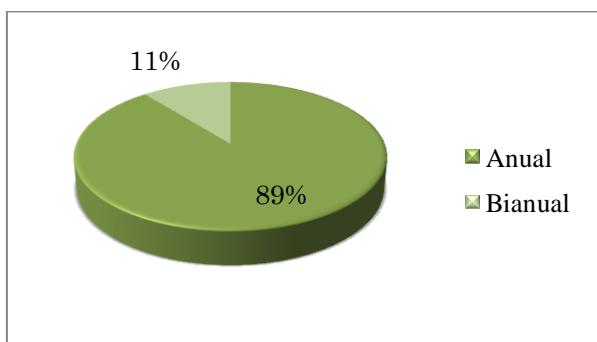


Gráfico 3 - Periodicidade da Publicação
Elaboração Própria

De forma a responder ao terceiro objetivo do 1º ensaio as empresas em estudo foram classificadas por setores de atividade. Autores como Gallego, (2006); Moneva & Llana, (2000) e Monteiro, (2007), identificam o setor como fator explicativo da divulgação ambiental, distinguindo os setores consoante o seu impacto no ambiente, seja mais ou menos elevado ou “crítico”. Também outros estudos detetaram a existência de diferenças significativas, quer na quantidade quer na qualidade da informação divulgada, em função do setor de atividade Deegan & Gordon, (1996); Domench, (2003). Outros autores Branco &

¹⁷ Em comparação com o nosso estudo, a Base de dados do GRI refere que em 2008 foram registadas 30 publicações, 38 em 2009 e 40 publicações em 2010; por sua vez das empresas que publicam no BCSD, os dados respeitantes a 2008, 2009 e 2010 são 64, 56 e 52 publicações, respetivamente.

Rodrigues, (2008a); Deegan & Gordon, (1996); Hackston & Milne, (1996); Moneva & Llena, 1996) mencionam que este pode afetar a divulgação de informação, pois os setores mais sensíveis ao ambiente, ao estarem sujeitos a um crescente normativo ambiental, são aqueles que se vêm obrigados a tornar públicas as suas atuações ambientais.

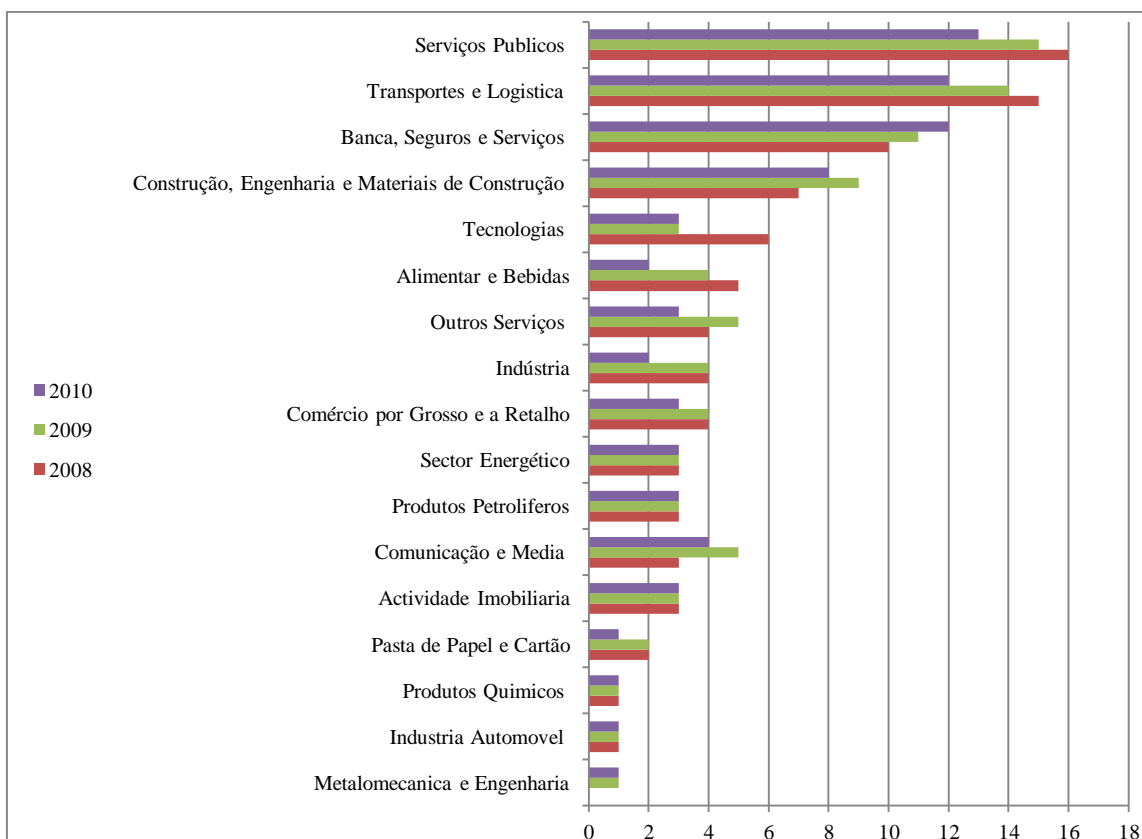


Gráfico 4 - Relatórios Publicados por Setor de Atividade
Elaboração Própria

Verifica-se neste estudo que as empresas de “Serviços Públicos” são as que mais se preocupam com esta temática, seguida das empresas de “Transporte e Logística”. Contudo a Publicação de RS não segue as tendências de evolução crescente no decorrer do período em estudo, sendo que a publicação é decrescente ao longo dos anos em análise. Conclui-se que o setor que apresenta uma evolução crescente ao longo dos anos é a “Banca, Seguros e Serviços”. Pode-se concluir que os setores considerados “mais limpos”, tais como Banca, Seguros e Serviços, têm conhecido um incremento de divulgação destas matérias superiores ao verificado nos setores considerados tradicionalmente como mais poluentes (Branco & Rodrigues, 2008b; Kolk, 2004). Embora existam algumas comparações internacionais

Bebbington & Thomson, (2005; Larrinaga et al., (2008) os estudos que seguem esta linha de investigação, tendem a limitar o seu âmbito a uma amostra de empresas cotadas. Das empresas do PSI20 e excluindo as Sociedades Anónimas Desportivas por terem um período de relato não coincidente com o ano civil, conclui-se, à semelhança de Dias (2009), que poucas elaboram RS. Em 2005 das 46 empresas analisadas por Dias, (2009) apenas 21 empresas divulgam informações de sustentabilidade.

No presente estudo, das 38 empresas cotadas, conclui-se que em 2008 apenas 19 empresas elaboram RS das quais 9 procuram verificação externa, em 2009, 19 empresas elaboram RS e apenas 8 dos relatórios foram sujeitos a verificação externa e em 2010 das 17 que elaboraram RS apenas 9 foram sujeitos a verificação externa. Supostamente seriam as empresas cotadas em bolsa as que mais recorreriam a esta prática, no entanto, tal como se pode verificar isso não acontece.

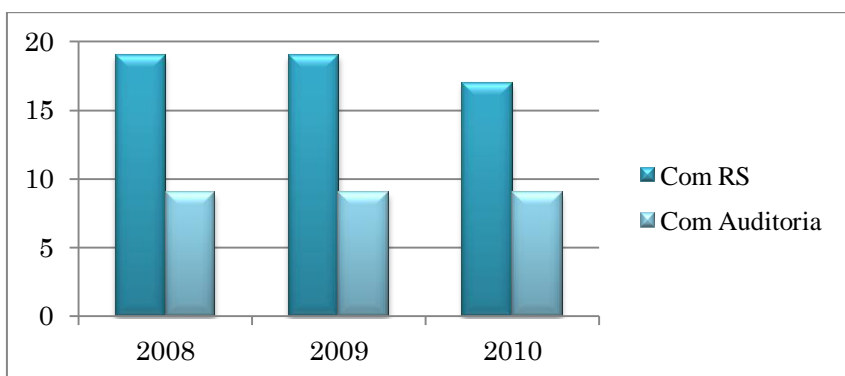


Gráfico 5 - Relatórios de Sustentabilidade publicados com auditoria das empresas do PSI20
Elaboração Própria

Dos três anos em análise conclui-se que o ano com mais novas publicações foi o ano de 2008. Nesse ano 23 empresas publicaram o seu Relatório de Sustentabilidade pela 1ª vez, em 2009, 9 empresas e em 2010, apenas duas empresas.

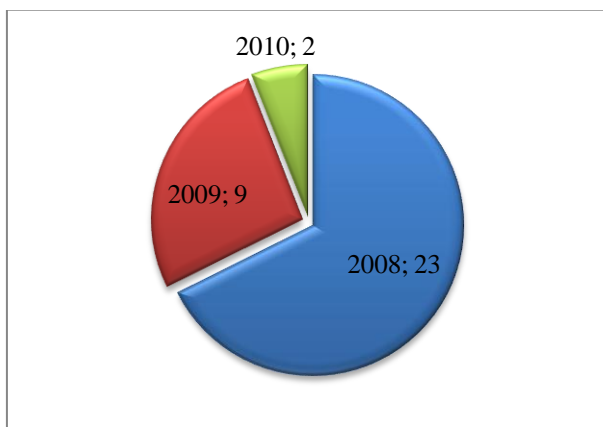


Gráfico 6 - Número de novas publicações de Relatórios de Sustentabilidade
Elaboração Própria

Outro aspeto analisado foi se a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade é efetuado num relatório autónomo ou num capítulo do Relatório e Contas. Neste ponto concluiu-se que cada vez mais as empresas optam por relatar este tipo de informação, integrada no Relatório e Contas. Em 2008 apenas 7% das publicações são no Relatório Anual, em 2009 existem 9% e em 2010 verificou-se um aumento para 16%.

Segundo o estudo da KPMG (2007) os canais mais recorrentes utilizados para a comunicação da Sustentabilidade são os Relatórios Independentes (61%), por sua vez esta publicação é incluída no Relatório e Contas em 31% e no *website* da empresa (8%). *CorporateRegister.com* publica em 2008, uma investigação entre os anos de 2004 e 2007 onde expõe a tendência cada vez mais recente, particularmente na Europa, da produção do Relatórios de Sustentabilidade ser totalmente integrado no Relatório Anual. Os autores deste estudo defendem a antecipação desta tendência a curto prazo na Europa, África e Austrália e a longo prazo na Ásia. A auditoria de um relatório integrado apresenta vantagens face à conveniência do custo benefício e logística, enquanto se apresenta ao mesmo tempo a informação Financeira e de Sustentabilidade. Esta tendência foi igualmente verificada por Beja, (2005) em que refere no seu estudo que os RS serão de futuro cada vez mais, integrados no Relatório Anual. Concluiu que esta prática já se verifica em várias empresas especificamente nos países Nórdicos. Torres & Paradís, (2003) referem que as empresas que incluem a informação voluntária no seu relatório e contas, mais concretamente nos anexos ou no relatório de gestão, fazem-no porque entendem que este documento deve conter toda a

informação relevante para a empresa e seus destinatários. Tal como a conclusão do presente estudo já estudos anteriores concluíram esta tendência.

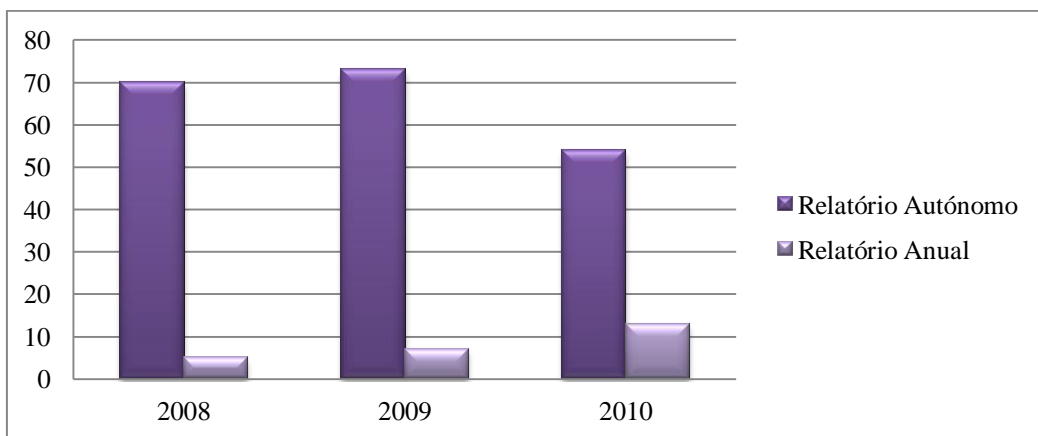


Gráfico 7 - Tipo de relatório
Elaboração Própria

Identificou-se a norma utilizada para a elaboração do Relatórios de Sustentabilidade e na maioria dos casos as empresas recorrem às Diretrizes do GRI. Contudo existem algumas empresas que elaboram o seu relatório sem recorrer a qualquer norma, (13% em 2008 e 11% em ambos os anos seguintes). Já no estudo da KPMG, (2007) esta tendência foi verificada, e refere que a maior parte das empresas incluídas no estudo defendem que a seleção da informação a incluir no relatório é decidida com base nas diretrizes do GRI.

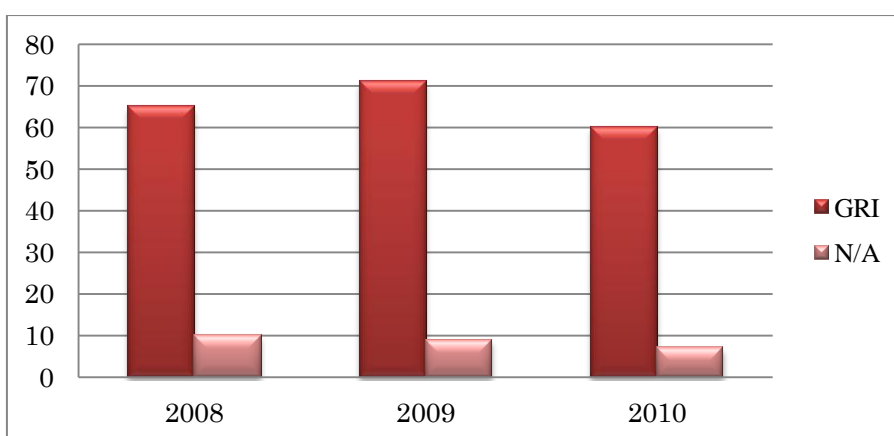


Gráfico 8 - Elaboração dos Relatórios segundo as diretrizes GRI
Elaboração Própria

Trebucq, Evraert, & Nassif (2008) referem que a adoção da estrutura da GRI constitui um bom início para a divulgação voluntária de informação, pois tem o potencial de ganhar visibilidade e controlo do desempenho económico, ambiental e social da empresa. Contudo, necessita de desenvolvimento, principalmente na questão da verificabilidade. De acordo com a GRI, (2006), para que um relatório possa estar sujeito a verificação, o processo de envolvimento das partes interessadas deverá estar documentado, tendo em conta que a incapacidade de as identificar e envolver reduz as probabilidades dos relatórios serem adequados às necessidades das mesmas.

Numa segunda fase deste ensaio, a análise foi efetuada apenas com as empresas que auditaram os seus Relatórios de Sustentabilidade. Da amostra inicial reduziu-se para cerca de 39%, 41% e 42% das empresas respetivamente em 2008, 2009 e 2010. Comparativamente com o nº de relatórios publicados em cada um dos anos, ou seja 75, 80 e 67, pois em relação a números de relatórios com auditorias apresentam-se 38.5%, 41% e 40%.

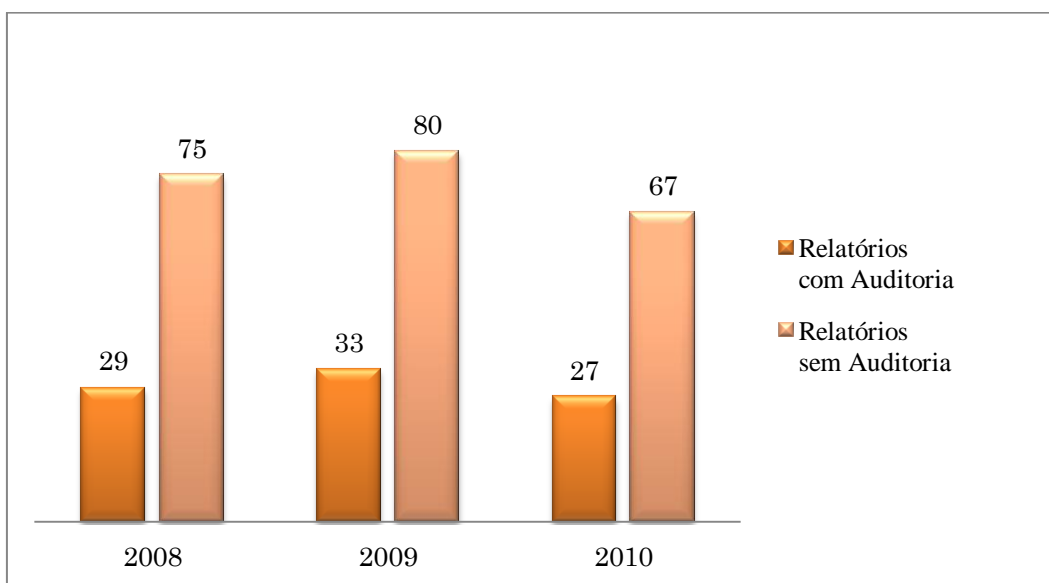


Gráfico 9 - Relatórios com Verificação Externa Independente
Elaboração Própria

(Simnett et al., 2009), conclui que de um universo de 2113 RS, 31% das empresas recorrem à verificação dos mesmos. A KPMG, (2007) refere que apenas 42% das 103 empresas do estudo recorreram à verificação e defende que o principal benefício identificado para a

verificação é o aumento da reputação e da credibilidade das empresas, sendo que o principal constrangimento são os custos que esta prática acarreta para as empresas. Confirmando esta tendência, Wallage (2000) no seu estudo de análise baseado no relatório de auditoria efetuado ao relatório *Shell 2000*, reforça quando indica “...*que é única a explicação compreensiva dada pela Shell - no seu papel como empresa auditada - para os quais a transparência é importante e a verificação necessária: para além de assegurar o rigor e confiança, a verificação aumenta a confiança dos stakeholders de que o que é reportado consiste num quadro justo da sua performance. Também melhora a nossa capacidade de monitorizar e gerir o nosso negócio*”.

Estudos internacionais, referem que esta prática tem aumentado a nível Mundial, tal como se pode observar no gráfico abaixo.

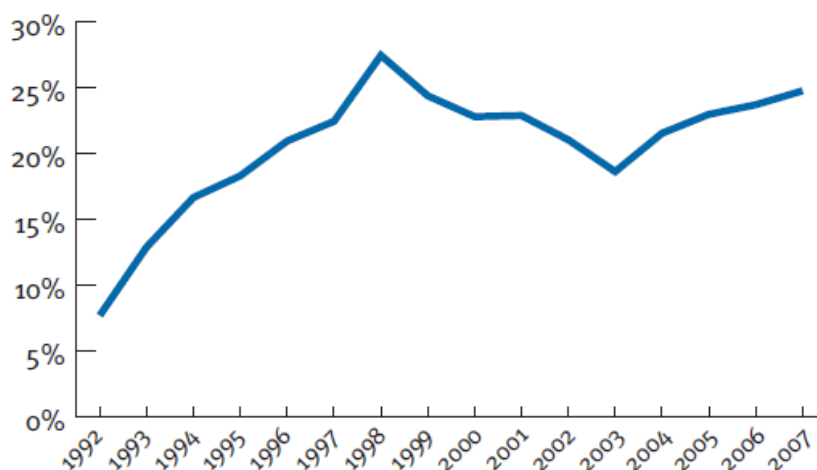


Figura 5 - Crescimento relativo dos Relatórios de Auditoria (% dos CSR Reports)

Fonte: *Corporate Register.com 2008*

O nível de aplicação do GRI implica uma avaliação da informação relatada e em relação aos três anos verificou-se o seguinte:

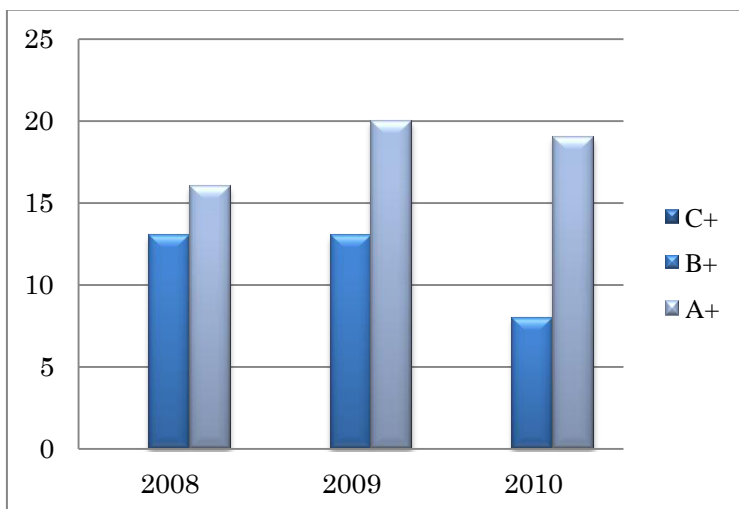


Gráfico 10 - Nível de Aplicação do GRI
Elaboração Própria

Em nenhum dos relatórios de verificação foi aplicado o nível de aplicação C+ mas verificou-se que o nível A+ foi considerado mais vezes, representa 55% em 2008, 61% em 2009 e 70% em 2010 ou seja 16, 20 e 19 dos relatórios nos anos em análise foram classificados com o nível A+ e os restantes com o nível B+, significa que cada vez mais as empresas se preocupam com a melhoria da informação relatada.

Analisando as normas utilizadas na verificação/auditoria dos Relatórios de Sustentabilidade conclui-se que a ISAE 3000 é no nosso país a norma mais utilizada pelos nossos auditores. Contudo também se verifica em alguns dos casos a aplicação das normas em simultâneo, tal como representado no Gráfico 11.

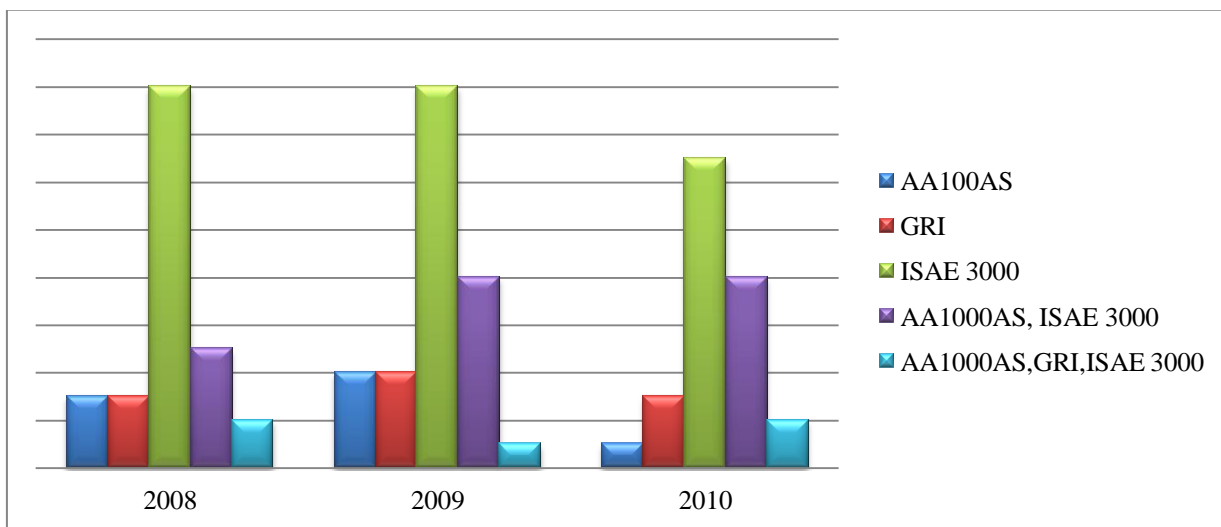


Gráfico 11 - Normas de Verificação
Elaboração Própria

Segundo estudo CPA (2010) a norma mais utilizada nas G250 entre 2005 e 2010 é igualmente a ISAE 3000, em comparação com o nosso estudo. Esta tendência verifica-se também no nosso estudo é a norma mais utilizada pelas maiores empresas de auditoria e responsáveis por um significativo número de auditorias aos RS a nível global. Este estudo reflete que a tendência australiana contrasta com a tendência global que utilizam com maior frequência a AA1000AS, em 28%, seguida pela ISAE 3000 com 20%, tendência verificada devido ao facto de na Austrália se recorrerem a empresas de consultoria com mais frequência do que as empresas de auditoria, sendo que a ISAE 3000 é uma norma apenas de aplicação pelos auditores certificados. Estabelece os princípios básicos e os procedimentos essenciais para projetos de *assurance* que não se refiram a auditorias ou revisões de informação financeira histórica, e proporciona orientação na abordagem e procedimentos que permitem que o projeto seja desenvolvido de forma sistemática e consistente em linha com os *standards* profissionais de auditoria e respetivos códigos de conduta (ISAE 3000).

Ackers, (2009) apresenta uma análise comparativa das várias normas referenciadas entre três estudos nomeadamente no estudo de Corpoaraterregister.com, Manetti & Becatti (2008) e Informação publicada no JSE, (*Johannesburg Securities Exchange 2008*). Conclui que a norma mais vezes referenciada no estudo de Corpoaraterregister.com é o GRI G3, com 44%, seguida da ISAE 3000 com 37% e a AA1000AS com 31% e verifica que a utilização de 2 normas em simultâneo é aplicada mais vezes para determinar maior fiabilidade. A aplicação

de duas normas em simultâneo no estudo do *Corpoarateregister.com* tem uma representatividade de 31%, em relação ao estudo de Manetti & Becatti de 26%, no entanto é o estudo sul-africano referente às 15 maiores empresas (N=15) que tem maior significância correspondente a 53%, devido talvez ao facto de o maior nº de verificações, neste país, ser efetuado por consultores e devido à dificuldade de aplicação de apenas uma norma de verificação sendo assim aplicadas em simultâneo 2 para a verificação dos RS.

O estudo de Manetti & Becatti, apresenta valores muito semelhantes comparativamente ao estudo do *Corpoarateregister.com*, no entanto, na análise comparativa entre a utilização de uma ou mais normas em simultâneo, é predominante na utilização de uma norma (53%), em oposição a 26% dos relatórios que são verificados com base em dois normativos de referência. Os autores indicam, no entanto, que a prevalência da norma pende para a utilização das diretrizes do GRI. O estudo sul-africano publicado no JSE, determina que a norma mais utilizada é o GRI, com 80% de prevalência, a ISAE 3000, com 73% e 45% para a AA1000AS.

Na recolha de dados efetuada neste 1º ensaio tentou identificar-se, através da análise de cada relatório de verificação, qual a empresa de auditoria mais procurada para efetuar a verificação e concluiu-se que a empresa mais procurada é a *Price Water House Cooper*, seguida da Deloitte e a KPMG, conforme representado no Gráfico seguinte:

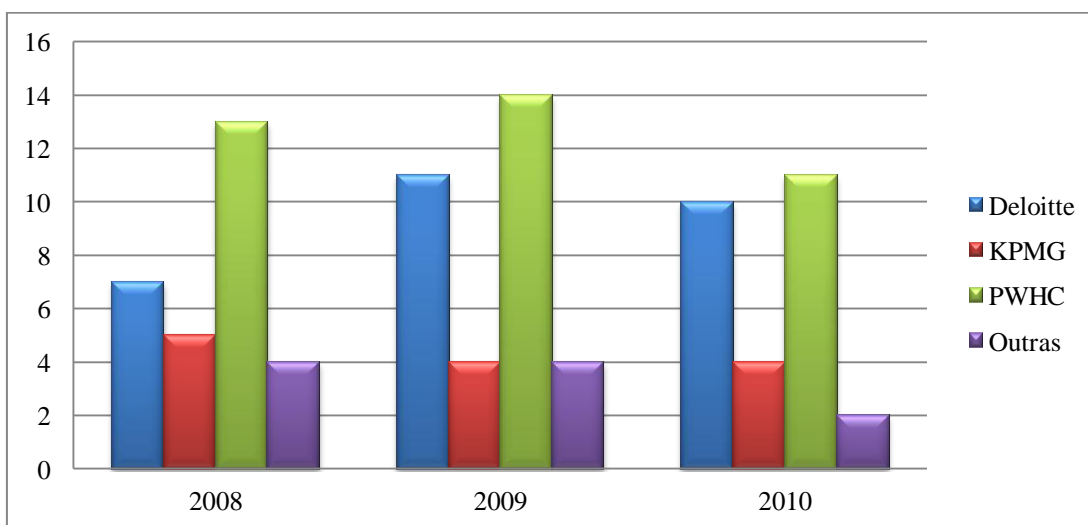


Gráfico 12 - Responsáveis pela Verificação dos RS
Elaboração Própria

O estudo de Simnett et al, (2009) indica que as empresas que mais se preocupam com a informação divulgada recorrem a empresas de auditoria para a verificação dos Relatórios de Sustentabilidade, o que fundamenta o estudo da CPA (2010) e vai de encontro com os resultados do nosso estudo.

No entanto, segundo Ackers, (2009) do estudo das 15 empresas Africanas que publicam Relatórios de Sustentabilidade a norma mais utilizada é o GRI, considerando que 80% das verificações são efetuadas por consultores em vez de auditores.

Num segundo momento do 1º Ensaio e com uma população de 27 empresas que recorrem a verificação externa e independente, no ano de 2010 e após analisar a documentação considerada pertinente, iniciou-se o processo de classificação, codificação e quantificação. Verificou-se qual a nomenclatura mais vezes utilizada nos Relatórios de Auditoria e concluímos que o termos “Verificação Independente” e “Relatório de Revisão” são os mais utilizados, tal como se pode verificar no Quadro 1. A utilização de vários termos, constata-se dependendo da empresa de auditoria que elabora este tipo de Relatório. A estrutura do relatório também foi alvo de análise, conforme Quadro 2 abaixo indicado. Dos vários Relatórios de Verificação analisados verificou-se que a estrutura nem sempre é coincidente. Em ambas as situações estas diferenças devem-se às distintas empresas de auditoria, o que significa que tanto o título do relatório como a estrutura variam consoante o auditor.

Verificação Independente	11
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade	1
Declaração de Verificação	2
Relatório de Revisão Independente	1
Relatório de Revisão	9
Relatório de Verificação de Garantia Limitada de Fiabilidade	2
Relatório de Verificação de Garantia de Fiabilidade	1
Total	27

Quadro 1 - Título do Relatório de Auditoria
Elaboração Própria

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Introdução / Responsabilidade/Âmbito/Conclusão	18
Âmbito e critérios da Verificação/ Abordagem / Conclusões e Constatações /Melhorias Recomendadas/ Responsabilidade de Terceiros / Competências e Independência / Conflito de Interesses	1
Introdução / Responsabilidade / Âmbito / Parecer	2
Introdução / Responsabilidade / Âmbito / Parecer / Independência e Competências da Equipa / Observação e Recomendações	3
Natureza e âmbito da Verificação / Responsabilidade / Declaração de Independência e Competência / Metodologia e Critérios da Verificação/ Conclusão / Recomendações	2
Alcance do Trabalho / <i>Standards</i> e Processos de Verificação / Conclusões / Observação e Recomendações	1

Quadro 2 - Estrutura do Relatório de Auditoria
Elaboração Própria

Podemos concluir que em relação ao título utilizado apenas a *Price Water House Cooper* denomina o relatório por “ Verificação Independente” e que na maioria dos casos (90%) a Deloitte usa o termo “Relatório de Revisão”. A KPMG é a única que usa o termo, Relatório de Verificação de Garantia Limitada de Fiabilidade. A estrutura de referência dos relatórios de auditoria, tal como podemos verificar na Quadro 2 é constituída por: Introdução / Responsabilidade / Âmbito / Conclusão, sendo esta utilizada em 66.66% dos casos. Esta situação acontece, tal como referido anteriormente, dependendo da empresa que elabora a auditoria. A *Price Water House Cooper* é responsável por 11 das auditorias dos 27 RS e utiliza sempre esta estrutura, por sua vez a KPMG também é coerente, sendo responsável por 4 auditorias igualmente com a mesma estrutura. No caso da Deloitte, responsável por 10 auditorias aos RS não se verifica muita coerência na estrutura utilizada, pois utiliza em 3 RS a mesma estrutura qua as anteriores e nas restantes alterna entre as várias estruturas.

Relativamente à análise efetuada aos RS de 2010 e tal como já tinha sido referido, existem 27 Relatórios de Sustentabilidade com verificação por uma entidade externa. Destes relatórios de verificação foram analisados os procedimentos utilizados pelos auditores. À semelhança do estudo de CPA (2010) foram definidos no geral dez procedimentos. No quadro seguinte são apresentados os procedimentos e respetivo detalhe. O detalhe foi construído com base na análise de conteúdos dos relatórios de Auditoria.

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

1	Indagações à Gestão	Indagação à gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturada o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes, as matérias incluídas no relato. Entrevistas para compreender os processos implementados para determinar os aspetos materialmente relevantes para as partes interessadas.	27
2	Processos de Gestão Internos	Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social.	18
3	Verificação da Informação com bases de suporte	Verificar numa base de amostra a eficiência dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitados, através de cálculos e validação de dados reportados.	18
4	Comparação com dados financeiros e económicos	Comparar os dados financeiros e económicos com os dados no RC para aferir sobre a validação externa da informação reportada	12
5	Comparação de dados relativos a indicadores de desempenho	Comparar os dados relativos a indicadores de desempenho definidos pela Entidade Reguladora do setor com os valores previamente auditados e confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho.	22
6	Procedimentos de Consubstanciação	Executar numa base de amostras, alguns procedimentos de consubstanciação da informação através de obtenção de evidências sobre a informação reportada, leitura da informação de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral, experiência e com a performance de sustentabilidade da organização.	15
7	Confirmação do Nível de aplicação	Confirmar a existência de dados e informação requeridos para atingir o Nível de Aplicação do GRI.	21
8	Realização de entrevistas	Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e comparativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas relevantes aplicadas e implementação e aos responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade.	8
9	Visitas às instalações ou obras	Visitas a instalações ou obras.	2
10	Validação dos Normativos	Análise dos temas materiais incluídos no Relatório com base no princípio de relevância previsto nas normas AA1000AS, ISAE 3000 e no GRI.	6

Quadro 3 - Procedimentos de Auditoria
Elaboração Própria

Conclui-se que dos procedimentos de verificação, a (1) Indagações à Gestão é utilizada em todas as verificações, ou seja nos 27 relatórios de auditoria, a análise aos (2) Processos de Gestão Internos são utilizados em 18 empresas assim como, a (3) Verificação da Informação

com bases de suporte, a (4) Comparação com dados financeiros e económicos é um procedimento utilizado apenas em 12 empresas, (5) Comparação de dados relativos a indicadores de desempenho em 22 empresas, os (6) Procedimentos de Consubstanciação são 15 vezes utilizados, a (7) Confirmação do Nível de aplicação é analisado 21 vezes, e por sua vez a (8) Realização de entrevistas é aplicada em 8 empresas. As empresas de auditoria fizeram (9) visitas às instalações ou obras em 2 empresas e a (10) validação de Normativos é verificada em 6 casos.

Em relação ao estudo do CPA (2010), conclui-se que não são muitas as diferenças em relação aos procedimentos de verificação. É evidenciado que os procedimentos mais utilizados são as entrevistas ou discussões com a gestão, o que corresponde ao ponto 1 do quadro atrás apresentada. Por sua vez no estudo Australiano (CPA, 2010) outro dos procedimentos mais utilizados são os que correspondem neste estudo, ao ponto 3 e 5. Um procedimento utilizado em quase todos os nossos relatórios é a **Confirmação do Nível de aplicação**, o que não se verifica no estudo de CPA, (2010), pois não são utilizados níveis de aplicação em auditorias internacionais mas sim avaliações qualitativas.

De forma geral pode-se concluir que os pontos analisados dependem da empresa responsável pela auditoria pois cada empresa aplica os seus termos, formatos e procedimentos. Esta influência é mais notória na nomenclatura utilizada pois a *Price Water House Cooper* utiliza o termo de “Verificação Independente”, seguida da Deloitte que utiliza em quase todos os casos “Relatório de Revisão”.

4.2- Ensaio 2 – Caracterização das empresas que recorrem á verificação externa dos seus Relatórios de Sustentabilidade.

A dimensão de uma empresa tem sido estudada de forma repetida como uma variável importante na divulgação de informação. Esta dimensão pode ser analisada mediante o recurso a variáveis como: o número de colaboradores, o volume de vendas, o valor total do ativo ou ainda o valor de capitalização das ações no mercado. Autores como Hackston & Milne (1996) Domench & Dallo (2001) usaram as três últimas magnitudes, por sua vez, Choi (1999) usou as duas primeiras, enquanto Domench (2003) se limitou apenas ao valor total do ativo.

No que respeita ao fator rendibilidade, a sua relação com a divulgação de informação social e ambiental tem sido objeto de estudo por vários autores. Todavia, segundo Gray et al, (1995), a investigação empírica sobre esta matéria apresenta resultados pouco conclusivos. Na realidade, se bem que a maioria dos estudos apontem para a inexistência de uma associação significativa entre a rendibilidade e a divulgação de informação (Moneva & Llena, 1996); (Hackston & Milne, 1996); (Choi, 1999); (Domench & Dallo, 2001); (Domench, 2003), existem alguns (Teoh, et al 1998) que apontam para a existência de uma relação positiva entre estas duas variáveis.

Com base nos estudos referidos e com a finalidade de responder ao objetivo definido no 2º Ensaio, após recolha e análise aos conteúdos dos diversos relatórios processaram-se estatisticamente os dados obtidos mediante a utilização dos programas informáticos SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences* versão 18 para *windows*) e GRETL (*Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library*).

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados estatísticos do estudo empírico, de modo a identificar as variáveis que expliquem as características das empresas que procuram a verificação externa para os Relatórios de Sustentabilidade. Numa primeira fase, apresentam-se os resultados da análise univariada, nomeadamente, análise estatística dos dados, os coeficientes de correlação e os resultados do teste Qui-Quadrado. Numa segunda fase, para melhor corroborar os resultados dos testes de Qui-Quadrado, apresentam-se os

resultados da análise multivariada obtidos a partir de um Modelo de regressão logística, *Logit* ou *Probit*.

4.2.1 - Amostra

A população em estudo neste ensaio, são as empresas Nacionais, Públicas ou Privadas de vários setores de atividade, Cotadas e Não Cotadas, de que se conseguiu obter o Relatórios e Contas dos 3 anos em análise e por sua vez que num dos anos seja publicado o Relatórios de Sustentabilidade. Quanto à composição da amostra, já referida no ensaio anterior constata-se que das 117 empresas apenas 66 preenchiam os requisitos necessários.

O Quadro 4, caracteriza a amostra em relação às empresas em estudo

Quadro 4 - Quadro de Frequências

	2008				2009				2010			
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent
Não	35	53,0	56,5	56,5	31	47,0	50,0	50,0	30	45,5	52,6	52,6
Sim	27	40,9	43,5	100,0	31	47,0	50,0	100,0	27	40,9	47,4	100,0
Total	62	93,9	100,0		62	93,9	100,0		57	86,4	100,0	
	4	6,1			4	6,1			9	13,6		
Total	66	100,0			66	100,0			66	100,0		

Podemos concluir que das 66 empresas da amostra em 2008, 35 não procuram verificação externa, 27 procuram e 4 das empresas não tem RS. Em 2009 existem 31 empresa que não procuram verificação externa e 31 procuram e tal como em 2008 4 não tem RS, por sua vez em 2010, as empresas que recorrem à verificação externa são 27, as que não recorrem são 30 e 9 empresas não tem Relatórios de Sustentabilidade.

Os métodos estatísticos, para analisar variáveis, estão dispostos em dois grupos: um que trata da estatística, que olha as variáveis de maneira isolada – a estatística univariada, e outro que olha as variáveis de forma conjunta – a estatística multivariada.

4.2.2 - Análise Univariada

Os dados começaram por ser objeto de uma análise exploratória univariada, baseada na análise descritiva e na análise da correlação entre as diferentes variáveis: setor de atividade, ser ou não cotada, total de ativos, total de passivos, resultado líquido, volume de negócios, EBITDA e número de colaboradores.

No, Quadro 5, procedemos à análise descrita dos dados das variáveis independentes primárias.

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Quadro 5 - Análise Descritiva das Variáveis

	Observ	Média	Desvio Padrão	Mediana	Enviesia. (Skewness)	Curtose (Kurtosis)	Kolmogorov-Smirnova			Shapiro-Wilk		
							Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Total do Passivo	198	6.812.642.289,91	19.090.648.170,47	783.283.679,00	3,839	14,237	,389	198	,000	,376	198	,000
Total do Ativo	198	7.961.393.696,69	20.644.175.220,59	949.435.745,00	3,650	12,960	,355	198	,000	,412	198	,000
Volume de Negócios	198	1.538.418.870,66	3.448.915.985,10	367.609.332,00	3,792	15,387	,328	198	,000	,461	198	,000
RLE	198	132.317.974,11	504.599.557,03	11.576.780,50	8,039	83,656	,302	198	,000	,361	198	,000
EBITDA	198	274.934.254,74	589.109.762,37	56.676.953,50	3,551	13,805	,279	198	,000	,528	198	,000
N.º Colabora	198	6.044	10.422	2.110	2,958	9,425	,283	198	,000	,592	198	,000

Da análise do Quadro 5, verificou-se que de uma forma geral todas as variáveis apresentam valores da média e mediana muito diferentes, o que nos leva a concluir que as distribuições não são simétricas, ou seja, as distribuições apresentam uma assimetria positiva, pois os valores da mediana são mais baixos que os valores da média.

Os autores Pestana & Gageiro (2005) aconselham a análise dos graus de assimetria e achatamento para cada variável, individualmente isto porque, as distribuições muito enviesadas podem distorcer os resultados. O coeficiente de assimetria, mede o desvio que a distribuição de frequências apresenta relativamente à reta vertical que passa pela abcissa correspondente ao valor da média aritmética e as medidas de achatamento, coeficiente de achatamento ou *Kurtosis* medem o grau de achatamento de uma curva simétrica, tendo como padrão a curva de distribuição normal.

Relativamente à assimetria (relação entre a média a mediana e a moda), conclui-se que as distribuições das variáveis apresentam um enviesamento (*skewness*) positivo, pois os resultados são valores superiores a zero.

Outra característica da forma da distribuição é fornecida pelo achatamento, o qual através da comparação com uma distribuição normal, para um dado desvio padrão, indica a intensidade das frequências à volta de um ponto central. Segundo Maroco (2003), para que uma distribuição se possa assumir como normal, os valores dos coeficientes descritos devem ser próximos de zero, isto é, dentro de um intervalo de]-0.5; 0.5[. Sempre que os valores absolutos destes coeficientes sejam superiores a 1, pode assumir-se que a distribuição dos dados em causa não é do tipo normal. Verifica-se que a distribuição das diferentes variáveis não é do tipo normal, uma vez que os valores absolutos dos coeficientes são superiores a 1, neste caso diz-se que a distribuição é letocúrtica.

Contudo, os resultados dos testes de normalidade, teste de Kolmogorov-Smirnov e teste de Shapiro-Wilk, permitem concluir, para níveis de significância de 0,01 ou 0,05, que as distribuições das variáveis são normais, não se tornando necessário proceder a qualquer transformação dos dados. Assim, apesar dos valores entre a mediana e a média das variáveis não serem próximos, conclui-se através dos resultados do teste de Kolmogorov-Smirnov e

do teste de Shapiro-Wilk que as informações sobre as medianas das variáveis em análise são semelhantes às informações sobre as médias.

Posteriormente, procedeu-se à análise da correlação linear entre as diferentes variáveis. O conceito de correlação é um dos mais básicos e importantes no estudo de relações entre duas variáveis. A correlação indica-nos a força e a direção da associação de um par de variáveis, isto é, verifica, se a variação num conjunto de dados de uma variável provoca a variação no outro conjunto de dados da outra variável, determinando, também, qual o grau e a direção dessa variação.

O coeficiente de correlação linear pode ser obtido através das seguintes relações:

$$r_{XY} = \pm\sqrt{R^2}$$

ou

$$r_{XY} = \frac{\sum_{t=1}^T (X_t - \bar{X})(Y_t - \bar{Y})}{\sqrt{\sum_{t=1}^T (X_t - \bar{X})^2 \sum_{t=1}^T (Y_t - \bar{Y})^2}}$$

O quadro seguinte apresenta os coeficientes de correlação linear.

Quadro 6 - Coeficiente de Correlação Linear

	1	2	3	4	5	6	7	8
1.Total do Passivo	1,00							
2.Total do Ativo	0,95	1,00						
3.Volume de Negócios	0,75	0,83	1,00					
4.RLE	0,49	0,62	0,67	1,00				
5.EBITDA	0,69	0,80	0,86	0,79	1,00			
6.N.º Colaboradores	0,68	0,68	0,86	0,51	0,70	1,00		
7.Verificação Externa	0,19	0,26	0,22	0,36	0,32	0,03	1,00	
8.Setor de Atividade	-0,23	-0,28	-0,36	-0,27	-0,33	-0,21	-0,17	1,00

O coeficiente de correlação linear (r) mede o grau da dependência linear entre duas variáveis e pode assumir valores compreendidos entre -1 e 1 ($-1 \leq r \leq 1$). Quanto mais próximo estiver dos valores extremos tanto maior é a associação linear. Quando $r_{xy} \rightarrow 0$ indica uma fraca dependência linear entre as duas variáveis X e Y. No entanto, a associação pode ser negativa se a variação entre as variáveis for em sentido contrário, isto é, se aos aumentos de uma variável estão associados diminuições da outra, quando $r_{xy} \rightarrow -1$ indica uma relação linear forte e negativa entre as variáveis X e Y. Se $r_{xy} \rightarrow 1$, existe uma relação linear forte e positiva, uma vez que a variação entre as variáveis é no mesmo sentido.

Os autores Cramer & Bryman, (2003) apresentam o seguinte critério para leitura do resultado obtido por uma correlação: abaixo de 0,19 a correlação é fraca; de 0,20 a 0,39 é baixa; entre 0,40 e 0,69 é moderada; de 0,70 a 0,89 é alta; e de 0,90 a 1 é muito alta.

Contata-se neste caso que os coeficientes de correlação linear são, quase sempre altos, ou seja, concluímos que a dependência linear entre as variáveis é forte. Verifica-se no entanto uma exceção, a correlação entre a verificação externa e todas as outras variáveis tem um valor atribuído entre 0.19 e 0.36, o que significa que tem uma correlação linear fraca. Existe uma relação linear forte e negativa entre as variáveis em estudo e o setor de atividade.

Com o objetivo de proceder a uma melhor análise das relações entre as variáveis em estudo, e de forma a verificar a existência de relações de dependência, que podem ou não ser relações de causalidade, procedeu-se à apresentação e análise das tabelas de contingência. A análise das mesmas permite enformar o tratamento subsequente dos dados, nomeadamente, quanto ao teste das hipóteses formuladas. Relacionadas com as tabelas de contingência existem algumas estatísticas relevantes tais como o teste do Qui-Quadrado.

O teste de independência do Qui-Quadrado analisa a nível inferencial a relação global entre duas variáveis qualitativas e analisa a nível inferencial, a relação global entre duas variáveis em estudo, permite analisar a relação de independência entre variáveis (setor de atividade, ser ou não cotada, total de ativos, total de passivos, resultado liquido, volume de negócios, EBITDA e número de colaboradores com a verificação externa aos RS). Este tipo de teste apenas informa se há ou não relação entre as variáveis, ou seja a independência das

variáveis. Se as diferenças entre os valores observados e esperados não se considerarem significativamente diferentes, as variáveis são independentes, ou seja, o valor do teste pertence à região de aceitação. Caso contrário, rejeita-se a hipótese da independência, ou seja, o valor do teste pertence à região crítica. (Maroco, 2003)

Para tal testaram-se as seguintes hipóteses:

- **Hipótese 1** - O setor de atividade condiciona a empresa a recorrer à verificação externa.
- **Hipótese 2** - Ser uma empresa Cotada ou Não Cotada condiciona a empresa a recorrer à verificação externa.
- **Hipótese 3** - A dimensão da empresa em Total de Ativo, Total de Passivo, Resultado Líquido, Volume de Negócios, EBITDA condicionam a empresa a recorrer à verificação externa.
- **Hipótese 4** - O número de colaboradores condiciona a empresa a recorrer à verificação externa.

Em relação à primeira hipótese pretende-se averiguar se o setor de atividade condiciona as empresas a recorrer à verificação externa, para tal testaram-se as seguintes sub-hipóteses:

H0 - O setor de atividade e a verificação externa são variáveis independentes.

H1 - Existe relação entre as variáveis: setor de atividade e verificação externa.

Os resultados obtidos estão presentes no quadro seguinte:

Quadro 7 - Teste QI Quadrado Verificação Externa vs Setor de Atividade

		2008		2009		2010	
		Setor de Atividade	Verificação Externa	Setor de Atividade	Verificação Externa	Setor de Atividade	Verificação Externa
Setor de Atividade	Pearson Correlation	1	-,088	1	-,072	1	-,235
	Sig. (2-tailed)		,495		,576		,079
	N	66	62	66	62	66	57
Verificação Externa	Pearson Correlation	-,088	1	-,072	1	-,235	1
	Sig. (2-tailed)	,495		,576		,079	
	N	62	62	62	62	57	57

Sendo $p\text{-value} = 0,495$ (ano de 2008), $p\text{-value} = 0,576$ (ano de 2009) e $p\text{-value} = 0,079$ (ano de 2010) todos eles com valores superiores a 0,05, não rejeitamos a hipótese H_0 , isto é, para os dados da nossa amostra o setor de atividade e a verificação externa são variáveis independentes.

Em relação à segunda hipótese pretende-se averiguar se o facto de uma empresa ser cotada ou não cotada condiciona as empresas a recorrer à verificação externa, para tal testaram-se as seguintes sub-hipóteses:

H₀ – A relação entre o facto de uma empresa ser cotada ou não cotada e a verificação externa é uma relação de independência.

H₁ – Existe relação de dependência entre as variáveis: ser cotada e não cotada e a verificação externa.

Os resultados obtidos estão presentes no, Quadro 8

Quadro 8 - Teste QI Quadrado Verificação Externa vs PSI20

		2008		2009		2010	
		Verificação Externa	PSI20	Verificação Externa	PSI20	Verificação Externa	PSI20
Verificação Externa	Pearson Correlation	1	-,044	1	,036	1	,008
	Sig. (2-tailed)		,737		,780		,951
	N	62	62	62	62	57	57
PSI20	Pearson Correlation	-,044	1	,036	1	,008	1
	Sig. (2-tailed)	,737		,780		,951	
	N	62	66	62	66	57	66

Sendo neste caso o $p\text{-value} = 0,737$ (ano de 2008), $p\text{-value} = 0,780$ (ano de 2009) e $p\text{-value} = 0,951$ (ano de 2010) todos eles com valores superiores a 0,05, assim como na hipótese anterior, não rejeitamos a hipótese H_0 , isto é, para os dados da nossa amostra o facto de ser uma empresa cotado ou não e a verificação externa existe uma relação de independência.

Em relação à terceira hipótese pretende-se averiguar se as características ou determinantes das empresas, nomeadamente, o total do Ativo, total do Passivo, Volume de Negócios, RLE

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

e EBITDA, condicionam as empresas a recorrer à verificação externa, para tal testaram-se as seguintes sub-hipóteses:

H0 – Os determinantes ou características das empresas, anteriormente identificados, são independentes da verificação externa.

H1 – Existe relação de dependência entre os determinantes das empresas e a verificação externa.

Os resultados obtidos estão presentes no quando seguinte:

Quadro 9 - Teste QI Quadrado Verificação Externa vs Características da empresa

		2008		2009		2010	
		Verificação Externa	Total do Passivo	Verificação Externa	Total do Passivo	Verificação Externa	Total do Passivo
Verificação Externa	Pearson Correlation	1	,241	1	,201	1	,299
	Sig. (2-tailed)		,059		,118		,024
	N	62	62	62	62	57	57
Total do Passivo	Pearson Correlation	,241	1	,201	1	,299	1
	Sig. (2-tailed)	,059		,118		,024	
	N	62	66	62	66	57	66
		Verificação Externa	Total do Ativo	Verificação Externa	Total do Ativo	Verificação Externa	Total do Ativo
Verificação Externa	Pearson Correlation	1	,265	1	,224	1	,326
	Sig. (2-tailed)		,037		,080		,013
	N	62	62	62	62	57	57
Total do Ativo	Pearson Correlation	,265	1	,224	1	,326	1
	Sig. (2-tailed)	,037		,080		,013	
	N	62	66	62	66	57	66
		Verificação Externa	Volume de Negócios	Verificação Externa	Volume de Negócios	Verificação Externa	Volume de Negócios
Verificação Externa	Pearson Correlation	1	,099	1	,092	1	,094
	Sig. (2-tailed)		,444		,478		,488
	N	62	62	62	62	57	57
Volume de Negócios	Pearson Correlation	,099	1	,092	1	,094	1
	Sig. (2-tailed)	,444		,478		,488	
	N	62	66	62	66	57	66
		Verificação Externa	RLE	Verificação Externa	RLE	Verificação Externa	RLE
Verificação Externa	Pearson Correlation	1	,245	1	,245	1	,245
	Sig. (2-tailed)		,055		,055		,055
	N	62	62	62	62	62	62
RLE	Pearson Correlation	,245	1	,245	1	,245	1
	Sig. (2-tailed)	,055		,055		,055	
	N	62	66	62	66	62	66

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

		Verificação Externa	EBITDA	Verificação Externa	EBITDA	Verificação Externa	EBITDA
Verificação Externa	Pearson Correlation	1	,288	1	,282	1	,281
	Sig. (2-tailed)		,023		,026		,034
	N	62	62	62	62	57	57
EBITDA	Pearson Correlation	,288	1	,282	1	,281	1
	Sig. (2-tailed)	,023		,026		,034	
	N	62	66	62	66	57	66

Sendo os valores de *p-value* em todos os casos e para os anos em análise superiores a 0.05 não rejeitamos a hipótese H₀, isto é, para os dados da nossa amostra as características da empresa (o total do Ativo, total do Passivo, Volume de Negócios, RLE e EBITDA) e a verificação externa são variáveis independentes. Isto significa que não existe uma relação entre a verificação externa aos RS e as características definidas da empresa.

Por fim, a quarta hipótese pretende analisar se o número de colaboradores condiciona a empresa a recorrer à verificação externa, para tal testaram-se as seguintes sub-hipóteses:

H₀ – O número de colaboradores é independente da verificação externa.

H₁ – Existe uma relação de dependência entre as variáveis: número de colaboradores e a verificação externa.

Os resultados obtidos estão presentes no Quadro 10.

Quadro 10 - Teste QI Quadrado Verificação Externa vs N.º. Colaboradores

		2008		2009		2010	
		Verificação Externa	N.º Colabora.	Verificação Externa	N.º Colabora.	Verificação Externa	N.º Colabora.
Verificação Externa	Pearson Correlation	1	,119	1	,091	1	,121
	Sig. (2-tailed)		,356		,483		,371
	N	62	62	62	62	57	57
N.º Colabora.	Pearson Correlation	,119	1	,091	1	,121	1
	Sig. (2-tailed)	,356		,483		,371	
	N	62	66	62	66	57	66

Sendo *p-value* = 0,356 (ano de 2008), *p-value* = 0,483 (ano de 2009) e *p-value* = 0,371 (ano de 2010) todos eles com valores superiores a 0,05 e desta forma, não rejeitamos a hipótese H₀, isto é, para os dados da nossa amostra o número de colaboradores e a verificação externa são variáveis independentes.

Tendo em atenção os resultados anteriormente apresentados, podemos concluir que o setor de atividade, o ser cotada e não cotada, as características ou determinantes das empresas (o total do Ativo, total do Passivo, Volume de Negócios, RLE e EBITDA) e o número de colaboradores não condicionam a verificação externa. Ou seja, os resultados estatísticos indicam que os motivos que levam uma empresa a recorrer à verificação do seu relatório de sustentabilidade não estão relacionados com o setor de atividade a que esta pertence, com o facto de ser ou não cotada, com o facto de ser uma empresa de grande dimensão ou de ter um elevado número de colaboradores. Desta forma, estamos em condições de afirmar que não existe justificação económica para esta prática, e que poderá depender de fatores como a “decisão” da administração ou outros de cariz aleatório.

4.2.3 - Análise Multivariada

Apresentam-se os resultados da análise multivariada referentes ao teste das hipóteses definidas. Este tipo de análise fornece um teste mais rigoroso sobre os efeitos de uma variável independente sobre uma variável dependente quando comparada com a análise univariada. Por um lado, uma variável explicativa poderá estar relacionada com a variável explicada apenas por efeito da sua relação com outras variáveis explicativas. Por outro lado, pode verificar-se que uma variável explicativa considerada de uma forma isolada não seja significativa podendo, no entanto, atingir a significância ao lado de outras variáveis. Assim sendo, a análise multivariada permite identificar uma explicação mais completa do comportamento da variável explicada. Os modelos de regressão são muitas vezes utilizados para analisar a relação entre uma variável dependente e um conjunto de variáveis independentes. Nesse sentido, para efetuar a análise multivariada recorreu-se ao modelo de regressão logística.

Nesta metodologia a variável dependente, VE (Verificação Externa aos Relatórios de Sustentabilidade), apresenta uma natureza discreta/dicotómica que assume o valor 1 ou 0, consoante exista ou não verificação externa aos RS. Dada a natureza discreta e dicotómica da variável dependente, a regressão logística é a mais apropriada. De facto, a regressão linear não é eficaz, pois é pouco provável que os erros sigam uma distribuição normal com média zero e variância constante. Desta forma utilizamos para a estimação a regressão

logística. Neste ponto pretendemos apresentar e analisar os principais resultados obtidos através de um Modelo de Regressão Logística, *Logit* ou *Probit*.

a) Logit

$$F(\beta'_{x_i}) = \frac{e^{\beta'_{x_i}}}{1 + e^{\beta'_{x_i}}}$$

b) Probit

$$F(\beta'_{x_i}) = \Phi(\beta'_{x_i})$$

De acordo com esta metodologia e tal como já referimos, a variável dependente assume uma natureza discreta/dicotómica: 0 e 1. Assim, 0 se “a empresa i , no período t , não recorre à verificação externa dos RS e 1 se “a empresa i , no período t , recorre à verificação externa dos RS”, isto é, trata-se de um modelo de escolha binária.

A função a estimar é, assim, definida como:

$$D_{it} = \gamma_0 + \gamma_1 SA_{it} + \gamma_2 COT_{it} + \gamma_3 PASSIVO_{it} + \gamma_4 ATIVO_{it} + \gamma_5 VN_{it} + \gamma_6 RLE_{it} + \gamma_7 EBITDA_{it} + \gamma_8 COLA_{it} + v_{it+1}$$

Onde,

D_{it} é a variável dependente, Verificação Externa aos Relatórios de Sustentabilidade (RS) da empresa i , para o período t , e apresenta uma natureza discreta/dicotómica que assume o valor 1 ou 0, consoante exista ou não verificação externa aos RS.

SA_{it} é a variável referente ao setor de atividade da empresa i , para o período t .

COT_{it} é a variável cotada ou não cotada da empresa i , para o período t .

$PASSIVO_{it}$ é a variável do valor passivo da empresa i , para o período t .

$ATIVO_{it}$ é a variável do valor do ativo da empresa i , para o período t .

VN_{it} é a variável do valor volume de negócios da empresa i , para o período t .

RLE_{it} é a variável do valor resultado liquido do exercício da empresa i , para o período t .

$EBITDA_{it}$ é a variável do valor do EBITDA da empresa i , para o período t .

$COLA_{it}$ é a variável do número de colaboradores da empresa i , para o período t .

Quadro 11 - Regressão Logística

<i>Variáveis Explicativas</i>		<i>Logit</i>	<i>Probit</i>
Coeficientes (<i>Z</i> -estatístico)	<i>Contante</i> (γ_0)	-0.353 (-1.28)	-0.224 (-1.32)
	γ_1	-0.006 (-0.15)	-0.002 (-0.09)
	γ_2	-0.609 (-1.35)	-0.349 (-1.29)
	γ_3	-5.895 (-1.33)	-3.183 (-1.64)
	γ_4	5.74 (1.37)	-3.121 (1.711)*
	γ_5	-3.273 (-1.57)	-1.726 N/A
	γ_6	1.048 (0.52)	6.245 (0.55)
	γ_7	1.925 (1.47)	1.080 (1.594)
	γ_8	6.756 (0.24)	-1.11 (0.07)
$D_{it} = \gamma_0 + \gamma_1 SA_{it} + \gamma_2 COT_{it} + \gamma_3 PASSIVO_{it} + \gamma_4 ATIVO_{it} + \gamma_5 VN_{it} + \gamma_6 RLE_{it} + \gamma_7 EBITDA_{it} + \gamma_8 COLA_{it} + v_{it+1}$			

Para a análise dos resultados importa primeiro saber se o modelo se ajusta bem aos dados, para de seguida podermos proceder à análise do efeito de variações das variáveis independentes relativamente à variável dependente.

O uso do R^2 como medida de ajustamento está inserido no contexto de modelos com características muito específicas. Ainda que se possam considerar generalizações desta

medida para modelos de regressão logística, no entanto, a sua interpretação deve estar sujeita a cuidados especiais. Uma medida de ajustamento usada neste contexto é o chamado *Likelihood Ratio Index* (LRI), como segue:

$$LRI = 1 - \frac{\ln L}{\ln L_0}$$

onde $\ln L$ é a log-verossimilhança do modelo estimado e $\ln L_0$ a log-verossimilhança associada a um modelo sem variáveis explicativas. Esta medida varia entre 0 e 1, assemelhando-se assim ao R^2 : quanto mais o LRI se aproxima de 1, mais as variáveis explicativas são relevantes na explicação da probabilidade em causa.

Na estimação do modelo de regressão logística LRI é igual a 0,145 para o *Logit* e 0,144 para o *Probit*, ambos os valores são muito próximos de zero. Concluimos, assim, que as variáveis explicativas não são muito relevantes na explicação da probabilidade em estudo, ou seja, na procura por parte das empresas em análise à verificação externa dos RS.

Os resultados obtidos no Quadro 11, não confirmam a existência de uma relação positiva e estatisticamente significativa entre as variáveis em estudo (setor de Atividade, ser ou não ser cotada, características ou determinantes das empresas e o n.º de Colaboradores) e a probabilidade de uma determinada empresa i , no período t recorrer à verificação externa dos relatórios de Sustentabilidade.

De facto, relativamente às hipóteses inicialmente formuladas, as mesmas são suportadas se o respetivo coeficiente for estatisticamente significativo e apresentar o sinal previsto. Para o modelo regressão logística, *logit* e *probit*, não se identificou nenhuma variável explicativa como estatisticamente significativa, uma vez que $\alpha > 0,05$, pelo que se aceita a hipótese nula $H_0: \gamma_z = 0$

$$\text{Se } [-t_{n-p-1}(1 - \alpha / 2) \leq t \leq t_{n-p-1}(1 - \alpha / 2)]$$

Note-se que a probabilidade de se obter um $t_{\beta} = 0$ se H_0 for verdadeira é dada pelo *p-value* e que a regra é aceitar H_0 se $p\text{-value} > \alpha$.

Assim, constatamos e corroboramos os resultados obtidos, com a análise estatística do Qui-Quadrado em que o Setor de atividade; o facto de as empresas serem ou não cotadas; as características e determinantes da empresa, (o total do Ativo, total do Passivo, Volume de Negócios, RLE e EBITDA) e o número de colaboradores não condicionam a verificação externa dos Relatórios de sustentabilidade para a nossa amostra.

As variáveis identificadas, não exercem influência sobre o facto de uma empresa efetuar ou procurar a verificação externa aos RS, tal como é corroborado através da nossa análise estatística. Conclui-se assim, que a verificação externa é uma prática aleatória. Existe, contudo, uma possível explicação importante para este resultado. Está relacionada com o facto de o número de empresas ser reduzido assim como o período temporal em análise (66 empresa em 3 anos), influenciados pelas condições exigidas neste ensaio, o que se tornou uma limitação do estudo.

No modelo de regressão logística *probit*, não foi possível determinar o valor de Z da variável “volume de negócios” por sua vez relativamente ao coeficiente da variável “valor de ativo” constatou-se que é a única variável estatisticamente significativa para um nível de significância de 10%

4.3- Ensaio 3 – Perceção dos Revisores Oficiais de Contas sobre Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade.

Atendendo ao papel dos auditores e às vantagens que a verificação independente aos Relatórios de Sustentabilidade apresenta, neste 3º ensaio é proposto um inquérito com o objetivo lato de averiguar o conhecimento dos ROC's em relação à importância da execução da auditoria a este tipo de relato. Tentou-se averiguar qual a opinião destes sobre quem deve elaborar o RS e se esta, deve ser uma prática obrigatória e em que condições. Por último tentou-se apurar algumas das práticas que os ROC's, experienciam atualmente na elaboração deste tipo de auditoria.

O 3º e último ensaio, foi elaborado com base na análise das respostas aos questionários dirigidos aos Revisores Oficiais de Contas. Num universo total de 1236 ROC's obtiveram-se 235 respostas, 167 incompletas, as quais não foram tidas em conta e 68 completas, o que representa 5.5% do universo. Atribui-se esta reduzida taxa de respostas a vários fatores, nomeadamente, ao desconhecimento do tema, ao curto espaço de tempo para obtenção de respostas e à cultura do nosso país, pois todos os inquéritos que não são de resposta obrigatória acabam por ser descurados da obrigação de responder.

Para melhor compreensão dos dados, recorreu-se ao uso de tabelas e quadros com os respetivos dados resultantes de uma compilação de todas as respostas. Após esta compilação de dados e elaboração de quadros resumo, tornou-se necessário proceder à respetiva apresentação e análise dos mesmos, a fim de se poderem extrair algumas ilações.

Na primeira parte do questionário procurou-se fazer um levantamento de características de forma a definirmos o perfil do inquirido, quanto, à sua idade, sexo, habilitações literárias, formação académica e antiguidade na profissão de ROC.

Sobre o perfil dos inquiridos podemos concluir que 26% têm idades compreendidas entre os 31 e 40 anos, 25% têm idades entre os 51 e 60 anos e 22% dos auditores têm entre 41 e 50 anos, ou seja 74% da população situa-se entre os 31 e os 60 anos. Dos 68 auditores 82,35% são Homens e 17,65% são Mulheres.

Na análise do nível de habilitações do perfil de auditor caracterizado neste estudo conclui-se que 65% dos inquiridos têm Licenciatura, 15% Pós-graduação e 12% Mestrado. Verifica-se que há uma parcela mais diminuta com doutoramento e 0% de pós-doutoramento com base nas respostas obtidas, tal como se pode aferir através do Gráfico 13.

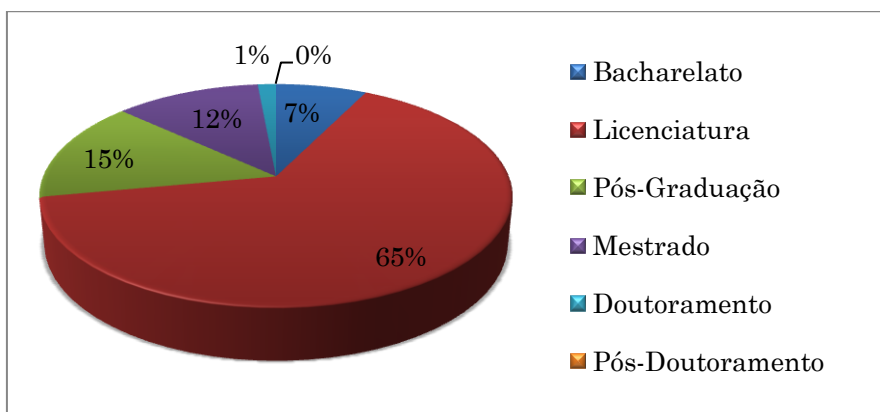


Gráfico 13 - Grau Académico

Tendo como premissa a formação académica, sendo uma das condições de base para acesso à profissão, demonstra-se no Gráfico 14 que a maior parcela de licenciados provém das áreas de Gestão (40%), Economia (26%), Contabilidade (21%), Auditoria (7%), outros¹⁸ (4%) e Direito em último apenas com uma percentagem de 2%.

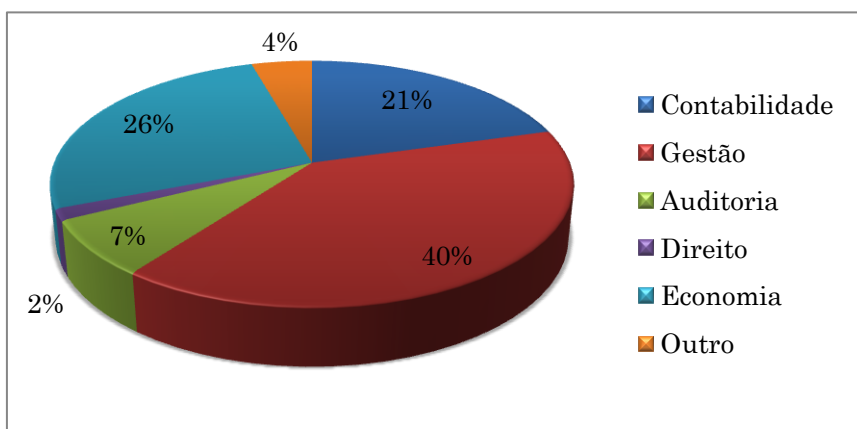


Gráfico 14 - Área de formação Académica

¹⁸ 3 Inquiridos: 2 com formação académica na área de Finanças e o terceiro com Bacharel em Contabilidade e Licenciatura em Gestão

Na análise do gráfico anterior podemos concluir que a área de formação do auditor mantém-se muito fiel à área financeira. Tal como já foi referido anteriormente, o ideal é ter uma equipa multidisciplinar na avaliação dos RS, tal como na sua execução. Wallage (2000), completa esta análise do ponto de vista do auditor ao indicar algumas considerações sobre a posição do auditor financeiro no mercado de verificação. Considera que são cada vez mais os especialistas de diversas áreas que tentam entrar no mercado social e ambiental, tal como representantes de organizações não-governamentais, que aguardam ser envolvidos no processo de verificação. No entanto, o auditor financeiro apresenta algumas vantagens, tal como a existência de organizações mundiais com abordagens multidisciplinares e abrangentes a todo o mundo; os auditores financeiros recebem um grande apoio das suas organizações profissionais; e por ultimo, os auditores financeiros podem confiar na sua reputação e experiência em trabalhar em cooperação, porque são vistos como especialistas e independentes. Este mesmo autor constata, que o auditor financeiro detém as competências necessárias na revisão dos sistemas de informação, verificação de dados, e no *report* da informação para fora da organização.

Outro dos fatores importantes a salientar é o indicador de anos afetos a esta profissão por parte dos Revisores Oficiais de Contas que responderam a este inquérito, conforme resultados apresentados no Quadro 12.

Anos de Profissão	N.º Inquiridos
Até 5	14
6-10	11
11-15	9
16-20	11
21-25	12
26-30	5
31-35	3
+35	3

Contagem 68
Média 15,68

Quadro 12 - Anos de atividade profissional

Na análise dos resultados conclui-se que a média que os ROC's exercem a sua profissão é de aproximadamente 16 anos. Podemos afirmar que dos inquiridos cerca de 50% exercem entre

os 0 e os 15 anos, realçando no entanto que a maior quantidade se situa de facto no intervalo dos 0 aos 5 anos de atividade. Consta-se que nos intervalos entre os 16 e + 35 se situam os outros 50% dos intervenientes validados, onde é realçada a faixa etária entre os 21 e 25 anos de experiência onde se situam 12 dos inquiridos.

Dos 68 ROC's apenas 7 inquiridos, neste momento não se encontram a exercer, por sua vez os restantes 61 exercem a sua atividade de Revisor/Auditor maioritariamente em Sociedades com Âmbito Nacional, tal como consta no Quadro 13.

Sociedade com âmbito internacional	15
Sociedade com âmbito nacional	26
Sociedade unipessoal	6
A título individual	14

Quadro 13 - Tipo de empresa em que é desenvolvida a atividade profissional

Na 2ª parte do inquérito, pretendeu-se por um lado avaliar o conhecimento dos auditores relativamente a esta temática (questão 8 e 9), por outro perceber a sua opinião sobre quem deverá elaborar estes relatórios (questão 10), se deverá ser uma prática obrigatória (questão 11) e em que condições (questão 12).

Na 1ª questão foi solicitado a cada inquirido que as várias afirmações, abaixo identificados fossem classificadas por vários níveis de concordância, ou seja 1- Não concordo; 2- Concordo Pouco; 3- Concordo Moderadamente; 4- Concordo Muito e 5- Concordo Plenamente, sobre o que entende por um RS.

1. Modelo de divulgação assente no pilar social, económico e ambiental.
2. Instrumento que visa dar maior transparência às atividades empresariais e ampliar o diálogo da organização com a sociedade.
3. Instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registar as realizações efetuadas e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.
4. Conjunto de informações, utilizado para reportar resultados parciais ou totais de uma determinada atividade, projeto, ação, pesquisa, ou outro evento, finalizado ou ainda em curso.

Das afirmações anteriores apenas a primeira está completamente correta, a segunda está incompleta, a terceira é a definição de Balanço Social e a última é uma definição de relato. Em relação aos resultados obtidos a afirmação de maior concordância para os nossos auditores é a afirmação 1, em que 17 dos inquiridos concordam plenamente e 20 concordam muito, pelo que concluímos que na generalidade a maioria dos ROC's tem um entendimento claro sobre o que é um Relatório de Sustentabilidade.

Com a 2ª questão pretendeu-se aferir para o ROC qual a importância dos itens a serem divulgados num Relatório de Sustentabilidade considerando a seguinte escala: 1- Sem Importância; 2- Pouco Importante; 3- Importância Moderada, 4- Importante e 5- Muito Importante. Os itens indicados foram os seguintes:

1. Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades da empresa.
2. Estrutura operacional da empresa.
3. Prémios recebidos.
4. Processo para definição do conteúdo do relatório.
5. Missão, valores, códigos de conduta e princípios.
6. Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende.
7. Processo de identificação e seleção das partes interessadas.
8. Identificação e descrição de impactos económicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos mesmos.
9. Montantes envolvidos no pagamento de coimas e o número total de sanções não monetárias por incumprimentos das leis e regulamentos ambientais.
10. Benefícios oferecidos a colaboradores a tempo inteiro que não são oferecidos a colaboradores temporários ou tempo parcial, discriminados pelas principais operações.
11. Caso, em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e medidas para o seu impedimento.
12. Percentagem de colaboradores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização.

Apesar de no inquérito as respostas variarem entre o “Sem Importância” e “Muito Importante”, na avaliação de resultados foram classificados em dois níveis de análise, nomeadamente o item “Pouca Importância”, inclui o Sem Importância, Pouca Importância e Importância Moderada, e por sua vez o item “Muito Importante”, inclui as respostas de Importante e Muito Importante. Para os auditores, dos 12 itens de divulgação nos RS cerca do 60% são de importância relevante, os restantes 40% são considerados de pouca importância tal como podemos observar no Gráfico 15.

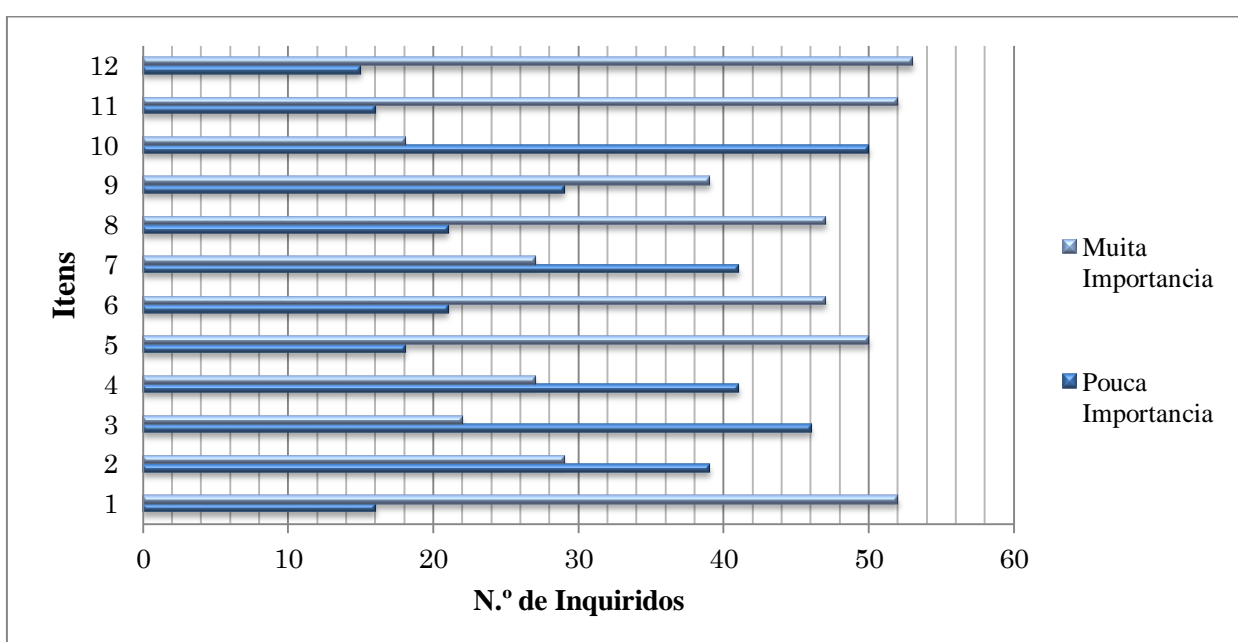


Gráfico 15 - Itens divulgados num Relatório de Sustentabilidade

Contudo das afirmações acima referidas existem 5, que os auditores consideram de pouca importância. Entre elas, as que foram indicadas com menos valorização no cômputo geral dos 12 itens foram as seguintes: (10) Benefícios oferecidos a colaboradores a tempo inteiro que não são oferecidos a colaboradores temporários ou tempo parcial, discriminados pelas principais operações; (3) Prémios recebidos; (7) Processo de identificação e seleção das partes interessadas; (4) Processo para definição do conteúdo do relatório; (2) Estrutura Operacional da empresa, sendo esta última a que teve maior valorização das 5 consideradas menos importantes.

Os itens de maior importância para a divulgação num RS, são na opinião dos inquiridos; (12) Percentagem de colaboradores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização; (11) Caso em que exista um risco significativo de ocorrência

de trabalho infantil e medidas para o seu impedimento; (1) Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades da empresa; (5) Missão, valores, códigos de conduta e princípios; (6) Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende; (8) Identificação e descrição de impactos económicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos mesmos; (9) Montantes envolvidos no pagamento de coimas e o número total de sanções não monetários por incumprimentos das leis e regulamentos ambientais, sendo este o item com valorização menor nos itens considerados de maior importância.

Kolk (2004), efetua uma análise de conteúdo aos relatórios de sustentabilidade das 250 maiores empresas a nível mundial e indica que a vasta maioria dos relatórios de sustentabilidade focam-se nos tradicionais tópicos de relato, nomeadamente, saúde, segurança e ambiente (acidentes / frequência de acidentes e performance ambiental), relações laborais (composição de remunerações e benefícios), contribuições filantrópicas e de caridade (custos comunitários). Além destes, dá especial atenção aos aspetos económicos e condutores de negócio, ao diálogo dos *stakeholders* e respetivo *feedback* e por último *Benchmarking* performance como partes integrantes de divulgação de conteúdo do RS. Numa análise pormenorizada entre o estudo de Kolk e os itens apresentados neste inquérito, constata-se a preocupação pelos mesmos itens. Porém, o inquérito efetuado a nível nacional realça a preocupação cada vez maior por parte das organizações, em retratarem a sua performance em indicadores mais específicos, nomeadamente a preocupação pelos trabalhadores temporários; risco de ocorrência de trabalho infantil; percentagem de colaboradores que tenham formação nas práticas de anticorrupção. Indicadores estes escolhidos aleatoriamente com base nos indicadores de âmbito ambiental, social e económico do GRI, estabelecidos para orientação de elaboração dos RS.

Outra questão colocada aos ROC's foi, na sua opinião quem deve ser o responsável pela elaboração dos RS e as conclusões tal como se pode observar no Gráfico 16, indicam o seguinte: consideram que o responsável pela elaboração do RS deverá ser a Gerência/Administração, com 51 respostas, seguido da opção da Equipa Multidisciplinar ou o Departamento de Sustentabilidade, ambas com 21 respostas.

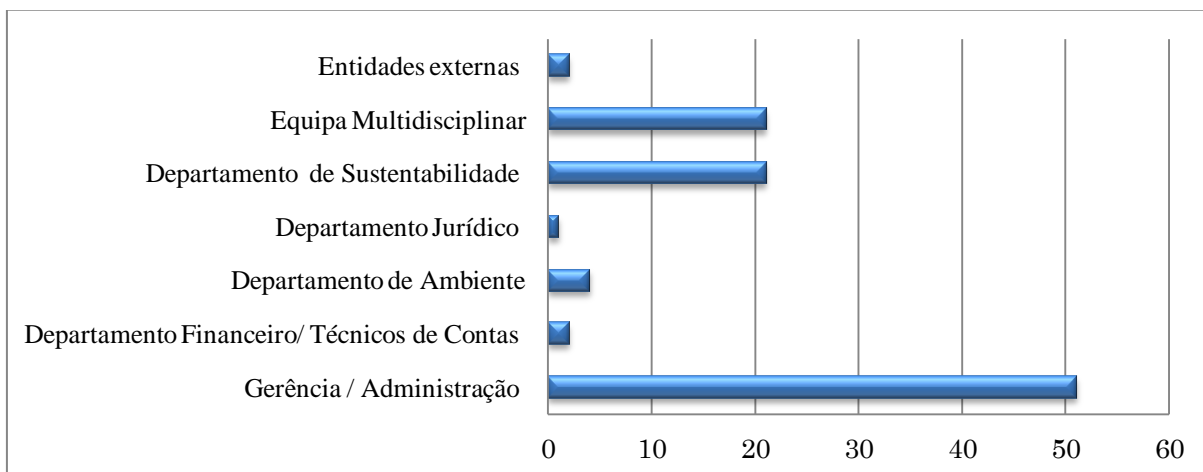


Gráfico 16 - Responsáveis pela elaboração do RS

Em relação às empresas que na opinião dos revisores oficiais de contas, devem elaborar este tipo de relato, 35% dos inquiridos, consideram que deveriam ser todas as empresas e 65% consideram que não. Entre as que devem elaborar o relatório, 58% dos inquiridos defendem que deverão ser as empresas cotadas e 18% as Sociedades Anónimas. As sociedades por quotas não foram apontadas como possíveis alvos de obrigatoriedade e representam apenas 2%, por sua vez 5% defendem que nenhuma empresa deveria elaborar obrigatoriamente este tipo de relato. Na opção de outra sugestão a apresentar, vários dos inquiridos indicaram as suas opiniões destacando que também deveriam elaborar um RS as empresas que se encontram sujeitas a Certificação Legal de Contas, empresas industriais, empresas com consolidação de contas e empresas em que o setor de atividade esteja baseado em fatores que têm impacto ambiental, social e económico.

Com a questão 13 inicia-se a 3ª parte deste questionário no âmbito das respostas sobre auditoria. Utilizando o mesmo nível de concordância que na questão 8, foi solicitado aos inquiridos a sua concordância sobre as várias afirmações abaixo enumeradas.

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Indique qual o seu nível de concordância das seguintes afirmações.		Não concordo	Concordo Pouco	Concordo Moderadamente	Concordo Muito	Concordo Plenamente
1	A Ordem de Revisores Oficiais de Contas tem tido um papel ativo nesta matéria.	4	12	37	11	4
2	A verificação aos Relatórios de Sustentabilidade é importante	1	2	18	32	15
3	A verificação aos Relatórios de Sustentabilidade deve ser efetuada por um ROC e não por outras entidades ou organismos	5	10	18	22	13
4	Têm sido suficientes as formações que abordam a temática da verificação aos Relatórios de Sustentabilidade, destinadas aos Revisores	17	24	23	4	0
5	Este é um tema suficientemente desenvolvido em Portugal	23	37	7	1	0
6	Este tema merecia um maior aprofundamento nos currículos do ensino superior	2	2	26	27	11
7	Deveria existir um modelo <i>standard</i> de parecer para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade	2	3	14	30	19
8	Seria útil a existência de mais normativos nesta área.	2	5	11	33	17
9	Já li vários documentos sobre o tema	7	16	26	14	5
10	A maioria dos meus clientes questiona-me sobre esta temática	36	18	11	3	0

Quadro 14 - Informação dos ROC's sobre o estado da arte

As afirmações que se distinguiram com grau de menor concordância pelos auditores, apresentando dos 5 itens com menor valorização do maior para o menor grau são os seguintes: (5) este tema é suficientemente desenvolvido em Portugal; (10) a maioria dos clientes questiona sobre esta temática; (4) têm sido suficientes as formações que abordam a temática da verificação aos Relatórios de Sustentabilidade, destinadas aos Revisores; (1) a Ordem de Revisores Oficiais de Contas tem tido um papel ativo nesta matéria; e por último, (9) já li vários documentos sobre o tema. Conclui-se assim, que na ótica dos inquiridos, este é um tema pouco desenvolvido no nosso país, que poucas empresas se preocupam com esta temática, que existe um número reduzido de formações relativas a este tema e o papel da OROC não tem sido muito notório.

Quanto ao assunto Verificação, segundo os inquiridos, a verificação é importante nos Relatórios de Sustentabilidade, contudo o interesse das empresas por este tema é pouco evidente, pois existe pouca procura de informação por parte das mesmas. Na opinião dos inquiridos na procura de melhorias significativas face a este assunto, apresentam a utilidade

da existência de mais normativos nesta área e de um modelo *standard* de parecer para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade e um maior aprofundamento nos currículos do ensino superior.

Reforçam a necessidade de formação sobre esta temática, a utilização de incentivos na divulgação e publicação de Relatórios de Sustentabilidade e obrigatoriedade de Relato em alguns dos casos, conforme apresentado no Quadro 15.

Mais formação sobre esta temática	53
Obrigatoriedade de Relato	28
Incentivos para a divulgação e publicação de Relatórios de Sustentabilidade	39
Outro	3

Quadro 15 - Melhorias apontadas pelos Auditores

Na opção Outro, os inquiridos apresentaram várias opiniões entre as quais se realçam, “*Mais divulgação*”; “*Demonstração do ganho burocrático associado*”; “*Maior envolvimento da OROC para esclarecimento sobre a importância da verificação de RS*”. Neste sentido é assim reforçada através desta questão a conclusão anterior, onde os inquiridos apresentam propostas significativas de abordagem a este assunto. Nomeadamente no envolvimento da organização profissional a que estão ligados, ao nível da divulgação efetuada sobre este assunto e finalmente ao nível da formação disponibilizada enquadrando o âmbito das auditorias aos Relatórios de Sustentabilidade.

A 4ª e última parte do questionário, foi direcionada aos inquiridos que já tivessem tido a experiência de elaboração de um parecer sobre um Relatório de Sustentabilidade. Dos 68 inquiridos apenas três já realizaram auditorias aos Relatórios de Sustentabilidade, o que representa uma percentagem muito reduzida, 4.41% da amostra, tal como se pode constatar no quadro abaixo, através da informação reportada de auditorias efetuadas pelos mesmos.

Em que ano efetuou a primeira verificação a um relatório de Sustentabilidade?	2009	2010	2006
Este trabalho representa que % do seu volume de negócios anual?	1%	5%	5%
Que % de clientes lhe solicita este tipo de serviço?	2%	2%	10%
Que % de clientes demonstra interesse neste tema?	5%	2%	10%

Quadro 16 - Informação sobre as auditorias efetuadas

Em relação à aplicabilidade das normas na verificação dos Relatórios de Sustentabilidade, e apesar de se ter colocado nas hipóteses de resposta vários tipos de normas: de verificação ou auditoria a um RS (GRI, ISAE3000 e AA1000) e de aplicação na elaboração de um RS (ISO14001, OHSA18000, SA8000 e ISO9000), os inquiridos, nada responderam em relação ao segundo grupo de opções, (ISO14001, OHSA18000, SA8000 e ISO9000), conforme se pode constatar no Quadro 17. O que denota que não há confusão entre normas de verificação e de elaboração. Em relação às corretas (GRI, ISAE3000 e AA1000) dois dos inquiridos utilizam as três normas em simultâneo e um utiliza apenas a ISAE 3000.

Global Reporting Initiative (GRI)	2
AA1000 AccountAbility Framework Standard (AA1000AS)	2
ISAE3000	3
ISO 14001	0
OHSA18000	0
SA 8000	0
ISO 9000	0

Quadro 17 - Normas utilizadas para a verificação dos Relatórios

Em comparação com esta questão, a Corporateregister.com (2008) apresenta no seu estudo de avaliação dos 90 relatórios top de auditoria (a nível mundial) que, 20% dos relatórios estão totalmente em conformidade com a norma AA1000AS, acrescentando mais 11% dos relatórios referenciam esta norma, mas não tendo total conformidade com a mesma. 37% dos relatórios estudados referenciam a ISAE 3000, de uma forma quase linear, mas indicando uma variação em relação ao nível de adesão, visto que alguns relatórios parecem seguir a ISAE 3000, no entanto não a referenciam. E por último, as diretrizes do GRI são seguidas por 44% dos relatórios. Ao nível de combinação entre normas, o mesmo estudo apresenta que 5% dos relatórios de verificação referenciaram as três normas, 31% indicaram apenas 2 e 36% referenciaram apenas uma norma de verificação. No entanto ainda é elevado o número de relatórios que não fez referência a nenhuma norma de verificação, o correspondente a 28%. Embora as normas não concorram entre si, são utilizadas com diferentes combinações. Este tipo de iniciativa, tende a ser cada vez mais uma abordagem comum a ser utilizada por qualquer prestador de auditorias, mas ainda não estão prescritas para serem utilizadas consistentemente pelos diferentes prestadores. Isto é, ainda não há uma forma normalizada para utilização das várias normas combinadas. Os auditores utilizam

determinados princípios de uma norma e adaptam ao relatório que se encontram a auditar. Neste estudo os autores indicam, que num relatório de auditoria não é apenas importante a forma como a auditoria se processa, mas também a forma como é comunicada no relatório de verificação. Ou seja não nos podemos basear apenas na referência como a diretriz é utilizada, mas deve ser claro e transparente na forma e estrutura do relatório em si. Nesse sentido os autores indicam as seguintes diferenças entre as normas: (1) AA1000AS inclui diretrizes para a comunicação do processo no relatório, que é interpretada de forma diferente pelos diferentes verificadores. (2) A ISAE 3000 recomenda elementos específicos de comunicação, mas não determina a linguagem a ser utilizada no relatório. (3) As diretrizes do GRI não têm este tipo de detalhes de orientação (CorporateRegister.com, 2008). Dada a nossa amostra ser reduzida (apenas 3 inquiridos) não é possível concluir sobre o que se passa na realidade portuguesa relativamente a esta questão.

Na questão 19, utilizando o mesmo nível de importância já referenciado, foi solicitado aos inquiridos indicação sobre os procedimentos adotados para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade tais como é indicado na tabela seguinte:

Indique o nível de importância aos procedimentos adotados para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade.		Sem Importância	Pouco Importante	Importância Moderada	Importante	Muita Importância
1	Verificação dos procedimentos ou da implementação de sistemas de controlo de gestão	0	1	1	0	1
2	Verificação dos dados, gráficos e declarações que acompanham o relatório, através de entrevistas a gestores responsáveis pela informação relatada e análise de evidências	0	0	0	1	2
3	Avaliação dos processos de gestão conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social.	0	0	0	2	1
4	Avaliação da eficácia dos processos de recolha, agregação, tratamento, validação e declaração da informação relatada.	0	0	0	0	3
5	Verificação da aplicação dos princípios das normas na informação relatada.	0	0	0	1	2
6	Comparação da informação financeira relatada com a informação que consta dos relatórios financeiros da organização.	0	0	1	0	2
7	Verificação dos indicadores apresentados de acordo com as normas e da informação utilizada na sua elaboração.	0	0	0	1	2

Quadro 18 - Procedimentos adotados para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade

O procedimento considerado de maior importância para todos os inquiridos é a (4) Avaliação da eficácia dos processos de recolha, agregação, tratamento, validação e declaração da informação relatada, seguido de (7) Verificação dos indicadores apresentados de acordo com as normas e da informação utilizada na sua elaboração, (5) Verificação da aplicação dos princípios das normas na informação relatada, (2) Verificação dos dados, gráficos e declarações que acompanham o relatório, através de entrevistas a gestores responsáveis pela informação relatada e análise de evidências todos com a mesma percentagem. Por sua vez, (3) Avaliação dos processos de gestão conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social, também é considerada importante contudo inversamente à anterior é considerada por 2 auditores importante e um considera muito importante. (6) Comparação da informação financeira relatada com a informação que consta dos relatórios financeiros da organização é considerado por dois auditores muito importante contudo um deles considera de importância moderada e por fim a (1) Verificação dos procedimentos ou da implementação de sistemas de controlo de gestão é vista como pouco importante, de importância moderada e muito importante, tal como resumido no quadro anterior.

Segundo o relatório CPA (2010), os procedimentos neste relatório são algo distintos, pois são 14 procedimentos no total, em comparação com os 7 colocados neste inquérito. Em comparação evidencia-se no inquérito efetuado aos ROC's, a ausência de questões sobre o envolvimento direto e indireto dos *stakeholders* no processo de elaboração do RS. Segundo o mesmo estudo, talvez a razão para que o estudo CPA tenha mais procedimentos seja consequência da metodologia rigorosa introduzida pelo aumento da prestação de auditorias efetuada pelos vários executores de auditorias. Em contrapartida e comparando com a evolução das auditorias em Portugal, Caseirão (2004) indica que o relato da Sustentabilidade em Portugal ainda se encontra no estado de “*infância*”, no entanto “*A OROC está firmemente convicta de que a tendência será a de que, no futuro, cada vez mais empresas portuguesas farão não só o relato da componente financeira do seu negócio, como já o fazem, mas também das componentes não financeiras, onde se inclui o relato de sustentabilidade*”.

Em conclusão do inquérito apresentado, foi solicitado aos Revisores Oficiais de Contas que efetuassem comentários que considerassem importantes sobre esta temática, dos quais se destacam vários níveis de opinião contemplando o âmbito da sustentabilidade; *“Acho que este tema é importante para todas as Empresas onde exista risco ambiental (...)”*, outro indica *“Não tenho mais comentários além dos que expressei, embora esteja consciente que o desenvolvimento económico futuro passa forçosamente pela sustentabilidade a nível do meio ambiente”*; da obrigatoriedade de relato; *“(...)No entanto a dimensão das Empresas deve ter um papel importante na obrigatoriedade deste tipo de relatório”*, *“Deveria ser obrigatório para determinado tipo de empresas”*, *“Apenas as grandes empresas com riscos ambientais devem ser obrigadas a fazer este Relatório mas nessas deve implicar a responsabilidade dos privados”*; *“Os Relatórios de Sustentabilidade deveriam tornar-se obrigatórios, segundo modelo e metodologia padronizados, para entidades com impacto relevante em termos de sustentabilidade. Os critérios de obrigatoriedade deveriam ser definidos em legislação apropriada após alargada discussão pública”*; novas propostas de forma de divulgação do RS; *“Deveria constar na Certificação legal de Contas um espaço sobre esta temática”*; *“(...) Não se teve em conta que a Lei (CSC art.º 66º) impõe a todas as sociedades comerciais um completíssimo Relatório de Gestão, o que em mais de 90% não é cumprido. Muito melhor seria cumprir o que é já há tanto tempo obrigatório do que pôr mais obrigações para não serem cumpridas (...)”*; e necessidade de maior divulgação e presença da OROC; *“Efetuar uma maior divulgação”*; *“A OROC tem um papel fundamental na credibilização e standarização dos processos de verificação dos relatórios de sustentabilidade que não tem sido desenvolvido até à data”*. Os restantes complementaram com o alerta, de que neste momento as empresas não necessitam de custos adicionais, que estes relatórios não evidenciam tanta eficácia quanto a desejada e por esse motivo perdem a sua importância. Conclui-se que grande parte dos comentários dos ROC’s vão no sentido das necessidades de um maior desenvolvimento deste tema e que a OROC tem uma função primordial, na divulgação, formação e envolvimento dos seus profissionais no progresso e aperfeiçoamento desta prática em Portugal.

5- Conclusões

O estudo empírico levado a cabo teve a capacidade de evidenciar alguns aspetos do Estado da Arte da Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade feita pelas grandes empresas, em Portugal, para os anos de 2008 a 2010.

As crescentes preocupações das empresas sobre os temas sociais, ambientais e económicos que envolvem os *stakeholders*, levam a que as empresas independentemente do setor de atividade, adotem práticas com vista à promoção de um desempenho socialmente responsável. Um dos meios de divulgar este desempenho é através da publicação dos Relatórios de Sustentabilidade. Contudo alguns autores chegam mesmo a sugerir que o principal objetivo das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade é ganhar ou manter a sua reputação (Bebbington *et al*, 2008).

Contudo, pressionadas pelo contexto de crise e por movimentos sociais e ambientais, as empresas, vão tendo cada vez mais consciência de que a sustentabilidade empresarial é passível de revestir valor económico direto, e começam a divulgar os seus valores, princípios e desempenho relativamente ao desenvolvimento sustentável, esperando-se que sejam transparentes e que esta transparência possa ser verificada.

Em resposta às expectativas dos *stakeholders*, as organizações têm adotado uma variedade de estratégias para aumentar a credibilidade, assegurar que os recursos estão a ser utilizados de forma eficaz; contribuir para uma melhoria contínua dos programas de relato para o exterior; assegurar aos *stakeholders* e potenciais investidores que os riscos de gestão da entidade estão a ser eficazmente geridos; demonstrar o compromisso público da entidade em melhorar o seu desempenho ambiental e social, em cumprir a legislação aplicável em toda a extensão e manter as melhores práticas no que se refere ao governo das sociedades. A estratégia é a auditoria ou verificação por parte de entidades externas aos relatórios de sustentabilidade. (Bebbington & Gray, (2001); Kolk, (2004); Larrinaga, Archel, & Fernández, (2008); Larrinaga, Carrasco, Correa, Llena, & Moneva, (2002)

Após desenvolvimento do estudo e análise dos resultados do Ensaio 1, conclui-se tal como Kolk (2004), KPMG (2005), Ackers (2009) e Dias (2009), que a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade tem aumentado nos últimos anos. Verificou-se neste estudo que as empresas Nacionais que mais se preocupam com esta temática, são as empresa do setor “Serviços Públicos”, seguida das empresas de “Transporte e Logística” e que cada vez mais as empresas optam por relatar este tipo de informação, integrada no Relatório e Contas, as Diretrizes do GRI são as normas a que mais as empresas recorrem para a elaboração do Relatórios de Sustentabilidade.

Este tipo de relato tem como objetivo transmitir de forma transparente os valores e princípios corporativos, as práticas de gestão e o desempenho da organização. O documento, deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho das organizações. Para tal existe também uma crescente procura da Verificação externa por uma entidade independente, como forma de assegurar a fiabilidade, credibilidade e qualidade dos mesmos contribuindo para melhorias nas operações e na gestão de risco nas práticas de sustentabilidade das empresas. Sobre tipo de relatório de verificação não existem normas *standardizadas*, e desta forma os pontos analisados são influenciados pela empresa ou responsável da auditoria aos RS.

No 2º ensaio, os resultados ficaram aquém do desejável, contudo concluímos, em relação à nossa amostra que não existe uma relação entre a verificação externa e as variáveis tidas em conta das empresas em estudo. Ou seja, os resultados estatísticos indicam que os motivos que levam uma empresa a recorrer à verificação do seu relatório de sustentabilidade não estão relacionados com o setor de atividade a que pertence, ou com o facto de ser ou não ser cotada, com o facto de ser uma empresa de grande dimensão ou de ter um elevado número de colaboradores. Estamos desta forma em condições de afirmar que não existe justificação económica para esta prática, e que poderá depender de fatores como a “decisão” da administração ou outros.

Em relação à análise dos resultados sobre a Perceção dos Revisores Oficiais de Contas sobre Auditoria ao Relatórios de Sustentabilidade, (3º Ensaio) aferimos que ainda é um tema com pouca expressão no nosso país, mas que é importante e do interesse dos auditores que a

OROC contribua na melhoria desta lacuna. Segundo os inquiridos, a verificação é importante nos Relatórios de Sustentabilidade, contudo o interesse das empresas por este tema é pouco evidente, pois existe pouca procura de informação por parte das mesmas.

Ao presente estudo, podem ser apontadas algumas limitações, nomeadamente o facto de o estudo só se referir aos anos de 2008 a 2010, as conclusões deste trabalho deverão ser interpretadas com alguma prudência pois por vezes ainda não é suficiente para chegar a conclusões, assim como ao período estipulado para a recolha da informação ser reduzido devido aos prazos limitados para a realização desta dissertação. O estudo foi limitado ao contexto português, tendo sido a investigação efetuada sobre as questões relacionadas com a informação disponibilizada pelas empresas nos seus relatórios e contas, assim como nos relatórios de sustentabilidade quando existentes, nos anos de 2008 a 2010.

Este capítulo termina com sugestões para pesquisas futuras, que se inspiram nos resultados obtidos com a presente dissertação e que possam ser generalizados de forma mais contundente. Os resultados obtidos, poderão contribuir para que no futuro sejam efetuados estudos similares, envolvendo um maior número de empresas, para além de poder ser considerada uma série temporal mais alargada, assim como para o apuramento dos determinantes da divulgação e auditoria da informação sobre Sustentabilidade.

Sendo este tema mais evoluído noutros países seria interessante efetuar uma análise comparativa até porque existem países em que este tipo de relato é obrigatório.

Bibliografia

AA1000AS. (2008), *Versão Portuguesa*.

AESE, & PWHC. (2009), As Boas Práticas de Sustentabilidade nas Empresas e Organizações. www.premiocidadania.com (acedido em 08/02/2012)

Ackers, B. (2009), Corporate social responsibility assurance: how do South African publicly listed companies compare? *Meditari Accountancy Research*, 17(2), 1-17.

Adams, C., Hill, W., & Roberts, C. (1998), Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behaviour? *British Accounting Review*, 30, 1-21.

Adams, C., & Kuasirikun, N. (2000), A comparative analysis of corporate reporting on ethical issues by UK and German chemical and pharmaceutical companies. *The European Accounting Review*, 9(1), 53-79.

Alves, A. (2010), *Informação sobre o valor acrescentado nos relatórios de sustentabilidade das empresas Portuguesas e Espanholas*. Tese de Mestrado-Faculdade de Economia da Faculdade do Porto.

BCSD. (2007), Relatórios de Sustentabilidade - Motivações e Impactos. *Projecto Young Managers Team Portugal*

BSCD. (2005), Inovação Rumo ao Desenvolvimento Sustentável. *Projecto Young Managers Team Portugal*.

Bardin, L. (2011), *Análise Conteúdos*. Lisboa, Edições 70

Barrett, P. (2005), Sustainability Reporting – The Role of Auditors. *Australian National Audit Office - Commonwealth Auditors - General Conference*.

Bebbington, J., & Gray, R. (2001), An Account of Sustainability: Failure, Success and a Reconceptualization. *Critical Perspectives on Accounting*, 12(5), 557-588.

Bebbington, J. (2001), Sustainable development: a review of the international development, business and accounting literature. *Accounting Forum*, 25(2), 128-157.

Bebbington, J., & Thomson, I. (2005), Social and environmental reporting in the UK: a pedagogic evaluation. *Critical Perspectives on Accounting*, 16(5), 507-533.

Beja, R. (2005), Relatório de Sustentabilidade: Uma postura empresarial socialmente responsável. *Revista & Empresas*, 28, 27-30.

Branco, M., & Rodrigues, L. (2008a), Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*, 8, 685-701.

- Branco, M., & Rodrigues, L. (2008b), Social responsibility disclosure: A study of proxies for the public visibility of Portuguese banks. *The British Accounting Review*, 40, 161-181.
- CPA. (2010), Sustainability reporting assurance: Market trends and information content. *CPA Austrália*. Austrália.
- Campbell, D., & Beck, C. (2004), Answering allegations: the use of the corporate website for restorative ethical and social disclosure. *Business Ethics A European Review*, 13(2/3), 100-117.
- Caseirão, M. (2004), Desenvolvimento Sustentável. *Revista & Empresas*, 27.
- Caseirão, M. (2009). *Auditoria Ambiental - Perspetiva Contabilístico - financeira*. Lisboa: Áreas Editora,
- Choi, J. (1999), Na investigação of initial voluntary environmental disclosures made in Korean semi-annual financial reports. *Pacific Accounting Review*, 11.
- Corporate Register.com. (2008), Assure View. *The CSR Assurance Statement Report*.
- Cramer, D., & Bryman, A. (2003), *Análise de Dados em Ciências Sociais - Introdução às Técnicas utilizando o SPSS para Windows (Versão em Português)*. Lisboa, Edições CELTA.
- Deegan, C., & Gordon, B. (1996), A study of environmental disclosure practices of Australian corporations. *Accounting e Business Research*, 26(3), 187-199.
- Deloitte. (2003), O Desafio do Desenvolvimento Sustentável nas Empresas Portuguesas.
- Demajoravic, J. (2001), *Sociedade de Risco e Responsabilidade Socioambiental: perspectivas para a educação corporativa* S. Paulo, Edições Senac
- Dias, A. (2009), *O Relato da Sustentabilidade Empresarial: práticas em Portugal*. Tese Mestrado - Universidade Aberta.
- Domench, A. (2003), La divulgación de la información social y medioambiental de la gran empresa española en el período 1994-1998. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 117(XXXXII), 571-601.
- Domench, A., & Dallo, L. (2001), Algunos determinantes de la información medioambiental divulgada por las empresas españolas cotizadas. *Revista de Contabilidad*, 4(7), 129-153.
- Dunphy, D., Griffiths, A., & Benn, S. (2003), *Organizational Change for Corporate Sustainability. A Guide for Leaders and Change Agents of the Future*. London, U.K ; New York, U.S.A: Routledge.

- Epstein, M. (2004), The identification, measurement and reporting of corporate social impacts: past, present and future. *Advances in Environmental Accounting and Management*, 2(2), 1-29.
- Eugénio, T. (2011), (pp. 101-103). Lisboa: Edições Verlag. Dashofer
- GRI. (2002), Global Reporting Initiative.
- GRI. (2006), Diretrizes para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade. *Versão Portuguesa*.
- GRI. (2011), Pontos de Partida Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Uma linguagem comum para um futuro comum.
- GRI. (2012), Pontos de Partida Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada ?
- Gallego, I. (2006), The use of economic, social and environmental indicators as a measure of sustainable development in Spain. *Corporate Social Responsibility Environmental Management*, 13, 78-97.
- Garg, L. (2010), Assurance on Sustainability Reporting. *The Institute of Chartered Accountants of India*. February 17, 2011, from http://icai.org/post.html?post_id=2929
- Gray, R., Kouht, R., & Lavars, S. (1995), Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 8(2), 78-101.
- Hacking, T., & Guthrie, P. (2008), A framework for clarifying the meaning of Triple Bottom-Line, Integrated, and Sustainability Assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, 28(2/3), 73-89.
- Hackston, D., & Milne, M. (1996), Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 9(1), 77-108.
- Husillos, J., Larrinaga, C., & Álvarez, M. (2008), The emergence of triple bottom line reporting in Spain. *Working paper*. Retrieved from Universidad Carlos III de Madrid
- ISAE 3000, (2005).
- KPMG. (2005), KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting.
- KPMG. (2007), Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal. *Resultados do Inquérito as maiores empresas em Portugal*.
- KPMG. (2008), International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008.

- KPMG. (2011), KPMG International Responsibility Reporting 2011. *The Definitive Snapshot of CR Reporting*.
- Kolk, A. (2004), A decade of sustainability reporting: developments and significance. *Int. J. Environment and Sustainable Development*, 3(1), 51-64.
- Laine, M. (2005), Meanings of the term “sustainable development” in Finnish corporate disclosures. *Accounting Forum*, 29, 395-413.
- Larrinaga, C., Archel, P., & Fernández, M. (2008), The Organizational and Operational Boundaries of Triple Bottom Line Reporting: A Survey. *Environmental Management*, 41, 107-117.
- Larrinaga, C., Carrasco, F., Correa, C., Llena, F., & Moneva, J. (2002), Accountability and accounting regulation: the case of the Spanish environmental disclosure standard. *The European Accounting Review*, 11(4), 723-740.
- Manetti, G., & Becatti, L. (2008), Assurance Services for Sustainability Reports: Standards and Empirical Evidence. *Journal of Business Ethics*, 87(1), 289-298.
- Maroco, J., (2003), *Análise Estatística - Com Utilização do SPSS*. 3ª Edição, Lisboa: Edições Sílabo
- Meadows, D. H., Randers, J., Meadows, D. L., & Behrens, W. (1972), *The Limits to Growth*, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts.
- Mendes, A., & Sardinha, I. (2009), Eficácia dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal. *Responsabilidade Social das Organizações*. 11, 11-27.
- Moneva, J., Archel, P., & Correa, C. (2006), GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. *Accounting Forum*, 30, 121-137.
- Moneva, J., & Llena, F. (1996), Analisis de informacion sobre responsabilidad social en las empresas industriales que cotizan en bolsa. *Revista Espanola de Financiacion y Contabilidad*, XXV(87), 361-402.
- Moneva, J., & Llena, F. (2000), Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain. *European Accounting Review*, 9(1), 7-29.
- Monteiro, S. (2007), Factores Explicativos do Grau de Divulgação ambiental em grandes empresas em Portugal. *Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Grupo de Investigação FEDRA*, (Dc), 1006-1023.
- O’Dwyer, B., Owen, D., & Unerman, J. (2011), Seeking legitimacy for new assurance forms: The case of assurance on sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 36(1), 31-52.

- O'Dwyer, Brendan. (2002), Conceptions of corporate social responsibility: the nature of managerial capture. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 16(4), 523-557.
- Patten, D. (1991), Exposure, Legitimacy, and Social Disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 10, 297-308.
- Patten, D. (2002), Give or take on the internet: an examination of the disclosure practices of insurance firm web innovators. *Journal & Business Ethics*, 36(3), 247-259.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005), Análise de Dados para as Ciências Sociais, A Complementaridade do SPSS. 5ª Edição, Lisboa Edições. Sílabo.
- Shum, P., Chen, H., & Burritt, R. (2009), A Cross-Country Study of the Determinants of Sustainability Reporting and Assurance. *South American Congress on Social and Environmental Accounting Research*. Rio de Janeiro.
- Simnett, R., Vanstraelen, A., & Chua, W. (2009), Assurance on Sustainability Reports: An International Comparison. *The Accounting Review*, 84(3), 937-967.
- Smith, J., Adhikari, A., & Tondkar, R. (2005), Exploring differences in social disclosures internationally: A stakeholder perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2), 123-151.
- Teoh, H., Pin, F., Joo, T., & Ling, Y. (1998), Environmental Disclosures-Financial Performance Link: Further Evidence From Industrialising Economy Perspective. *Second Asian Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference (APIRA)*. Osaka City University.
- Tilt, C. (1994), The Influence of External Pressure Groups on Corporate Some Empirical Evidence. *Accounting Auditing Accountability Journal*, 7(4), 47-72.
- Torres, M., & Paradís, A. (2003), La Responsabilidad Social em la Empresa: Un Análises de las fuentes de Informacion. *XII Congresso AECA, "Transparencia Empresarial y Sociedad de Conocimiento*.
- Trebucq, S., Evraert, S., & Nassif, N. (2008), Adoption of GRI's Guidelines Reporting by European companies. *Oxford Business & Economics Conference Program*, 1-41.
- Veríssimo, C. (2010), *Relatórios de Sustentabilidade, Desempenho Ambiental e Desempenho Social. Environment*. Tese Mestrado - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Wallage, P. (2000), Assurance on Sustainability Reporting : An Auditor's View. *Journal of Practice & Theory*, 18.
- Wilmshurst, T. D., & Frost, G. R. (2000), Corporate environmental reporting A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 13(1), 10-26.

Webgrafia

http://pt.wikipedia.org/wiki/Relat%C3%B3rio_Brundtland, acedido em 15-06-2011.

www.oroc.pt/fotos/editor2/inscricao/2011/InfAcessoROC2011.pdf, acedido em 11-04-2012

<http://www.fee.be/> acedido em 15-06-2011

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sustentabilidade>, acedido em 08-05-2011

<http://www.cimpin.pt/agenda21.asp> acedido em 15-06-2011

<https://na.theiia.org/standards-guidance/mandatory-guidance/Pages/Definition-of-Internal-Auditing.aspx> acedido em 15/02/2012

www.corporateregister.com acedido em 15/02/2012

<https://www.informadb.pt> acedido em 4/11/2011

www.oroc.pt/fotos/editor2/bastonario/2012/RelContas2011.pdf , acedido em 11-04-2012.

Anexos

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Anexo 1 - Informação sobre relatórios de Auditoria das 117 empresas em estudo

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Nome	Setor de Atividade	Anos	Relatórios de Suste.	Verificação Externa	Norma	Nível de Aplicação	Nível de Conformidade com a Norma	Empresa de Auditoria	Nº do RS	Tipo de Relato
ABB	Tecnologias	2008	1	1	GRI	N/A	N/A	Internacional		
ABB	Tecnologias	2009	1	1	GRI	N/A	N/A	Internacional		
ABB	Tecnologias	2010	1	1	GRI	N/A	N/A	Internacional		
Abreu Advogados	Banca, Seguros e Serviços	2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
Abreu Advogados	Banca, Seguros e Serviços	2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
Abreu Advogados	Banca, Seguros e Serviços	2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A		
Águas de Portugal	Serviços Públicos	2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
Águas de Portugal	Serviços Públicos	2009	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	2º RS	R. Individual
Águas de Portugal	Serviços Públicos	2010	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	3º RS	R. Individual
Águas de Trás os M. e Alto Douro	Serviços Públicos	2008	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	2º RS	R. Individual
Águas de Trás os M. e Alto Douro	Serviços Públicos	2009	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	3º RS	R. Individual
Águas de Trás os M. e Alto Douro	Serviços Públicos	2010	1	2	GRI	A	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
Águas do Algarve	Serviços Públicos	2008	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	1º RS	R. Individual
Águas do Algarve	Serviços Públicos	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Águas do Algarve	Serviços Públicos	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Águas do Cavado	Serviços Públicos	2008	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	4º RS	R. Individual
Águas do Cavado	Serviços Públicos	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Águas do Cavado	Serviços Públicos	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Águas do Douro e Paiva	Serviços Públicos	2008	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	4º RS	R. Individual
Águas do Douro e Paiva	Serviços Públicos	2009	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	5º RS	R. Individual
Águas do Douro e Paiva	Serviços Públicos	2010	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	6º RS	R. Individual
ANA, Aeroportos	Transportes e Logística	2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
ANA, Aeroportos	Transportes e Logística	2009	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	3º RS	R. Individual
ANA, Aeroportos	Transportes e Logística	2010	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	4º RS	R. Individual
APL, Admin. do Porto de Lisboa	Transportes e Logística	2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
APL, Admin. do Porto de Lisboa	Transportes e Logística	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
APL, Admin. do Porto de Lisboa	Transportes e Logística	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
AUCHAN	Comércio por Grosso e a Retalho	2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
AUCHAN	Comércio por Grosso e a Retalho	2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
AUCHAN	Comércio por Grosso e a Retalho	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Axa Portugal - Vida	Banca, Seguros e Serviços	2008	1	1	GRI	A+	GRI	Price Water House Coopers	5º RS	R. Individual
Axa Portugal - Vida	Banca, Seguros e Serviços	2009	1	1	GRI	A+	GRI	Price Water House Coopers	6º RS	R. Individual
Axa Portugal - Vida	Banca, Seguros e Serviços	2010	1	1	GRI	A+	GRI	Price Water House Coopers	7º RS	R. Individual

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Axa Portugal - Nao Vida	Banca, Seguros e Serviços		2008	1	1	GRI	A+	GRI	Price Water House Coopers	5º RS	R. Individual
Axa Portugal - Nao Vida	Banca, Seguros e Serviços		2009	1	1	GRI	A+	GRI	Price Water House Coopers	6º RS	R. Individual
Axa Portugal - Nao Vida	Banca, Seguros e Serviços		2010	1	1	GRI	A+	GRI	Price Water House Coopers	7º RS	R. Individual
BA Vidros	Indústria		2008	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	6º RS	R. Integrado
BA Vidros	Indústria		2009	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	7º RS	R. Integrado
BA Vidros	Indústria		2010	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	8º RS	R. Integrado
BANIF	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
BANIF	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
BANIF	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2010	1	2	GRI	A	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
BARCLAYS	Banca, Seguros e Serviços		2008	1	1	N/A	N/A	N/A	Internacional		
BARCLAYS	Banca, Seguros e Serviços		2009	1	1	N/A	N/A	N/A	Internacional		
BARCLAYS	Banca, Seguros e Serviços		2010	1	1	N/A	N/A	N/A	Internacional		
BCP	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2008	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	4º RS	R. Individual
BCP	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2009	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	5º RS	R. Integrado
BCP	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2010	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	6º RS	R. Integrado
BES	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2008	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	6º RS	R. Individual
BES	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2009	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	7º RS	R. Individual
BES	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2010	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	8º RS	R. Integrado
BOSCH	Tecnologias		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	Internacional		
BOSCH	Tecnologias		2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	Internacional		
BOSCH	Tecnologias		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	Internacional		
BPI	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BPI	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BPI	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BRISA	Serviços Públicos	Cotada	2008	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	6º RS	R. Individual
BRISA	Serviços Públicos	Cotada	2009	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	7º RS	R. Individual
BRISA	Serviços Públicos	Cotada	2010	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	8º RS	R. Individual
CARRIS	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
CARRIS	Transportes e Logística		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
CARRIS	Transportes e Logística		2010	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
CELBI - Altri SA	Pasta de Papel e Cartão	Cotada	2008	1	1	GRI	B+	GRI	Liloyd's Register EMEA - LRQA	3º RS	R. Individual
CELBI - Altri SA	Pasta de Papel e Cartão	Cotada	2009	1	1	GRI	B+	GRI	Liloyd's Register EMEA - LRQA	4º RS	R. Individual
CELBI - Altri SA	Pasta de Papel e Cartão	Cotada	2010	1	1	GRI	B+	GRI	Liloyd's Register EMEA - LRQA	5º RS	R. Individual
Central de Cervejas	Alimentar e Bebidas		2008	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
Central de Cervejas	Alimentar e Bebidas		2009	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
Central de Cervejas	Alimentar e Bebidas		2010	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	5º RS	R. Individual

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

CEPSA	Produtos Petrolíferos		2008	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
CEPSA	Produtos Petrolíferos		2009	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
CEPSA	Produtos Petrolíferos		2010	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Integrado
CGD	Banca, Seguros e Serviços		2008	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	1º RS	R. Individual
CGD	Banca, Seguros e Serviços		2009	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	2º RS	R. Individual
CGD	Banca, Seguros e Serviços		2010	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	3º RS	R. Individual
Chamatain	Atividade Imobiliária		2008	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	4º RS	R. Individual
Chamatain	Atividade Imobiliária		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	5º RS	R. Individual
Chamatain	Atividade Imobiliária		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	6º RS	R. Individual
CIMPOR Cimentos de Port., SGPS, S.A.	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	5º RS	R. Individual
CIMPOR Cimentos de Port., SGPS, S.A.	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	6º RS	R. Individual
CIMPOR Cimentos de Port., SGPS, S.A.	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2010	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	7º RS	R. Individual
COFINA	Comunicação e Media	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
COFINA	Comunicação e Media	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
COFINA	Comunicação e Media	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Companhia das Lezírias	Outros Serviços		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
Companhia das Lezírias	Outros Serviços		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
Companhia das Lezírias	Outros Serviços		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Compta SA	Tecnologias	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Compta SA	Tecnologias	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Compta SA	Tecnologias	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Corticeira Amorim	Indústria	Cotada	2008	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	3º RS	R. Individual
Corticeira Amorim	Indústria	Cotada	2009	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	4º RS	R. Individual
Corticeira Amorim	Indústria	Cotada	2010	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	5º RS	R. Individual
CP Comboios de Portugal	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
CP Comboios de Portugal	Transportes e Logística		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
CP Comboios de Portugal	Transportes e Logística		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A		
DALKIA - VEOLIA	Serviços Públicos		2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	Internacional		
DALKIA - VEOLIA	Serviços Públicos		2009	1		N/A	N/A	N/A	Internacional		
DALKIA - VEOLIA	Serviços Públicos		2010	1		N/A	N/A	N/A	Internacional		
DANONE	Alimentar e Bebidas		2008	1	1	N/A	N/A	N/A	Internacional		
DANONE	Alimentar e Bebidas		2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	Internacional		
DANONE	Alimentar e Bebidas		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	Internacional		
DELOITTE	Banca, Seguros e Serviços		2008	1	2	GRI	C	N/A	Internacional		
DELOITTE	Banca, Seguros e Serviços		2009	1	2	GRI	B	N/A	Internacional		
DELOITTE	Banca, Seguros e Serviços		2010	1	2	GRI	B	N/A	Internacional		

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

DELTA	Alimentar e Bebidas		2008	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	5º RS	R. Individual
DELTA	Alimentar e Bebidas		2009	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers		
DELTA	Alimentar e Bebidas		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
EDIFER	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
EDIFER	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
EDIFER	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
EDP	Setor Energético	Cotada	2008	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	1º RS	R. Integrado
EDP	Setor Energético	Cotada	2009	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	2º RS	R. Integrado
EDP	Setor Energético	Cotada	2010	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	3º RS	R. Integrado
EFACEC	Tecnologias		2008	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	3º RS	R. Individual
EFACEC	Tecnologias		2009	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	4º RS	R. Individual
EFACEC	Tecnologias		2010	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	5º RS	R. Integrado
ENSULMECI	Setor Energético		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
ENSULMECI	Setor Energético		2009	1	2	GRI	C	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
ENSULMECI	Setor Energético		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	5º RS	R. Individual
EPAL	Serviços Públicos		2008	1	1	GRI	A+	AA1000AS	SGS ICS	4º RS	R. Individual
EPAL	Serviços Públicos		2009	1	1	GRI	A+	AA1000AS	SGS ICS	5º RS	R. Individual
EPAL	Serviços Públicos		2010	1	2	GRI	A	N/A	N/A	6º RS	R. Individual
Estradas de Portugal SA	Serviços Públicos		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
Estradas de Portugal SA	Serviços Públicos		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
Estradas de Portugal SA	Serviços Públicos		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
ESTORIL SOL SA	Outros Serviços	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
ESTORIL SOL SA	Outros Serviços	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
ESTORIL SOL SA	Outros Serviços	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
F. RAMADAS	Metalomecânica e Engenharia	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
F. RAMADAS	Metalomecânica e Engenharia	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
F. RAMADAS	Metalomecânica e Engenharia	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
FERTAGUS	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	C	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
FERTAGUS	Transportes e Logística		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
FERTAGUS	Transportes e Logística		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A		
FISIPE	Indústria	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
FISIPE	Indústria	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
FISIPE	Indústria	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Galp	Produtos Petrolíferos	Cotada	2008	1	1	GRI	B+	GRI, AA1000AS, ISAE3000	Price Water House Coopers	1º RS	R. Individual
Galp	Produtos Petrolíferos	Cotada	2009	1	1	GRI	B+	GRI, AA1000AS, ISAE3000	Price Water House Coopers	2º RS	R. Individual
Galp	Produtos Petrolíferos	Cotada	2010	1	1	GRI	B+	GRI, AA1000AS, ISAE3000	Price Water House Coopers	3º RS	R. Individual

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

GESTAMP AVEIRO	Industria Automóvel		2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
GESTAMP AVEIRO	Industria Automóvel		2009	1	2	GRI	C	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
GESTAMP AVEIRO	Industria Automóvel		2010	1	2	GRI	C	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
GLINTT	Tecnologias	Cotada	2008	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
GLINTT	Tecnologias	Cotada	2009	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
GLINTT	Tecnologias	Cotada	2010	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
GRUNDFOS	Comércio por Grosso e a Retalho		2008	1	1	N/A	N/A	N/A	N/A	Internacional		
GRUNDFOS	Comércio por Grosso e a Retalho		2009	1	1	N/A	N/A	N/A	N/A	Internacional		
GRUNDFOS	Comércio por Grosso e a Retalho		2010	1	1	N/A	N/A	N/A	N/A	Internacional		
GRUPO CTT	Transportes e Logística		2008	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers		4º RS	R. Individual
GRUPO CTT	Transportes e Logística		2009	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers		5º RS	R. Individual
GRUPO CTT	Transportes e Logística		2010	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers		6º RS	R. Individual
GRUPO PESTANA	Outros Serviços		2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
GRUPO PESTANA	Outros Serviços		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
GRUPO PESTANA	Outros Serviços		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
IBERSOL	Outros Serviços	Cotada	2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
IBERSOL	Outros Serviços	Cotada	2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
IBERSOL	Outros Serviços	Cotada	2010	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
IBM	Tecnologias		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	Internacional		
IBM	Tecnologias		2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A		
IBM	Tecnologias		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A		
Imprensa Nacional Casa da Moeda	Serviços Públicos		2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
Imprensa Nacional Casa da Moeda	Serviços Públicos		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
Imprensa Nacional Casa da Moeda	Serviços Públicos		2010	1	2	GRI	A	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
IMPRESA	Comunicação e Media	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
IMPRESA	Comunicação e Media	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
IMPRESA	Comunicação e Media	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
INAC	Serviços Públicos		2008	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
INAC	Serviços Públicos		2009	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
INAC	Serviços Públicos		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
INAPA	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
INAPA	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
INAPA	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Jerónimo Martins	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2008	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Integrado
Jerónimo Martins	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2009	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Integrado
Jerónimo Martins	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2010	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4º RS	R. Integrado

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

LeiriSport	Outros Serviços		2008	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Integrado
LeiriSport	Outros Serviços		2009	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	4º RS	R. Integrado
LeiriSport	Outros Serviços		2010	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	5º RS	R. Integrado
LIPOR	Serviços Públicos		2008	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	5º RS	R. Individual
LIPOR	Serviços Públicos		2009	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	6º RS	R. Individual
LIPOR	Serviços Públicos		2010	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	7º RS	R. Individual
Luis Simoes	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
Luis Simoes	Transportes e Logística		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
Luis Simoes	Transportes e Logística		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	3º RS	R. Integrado
LISGRAFICA SA	Comunicação e Media	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
LISGRAFICA SA	Comunicação e Media	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
LISGRAFICA SA	Comunicação e Media	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
MARTIFER	Metalomecânica e Engenharia	Cotada	2008	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
MARTIFER	Metalomecânica e Engenharia	Cotada	2009	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
MARTIFER	Metalomecânica e Engenharia	Cotada	2010	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
MEDIA CAPITAL	Comunicação e Media	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
MEDIA CAPITAL	Comunicação e Media	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
MEDIA CAPITAL	Comunicação e Media	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Metro do Porto	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	C	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
Metro do Porto	Transportes e Logística		2009	1	2	GRI	C	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
Metro do Porto	Transportes e Logística		2010	1	2	GRI	C	N/A	N/A	5º RS	R. Individual
Mota Engil	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2008	1	2	GRI	C	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
Mota Engil	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2009	1	2	GRI	C	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
Mota Engil	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2010	1	2	GRI	C	N/A	N/A	5º RS	R. Integrado
Multi Mall Management	Atividade Imobiliária		2008	1	1	GRI	B+	AA1000AS	Deloitte	1º RS	R. Individual
Multi Mall Management	Atividade Imobiliária		2009	1	1	GRI	B+	AA1000AS	Deloitte	2º RS	R. Individual
Multi Mall Management	Atividade Imobiliária		2010	1	1	GRI	B+	AA1000AS	Deloitte	3º RS	R. Individual
NAV	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
NAV	Transportes e Logística		2009	1	1	GRI	B+	AA1000AS	Price Water House Coopers	2º RS	R. Individual
NAV	Transportes e Logística		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Nestle	Alimentar e Bebidas		2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
Nestle	Alimentar e Bebidas		2009	1	1	GRI	B+	GRI	Price Water House Coopers	3º RS	R. Individual
Nestle	Alimentar e Bebidas		2010	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	4º RS	R. Individual
NOVABASE	Tecnologias	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NOVABASE	Tecnologias	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NOVABASE	Tecnologias	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

ODEBRECHT	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
ODEBRECHT	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
ODEBRECHT	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
ONI	Comunicação e Media		2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
ONI	Comunicação e Media		2009	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Deloitte	1º RS	R. Individual
ONI	Comunicação e Media		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
OPWAY	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2008	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
OPWAY	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
OPWAY	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Orey Antunes, S.A	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Orey Antunes, S.A	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Orey Antunes, S.A	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
PAPELARIA FERNANDES	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
PAPELARIA FERNANDES	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
PAPELARIA FERNANDES	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Parque Escolar	Serviços Públicos		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
Parque Escolar	Serviços Públicos		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
Parque Escolar	Serviços Públicos		2010	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
Parque Expo	Serviços Públicos		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
Parque Expo	Serviços Públicos		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
Parque Expo	Serviços Públicos		2010	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	5º RS	R. Individual
PINTO & BENTO	Banca, Seguros e Serviços		2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
PINTO & BENTO	Banca, Seguros e Serviços		2009	1	2	GRI	C	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
PINTO & BENTO	Banca, Seguros e Serviços		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
PORTO DE SINES	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
PORTO DE SINES	Transportes e Logística		2009	1	2	GRI	A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
PORTO DE SINES	Transportes e Logística		2010	1	2	GRI	A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
PORTO LEIXOES	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
PORTO LEIXOES	Transportes e Logística		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
PORTO LEIXOES	Transportes e Logística		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	5º RS	R. Individual
PORTWAY	Transportes e Logística		2008	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
PORTWAY	Transportes e Logística		2009	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
PORTWAY	Transportes e Logística		2010	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
PT	Comunicação e Media		2008	1	1	GRI	A+	GRI, AA1000AS, ISAE3000	SGS ICS	5º RS	R. Individual
PT	Comunicação e Media		2009	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	SGS ICS	6º RS	R. Individual
PT	Comunicação e Media		2010	1	1	GRI	A+	AA1000AS,GRI, ISAE 3000	SGS ICS	7º RS	R. Individual

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

REDITUS	Tecnologias	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
REDITUS	Tecnologias	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
REDITUS	Tecnologias	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
REFER	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	4º RS	R. Individual	
REFER	Transportes e Logística		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	5º RS	R. Integrado	
REFER	Transportes e Logística		2010	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	6º RS	R. Integrado	
REN	Setor Energético		2008	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	4º RS	R. Individual	
REN	Setor Energético		2009	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	Deloitte	5º RS	R. Individual	
REN	Setor Energético		2010	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	Deloitte	6º RS	R. Individual	
REPSOL	Produtos Petrolíferos		2008	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	KPMG	3º RS	R. Individual	
REPSOL	Produtos Petrolíferos		2009	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	Deloitte	4º RS	R. Individual	
REPSOL	Produtos Petrolíferos		2010	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	Deloitte	5º RS	R. Individual	
RIOFORTE	Banca, Seguros e Serviços		2008	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
RIOFORTE	Banca, Seguros e Serviços		2009	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
RIOFORTE	Banca, Seguros e Serviços		2010	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual	
RTP	Comunicação e Media		2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
RTP	Comunicação e Media		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Individual	
RTP	Comunicação e Media		2010	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual	
SANTANDER	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	5º RS	R. Individual	
SANTANDER	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	6º RS	R. Individual	
SANTANDER	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2010	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	Deloitte	7º RS	R. Individual	
SAG GEST	Indústria Automóvel	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
SAG GEST	Indústria Automóvel	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
SAG GEST	Indústria Automóvel	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
SECIL	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2008	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	1º RS	R. Integrado	
SECIL	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Integrado	
SECIL	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	3º RS	R. Integrado	
SIEMENS	Tecnologias		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	Internacional			
SIEMENS	Tecnologias		2009	1	1	GRI	N/A	N/A	Internacional			
SIEMENS	Tecnologias		2010	1	1	GRI	N/A	N/A	Internacional			
SIMTEJO	Serviços Públicos		2008	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	1º RS	R. Individual	
SIMTEJO	Serviços Públicos		2009	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	2º RS	R. Individual	
SIMTEJO	Serviços Públicos		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
SOARES DA COSTA	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual	
SOARES DA COSTA	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2009	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	3º RS	R. Individual	
SOARES DA COSTA	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2010	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	4º RS	R. Individual	

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

SOLVAY	Produtos Químicos		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	Internacional		
SOLVAY	Produtos Químicos		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	Internacional		
SOLVAY	Produtos Químicos		2010	1	2	GRI	N/A	N/A	Internacional		
SOMAGUE SGPS	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2008	1	2	GRI	A	N/A	N/A	6º RS	R. Individual
SOMAGUE SGPS	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2009	1	2	GRI	A	N/A	N/A	7º RS	R. Individual
SOMAGUE SGPS	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2010	1	2	GRI	A	N/A	N/A	8º RS	R. Integrado
SONAE SGPS	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
SONAE SGPS	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
SONAE SGPS	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2010	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Price Water House Coopers	5º RS	R. Individual
SONAE INDUSTRIA	Indústria	Cotada	2008	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
SONAE INDUSTRIA	Indústria	Cotada	2009	1	2	N/A	N/A	N/A	N/A		
SONAE INDUSTRIA	Indústria	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
SONAE SIERRA	Atividade Imobiliária		2008	1	1	GRI	B+	ISAE 3000	Deloitte	5º RS	R. Individual
SONAE SIERRA	Atividade imobiliária		2009	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	6º RS	R. Individual
SONAE SIERRA	Atividade imobiliária		2010	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	7º RS	R. Individual
SONAE.COM	Comunicação e Media		2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
SONAE.COM	Comunicação e Media		2009	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	3º RS	R. Individual
SONAE.COM	Comunicação e Media		2010	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	4º RS	R. Individual
SONY	Tecnologias		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	Internacional		
SONY	Tecnologias		2009	2	2	GRI	N/A	N/A	Internacional		
SONY	Tecnologias		2010	2	1	GRI	N/A	N/A	Internacional		
SOPORCEL	Pasta de papel e cartão	Cotada	2008	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	3º RS	R. Individual
SOPORCEL	Pasta de papel e cartão	Cotada	2009	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte		
SOPORCEL	Pasta de papel e cartão	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
SUMOL+COMPAL	Alimentar e Bebidas	Cotada	2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
SUMOL+COMPAL	Alimentar e Bebidas	Cotada	2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
SUMOL+COMPAL	Alimentar e Bebidas	Cotada	2010	2	N/A	GRI	N/A	N/A	N/A		N/A
TAP	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
TAP	Transportes e Logística		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	4º RS	R. Individual
TAP	Transportes e Logística		2010	1	2	GRI	N/A	N/A	N/A	5º RS	R. Individual
TEIXEIRA DUARTE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TEIXEIRA DUARTE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TEIXEIRA DUARTE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
TETRAPAK	Indústria		2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
TETRAPAK	Indústria		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A		
TETRAPAK	Indústria		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

TOYOTA	Industria Automóvel	Cotada	2008	1	1	N/A	N/A	N/A	Internacional		
TOYOTA	Industria Automóvel	Cotada	2009	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TOYOTA	Industria Automóvel	Cotada	2010	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TRANSTEJO	Transportes e Logística		2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
TRANSTEJO	Transportes e Logística		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
TRANSTEJO	Transportes e Logística		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TRATOLIXO	Serviços Públicos		2008	1	2	GRI	B	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
TRATOLIXO	Serviços Públicos		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
TRATOLIXO	Serviços Públicos		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
TURISMO DE PORTUGAL	Outros Serviços		2008	1	2	GRI	C	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
TURISMO DE PORTUGAL	Outros Serviços		2009	1	2	GRI	B	N/A	N/A	2º RS	R. Individual
TURISMO DE PORTUGAL	Outros Serviços		2010	1	2	GRI	A	N/A	N/A	3º RS	R. Individual
UNICONCRETO - LAFARGE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2008	1	2	GRI	N/A	N/A	Internacional		
UNICONCRETO - LAFARGE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2009	1	2	GRI	N/A	N/A	Internacional		
UNICONCRETO - LAFARGE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2010	1	2	GRI	N/A	N/A	Internacional		
VAA - Vista Alegre Atlantis	Indústria	Cotada	2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
VAA - Vista Alegre Atlantis	Indústria	Cotada	2009	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
VAA - Vista Alegre Atlantis	Indústria	Cotada	2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
VALORSUL	Serviços públicos		2008	1	1	GRI	B+	AA1000AS	SDC - Consultoria em D. Sustentável	5º RS	R. Individual
VALORSUL	Serviços públicos		2009	1	1	GRI	B+	AA1000AS	SDC - Consultoria em D. Sustentável	6º RS	R. Individual
VALORSUL	Serviços Públicos		2010	1	2	GRI	B	N/A	N/A	7º RS	R. Individual
VISABEIRA - Infraestruturas	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2008	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
VISABEIRA - Infraestruturas	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2009	1	2	GRI	C	N/A	N/A	1º RS	R. Individual
VISABEIRA - Infraestruturas	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2010	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Vodafone Portugal	Comunicação e Media		2008	1	1	GRI	A+	ISAE 3000	Deloitte	6º RS	R. Individual
Vodafone Portugal	Comunicação e Media		2009	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	Deloitte	7º RS	R. Individual
Vodafone Portugal	Comunicação e Media		2010	1	1	GRI	A+	AA1000AS, ISAE 3000	Deloitte	8º RS	R. Individual
ZON - Multimédia	Comunicação e Media	Cotada	2008	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
ZON - Multimédia	Comunicação e Media	Cotada	2009	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
ZON - Multimédia	Comunicação e Media	Cotada	2010	2	2	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Elaboração Própria

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Anexo 2 - Assurance Statement das empresas com relatório de Auditoria no ano de 2010

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Procedimentos Empresas	Indagações a Gestão	Processos de Gestão Internos	Verificação da Informação com bases de suporte	Comparação com dados financeiros e económicos	Comparação de dados relativos a indicadores de desempenho	Procedimentos de Consubstanciação	Confirmação do Nível de aplicação	Realização de entrevistas	Visitas ás instalações ou obras	Validação dos Normativos	1	2	3	4	5	6	Título
Águas de Portugal	X	X	X	X	X	X	X				X						Verificação Independente
Águas do Douro e Paiva	X	X	X	X	X	X	X				X						Verificação Independente
ANA, Aeroportos	X	X	X		X	X	X				X						Verificação Independente
Axa Portugal - Vida	X	X	X		X	X	X				X						Verificação Independente
Axa Portugal - Não Vida	X	X	X		X	X	X				X						Verificação Independente
BCP	X		X		X			X			X						Relatório de Verificação de Garantia Limitada de Fiabilidade
BES	X							X			X						Relatório de Verificação de Garantia Limitada de Fiabilidade
BRISA	X	X	X		X	X		X	X		X						Relatório de Verificação de Garantia de Fiabilidade
CELBI - Altri SA	X		X		X		X	X				X					Declaração de verificação
CGD	X		X	X	X	X	X						X				Relatório de Revisão
Corticeira Amorim	X	X	X	X	X		X				X						Verificação Independente
EDP	X		X	X	X			X	X		X						Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade
EFACEC	X	X	X		X	X	X				X						Verificação Independente
Galp	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X						Verificação Independente
GRUPO CTT	X	X	X		X	X	X				X						Verificação Independente
LIPOR	X		X	X				X		X			X				Relatório de Revisão
Multi Mall Management	X				X	X	X			X				X			Relatório de Revisão
Nestle	X	X	X	X	X		X				X						Verificação Independente
PT	X	X	X	X		X	X			X					X		Declaração de Verificação
REN	X	X	X		X					X				X			Relatório de Revisão
REPSOL	X														X		Relatório de Revisão
SANTANDER	X	X	X	X	X	X	X			X						X	Relatório de Revisão Independente
SOARES DA COSTA	X		X	X	X		X	X			X						Relatório de Revisão
SONAE SGPS	X	X	X		X	X	X				X						Verificação Independente

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

SONAE SIERRA	X	X	X		X		X				X						Relatório de Revisão
SONAE.COM	X	X	X		X		X				X						Relatório de Revisão
Vodafone Portugal	X	X	X	X		X	X							X			Relatório de Revisão

Elaboração Própria

Anexo 3 - Variáveis contabilísticas

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

Nome	Setor de Atividade	PSI20	Anos	Relatório e Contas	Relatórios de Suste.	Âmbito do RS	Total do Balanço	Total do Capital Próprio	Total do Passivo
Águas de Portugal	Serviços Públicos		2008	1	1	1	5.592.865.973,00	497.540.813,00	4.881.350.793,00
Águas de Portugal	Serviços Públicos		2009	1	1	1	6.006.809.939,00	534.758.178,00	5.254.441.834,00
Águas de Portugal	Serviços Públicos		2010	1	1	1	7.213.396.361,00	928.470.145,00	6.284.926.216,00
Águas de Trás os M. e Alto Douro	Serviços Públicos		2008	1	1	2	490.504.820,97	10.445.393,13	480.059.427,84
Águas de Trás os M. e Alto Douro	Serviços Públicos		2009	1	1	2	516.286.504,11	3.832.411,09	512.454.093,02
Águas de Trás os M. e Alto Douro	Serviços Públicos		2010	1	1	2	514.818.469,69	2.062.855,80	512.755.613,89
Águas do Algarve	Serviços Públicos		2008	1	1	2	435.869.460,63	38.990.029,16	396.879.431,47
Águas do Algarve	Serviços Públicos		2009	1	2	2	480.922.967,03	34.547.865,01	446.375.102,02
Águas do Algarve	Serviços Públicos		2010	1	2	2	563.712.533,00	36.753.404,00	526.959.129,00
Águas do Douro e Paiva	Serviços Públicos		2008	1	1	2	274.504.919,00	21.421.417,00	253.083.502,00
Águas do Douro e Paiva	Serviços Públicos		2009	1	1	2	271.727.612,00	22.948.129,00	248.779.483,00
Águas do Douro e Paiva	Serviços Públicos		2010	1	1	2	285.703.869,55	22.945.236,26	262.758.633,29
ANA, Aeroportos	Transportes e Logística		2008	1	1	2	970.671.501,07	452.807.329,08	517.864.171,99
ANA, Aeroportos	Transportes e Logística		2009	1	1	2	1.105.980.451,65	423.056.009,03	682.924.442,62
ANA, Aeroportos	Transportes e Logística		2010	1	1	2	1.151.201.833,77	390.464.016,42	760.737.817,35
APL, Admin. do Porto de Lisboa	Transportes e Logística		2008	1	1	2	391.780.538,00	134.107.627,00	257.672.909,00
APL, Admin. do Porto de Lisboa	Transportes e Logística		2009	1	2	2	392.362.035,00	129.555.757,00	262.806.281,00
APL, Admin. do Porto de Lisboa	Transportes e Logística		2010	1	2	2	392.645.945,00	187.198.389,00	205.447.555,00
Axa Portugal - Não Vida	Banca, Seguros e Serviços		2008	1	1	2	781.931.925,85	91.192.137,43	690.739.788,42
Axa Portugal - Não Vida	Banca, Seguros e Serviços		2009	1	1	2	769.902.937,35	105.792.497,44	664.110.439,91
Axa Portugal - Não Vida	Banca, Seguros e Serviços		2010	1	1	2	745.212.658,92	105.085.605,25	640.127.053,67
Axa Portugal - Vida	Banca, Seguros e Serviços		2008	1	1	2	1.179.304.554,45	70.366.518,27	1.108.938.036,18
Axa Portugal - Vida	Banca, Seguros e Serviços		2009	1	1	2	1.259.725.753,79	94.658.918,38	1.165.066.835,41
Axa Portugal - Vida	Banca, Seguros e Serviços		2010	1	1	2	1.250.275.433,77	94.484.879,47	1.155.790.554,30

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

BA Vidros	Indústria		2008	1	1	1	516.870.000,00	73.493.872,00	443.376.128,00
BA Vidros	Indústria		2009	1	1	1	555.398.228,00	102.722.214,00	452.676.014,00
BA Vidros	Indústria		2010	1	1	1	553.080.675,00	74.709.626,00	478.371.049,00
BANIF	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2008	1	1	1	9.560.646.000,00	346.181.000,00	9.214.465.000,00
BANIF	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2009	1	1	1	11.568.815.000,00	647.650.000,00	10.921.165.000,00
BANIF	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2010	1	1	1	12.385.903.000,00	836.343.000,00	11.549.560.000,00
BCP	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2008	1	1	1	94.423.724.000,00	6.248.234.000,00	88.175.490.000,00
BCP	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2009	1	1	1	95.550.410.000,00	7.220.801.000,00	88.329.609.000,00
BCP	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2010	1	1	1	100.009.739.000,00	7.247.476.000,00	92.762.263.000,00
BES	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2008	1	1	1	75.186.728.000,00	4.652.944.000,00	70.533.784.000,00
BES	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2009	1	1	1	82.297.200.000,00	6.938.883.000,00	75.358.317.000,00
BES	Banca, Seguros e Serviços	Cotada	2010	1	1	1	83.655.427.000,00	7.476.248.000,00	76.179.179.000,00
BRISA	Transportes e Logística	Cotada	2008	1	1	2	4.914.689.000,00	1.299.988.000,00	3.614.701.000,00
BRISA	Transportes e Logística	Cotada	2009	1	1	2	4.984.424.000,00	1.344.230.000,00	3.640.194.000,00
BRISA	Transportes e Logística	Cotada	2010	1	1	2	1.428.703.000,00	1.160.616.000,00	268.087.000,00
CARRIS	Transportes e Logística		2008	1	1	2	180.971.787,91	-612.277.856,72	793.249.644,63
CARRIS	Transportes e Logística		2009	1	1	2	168.756.675,90	-734.204.092,62	902.960.768,52
CARRIS	Transportes e Logística		2010	1	1	2	162.643.663,47	-776.509.551,36	939.153.214,83
CELBI - Altri SA	Pasta de Papel e Cartão	Cotada	2008	1	1	2	853.570.500,00	232.237.900,00	621.332.600,00
CELBI - Altri SA	Pasta de Papel e Cartão	Cotada	2009	1	1	2	921.577.200,00	232.389.400,00	689.187.800,00
CELBI - Altri SA	Pasta de Papel e Cartão	Cotada	2010	1	1	2	993.418.576,00	261.650.198,00	731.768.378,00
Central de Cervejas	Alimentar e Bebidas		2008	1	1	2	748.151.660,00	106.395.329,00	641.756.331,00
Central de Cervejas	Alimentar e Bebidas		2009	1	1	2	790.348.315,00	165.328.684,00	625.019.632,00
Central de Cervejas	Alimentar e Bebidas		2010	1	1	2	745.733.233,00	173.103.075,00	572.630.158,00
CEPSA	Produtos Petrolíferos		2008	1	1	1	9.651.000.000,00	5.205.000.000,00	2.716.000.000,00
CEPSA	Produtos Petrolíferos		2009	1	1	1	10.347.232.000,00	5.352.792.000,00	3.261.737.000,00
CEPSA	Produtos Petrolíferos		2010	1	1	1	11.476.695.000,00	5.759.126.000,00	3.284.900.000,00

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

CGD	Banca, Seguros e Serviços		2008	1	1	2	96.650.556.818,00	4.590.234.142,00	92.060.322.676,00
CGD	Banca, Seguros e Serviços		2009	1	1	2	105.808.700.323,00	5.845.529.218,00	99.963.171.105,00
CGD	Banca, Seguros e Serviços		2010	1	1	2	112.902.809.805,00	6.202.424.245,00	106.700.385.560,00
CIMPOR Cimentos de Port., SGPS, S.A.	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2008	1	1	1	4.615.255.000,00	1.615.786.000,00	2.999.469.000,00
CIMPOR Cimentos de Port., SGPS, S.A.	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2009	1	1	1	4.927.362.000,00	1.922.991.000,00	3.004.371.000,00
CIMPOR Cimentos de Port., SGPS, S.A.	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2010	1	1	1	5.384.880.000,00	2.230.231.000,00	3.154.649.000,00
Companhia das Lezírias	Outros Serviços		2008	1	1	2	41.905.478,50	34.952.491,95	6.952.986,55
Companhia das Lezírias	Outros Serviços		2009	1	1	2	41.674.689,46	34.973.296,74	6.701.392,72
Companhia das Lezírias	Outros Serviços		2010	1	2	2	42.512.460,00	37.673.755,00	3.862.507,00
Corticeira Amorim	Indústria	Cotada	2008	1	1	1	574.722.000,00	246.724.000,00	327.998.000,00
Corticeira Amorim	Indústria	Cotada	2009	1	1	1	524.730.000,00	249.845.000,00	274.885.000,00
Corticeira Amorim	Indústria	Cotada	2010	1	1	1	561.766.000,00	268.545.000,00	293.221.000,00
CP Comboios de Portugal	Transportes e Logística		2008	1	1	2	1.354.746.054,00	-2.013.689.488,00	3.368.435.542,00
CP Comboios de Portugal	Transportes e Logística		2009	1	1	2	1.577.308.296,00	-2.234.054.240,00	3.811.362.536,00
CP Comboios de Portugal	Transportes e Logística		2010	1	1	2	1.219.732.181,00	-2.446.911.801,00	3.666.643.982,00
EDIFER	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2008	1	2	1	523.949.524,00	48.103.211,00	475.846.313,00
EDIFER	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2009	1	1	1	611.674.763,00	56.647.015,00	555.027.748,00
EDIFER	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2010	1	1	1	712.451.063,00	66.009.263,00	646.441.800,00
EDP	Setor Energético	Cotada	2008	1	1	1	35.744.969.000,00	8.567.425.000,00	27.177.544.000,00
EDP	Setor Energético	Cotada	2009	1	1	1	40.261.557.000,00	9.978.688.000,00	30.282.869.000,00
EDP	Setor Energético	Cotada	2010	1	1	1	40.488.853.000,00	10.784.959.000,00	29.703.894.000,00
EFACEC	Tecnologias		2008	1	1	1	680.342.828,00	65.093.619,00	615.249.209,00
EFACEC	Tecnologias		2009	1	1	1	823.761.178,00	111.318.038,00	712.443.140,00
EFACEC	Tecnologias		2010	1	1	1	994.872.784,00	126.071.857,00	868.800.927,00
ENSULMECI	Setor Energético		2008	1	1	2	119.718.480,99	18.001.174,59	101.717.306,40
ENSULMECI	Setor Energético		2009	1	1	2	117.532.546,85	17.675.299,51	99.857.247,34
ENSULMECI	Setor Energético		2010	1	1	2	115.714.000,00	17.374.000,00	98.340.000,00

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

EPAL	Serviços Públicos		2008	1	1	2	714.323.829,00	365.046.276,00	349.277.553,00
EPAL	Serviços Públicos		2009	1	1	2	738.658.822,00	373.490.766,00	365.168.056,00
EPAL	Serviços Públicos		2010	1	1	2	916.852.188,80	506.107.841,34	410.744.347,46
Estradas de Portugal SA	Transportes e Logística		2008	1	1	2	15.231.070.000,00	293.398.000,00	14.937.672.000,00
Estradas de Portugal SA	Transportes e Logística		2009	1	1	2	16.157.426.000,00	357.879.000,00	15.799.547.000,00
Estradas de Portugal SA	Transportes e Logística		2010	1	2	2	15.750.996.000,00	644.974.000,00	15.106.022.000,00
FERTAGUS	Transportes e Logística		2008	1	1	2	27.559.411,76	11.680.567,46	15.878.844,30
FERTAGUS	Transportes e Logística		2009	1	1	2	20.601.541,36	9.167.528,80	11.434.012,56
FERTAGUS	Transportes e Logística		2010	1	1	2	17.056.706,66	4.466.760,29	12.589.946,37
Galp	Produtos Petrolíferos		2008	1	1	1	6.623.000.000,00	2.218.819.000,00	4.404.181.000,00
Galp	Produtos Petrolíferos		2009	1	1	1	7.242.446.000,00	2.388.663.000,00	4.853.783.000,00
Galp	Produtos Petrolíferos		2010	1	1	1	9.162.128.000,00	2.711.069.000,00	6.451.059.000,00
GESTAMP AVEIRO	Industria Automóvel		2008	1	1	2	128.837.544,00	58.498.593,00	70.338.951,00
GESTAMP AVEIRO	Industria Automóvel		2009	1	1	2	143.249.563,00	51.361.861,00	91.887.702,00
GESTAMP AVEIRO	Industria Automóvel		2010	1	1	2	180.033.039,00	68.211.892,00	111.821.147,00
GRUPO CTT	Transportes e Logística		2008	1	1	1	1.303.990.333,00	247.464.144,00	1.056.526.189,00
GRUPO CTT	Transportes e Logística		2009	1	1	1	1.131.589.223,00	220.787.625,00	910.801.598,00
GRUPO CTT	Transportes e Logística		2010	1	1	1	1.100.826.496,00	236.464.799,00	864.361.697,00
Grupo REPSOL	Produtos Petrolíferos		2008	1	1	1	22.673.000.000,00	17.171.000.000,00	5.502.000.000,00
Grupo REPSOL	Produtos Petrolíferos		2009	1	1	1	22.897.000.000,00	17.985.000.000,00	4.912.000.000,00
Grupo REPSOL	Produtos Petrolíferos		2010	1	1	1	22.655.000.000,00	18.502.000.000,00	4.153.000.000,00
IBERSOL	Outros Serviços	Cotada	2008	1	1	1	212.480.977,00	129.549.966,00	129.549.966,00
IBERSOL	Outros Serviços	Cotada	2009	1	1	1	222.148.335,00	126.825.780,00	126.825.780,00
IBERSOL	Outros Serviços	Cotada	2010	1	1	1	232.217.605,00	109.332.611,00	122.884.994,00
Jerónimo Martins	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2008	1	1	1	3.726.565.000,00	931.125.000,00	2.795.440.000,00
Jerónimo Martins	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2009	1	1	1	3.824.427.000,00	1.065.694.000,00	2.758.733.000,00
Jerónimo Martins	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2010	1	1	1	4.159.022.000,00	1.131.812.000,00	3.027.210.000,00

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

LeiriSport	Outros Serviços		2008	1	1	2	73.206.668,97	45.916.090,57	27.290.578,40
LeiriSport	Outros Serviços		2009	1	1	2	71.863.455,28	44.751.345,93	27.112.109,35
LeiriSport	Outros Serviços		2010	1	1	2	70.523.796,60	48.261.955,63	22.261.840,97
LIPOR	Serviços Públicos		2008	1	1	2	271.252.379,48	36.994.242,55	234.258.136,93
LIPOR	Serviços Públicos		2009	1	1	2	270.194.146,71	38.230.989,76	231.963.156,95
LIPOR	Serviços Públicos		2010	1	1	2	255.618.984,63	34.432.831,46	221.186.153,17
Luís Simões	Transportes e Logística		2008	1	1	1	135.668.443,00	32.084.905,00	103.583.538,00
Luís Simões	Transportes e Logística		2009	1	1	1	170.317.636,00	47.709.813,00	122.607.823,00
Luís Simões	Transportes e Logística		2010	1	2	1	171.067.386,33	50.499.883,33	120.567.503,00
MARTIFER	Metalomecânica e Engenharia	Cotada	2008	1	2	1	1.352.629.172,00	333.690.141,00	1.018.939.031,00
MARTIFER	Metalomecânica e Engenharia	Cotada	2009	1	1	1	1.422.697.663,00	438.028.029,00	984.669.634,00
MARTIFER	Metalomecânica e Engenharia	Cotada	2010	1	1	1	1.126.051.346,00	340.247.995,00	785.803.351,00
Metro do Porto	Transportes e Logística		2008	1	1	2	2.061.008.120,00	-68.301.179,00	2.129.309.299,00
Metro do Porto	Transportes e Logística		2009	1	1	2	2.182.639.160,00	-154.578.767,00	2.337.217.927,00
Metro do Porto	Transportes e Logística		2010	1	1	2	2.276.858.731,00	-1.157.678.433,00	3.434.537.164,00
Mota Engil	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2008	1	1	1	3.709.651.254,00	341.317.083,00	3.368.334.171,00
Mota Engil	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2009	1	1	1	4.614.130.878,00	376.091.292,00	4.238.039.586,00
Mota Engil	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2010	1	1	1	3.456.166.184,00	480.729.899,00	2.975.436.285,00
Multi Mall Management	Atividade imobiliária		2008	1	1	2	7.728.831,00	5.078.166,00	2.650.665,00
Multi Mall Management	Atividade imobiliária		2009	1	1	2	8.569.679,00	5.554.656,00	3.015.023,00
Multi Mall Management	Atividade imobiliária		2010	1	1	2	7.907.484,00	4.712.194,00	3.195.290,00
Nestlé	Alimentar e Bebidas		2008	1	1	1	364.701.212,07	227.876.495,96	136.824.716,11
Nestlé	Alimentar e Bebidas		2009	1	1	1	299.955.075,04	121.186.425,52	178.768.649,52
Nestlé	Alimentar e Bebidas		2010	1	1	1	328.495.958,00	135.399.342,00	193.096.616,00
Parque Expo	Serviços Públicos		2008	1	1	1	310.213.000,00	-80.960.000,00	407.386.000,00
Parque Expo	Serviços Públicos		2009	1	1	1	269.426.000,00	-74.863.000,00	344.289.000,00
Parque Expo	Serviços Públicos		2010	1	1	1	261.507.000,00	-79.974.000,00	341.480.000,00

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

PORTO DE SINES	Transportes e Logística		2008	1	1	2	409.811.839,00	128.879.658,00	256.764.687,00
PORTO DE SINES	Transportes e Logística		2009	1	1	2	399.788.249,00	130.340.569,00	252.635.358,90
PORTO DE SINES	Transportes e Logística		2010	1	1	2	391.707.430,00	309.362.070,00	82.345.359,00
PORTWAY	Transportes e Logística		2008	1	1	2	21.329.769,27	7.127.175,77	14.202.593,50
PORTWAY	Transportes e Logística		2009	1	1	2	18.596.377,71	6.802.659,95	11.793.717,76
PORTWAY	Transportes e Logística		2010	1	1	2	21.448.618,25	8.828.989,84	12.619.628,41
PT	Comunicação e Media		2008	1	1	1	13.714.395.302,00	1.196.236.822,00	12.518.158.480,00
PT	Comunicação e Media		2009	1	1	1	14.931.206.331,00	2.384.769.377,00	12.546.436.954,00
PT	Comunicação e Media		2010	1	1	1	15.169.932.161,00	4.609.145.135,00	10.560.787.026,00
REFER	Transportes e Logística		2008	1	1	1	1.594.811.351,00	-1.155.238.515,00	2.750.049.866,00
REFER	Transportes e Logística		2009	1	1	1	657.044.942,00	-1.268.018.447,00	1.925.063.389,00
REFER	Transportes e Logística		2010	1	1	1	1.266.171.636,00	-1.445.955.387,00	2.712.127.023,00
REN	Setor Energético		2008	1	1	1	3.823.007.000,00	1.011.676.000,00	2.811.331.000,00
REN	Setor Energético		2009	1	1	1	4.294.113.000,00	996.599.000,00	3.297.514.000,00
REN	Setor Energético		2010	1	1	1	4.460.503.000,00	1.015.572.000,00	3.444.931.000,00
RTP	Comunicação e Media		2008	1	2	2	425.222.128,88	-696.598.951,43	1.121.821.080,31
RTP	Comunicação e Media		2009	1	1	2	500.929.772,57	-592.028.630,81	1.092.958.403,38
RTP	Comunicação e Media		2010	1	1	2	378.680.977,90	-689.566.086,67	1.068.247.064,57
SANTANDER	Banca, Seguros e Serviços		2008	1	1	1	44.084.900.000,00	2.931.519.000,00	41.153.381.000,00
SANTANDER	Banca, Seguros e Serviços		2009	1	1	1	48.590.431.000,00	3.211.573.000,00	45.378.858.000,00
SANTANDER	Banca, Seguros e Serviços		2010	1	1	1	48.181.543.000,00	3.044.065.000,00	45.137.478.000,00
SECIL	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2008	1	1	1	860.388.568,00	450.626.556,00	409.762.012,00
SECIL	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2009	1	1	1	828.114.820,00	457.191.831,00	370.922.989,00
SECIL	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2010	1	1	1	826.527.741,00	483.103.266,00	343.424.475,00
SIMTEJO SA	Serviços Públicos		2008	1	1	2	207.224.475,40	56.834.738,81	150.389.736,59
SIMTEJO SA	Serviços Públicos		2009	1	1	2	268.124.540,14	55.279.402,30	212.845.137,84
SIMTEJO SA	Serviços Públicos		2010	1	2	2	385.955.596,24	58.920.621,58	327.034.974,66

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

SOARES DA COSTA	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2008	1	1	1	1.380.360.221,00	138.826.213,00	1.380.013.504,00
SOARES DA COSTA	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2009	1	1	1	1.524.054.390,00	130.281.945,00	1.521.491.819,00
SOARES DA COSTA	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2010	1	1	1	1.667.454.933,00	139.257.134,00	1.400.210.950,00
SOMAGUE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2008	1	1	1	843.191.273,00	135.931.372,00	707.259.901,00
SOMAGUE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2009	1	1	1	921.153.338,00	140.389.331,00	780.764.007,00
SOMAGUE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção		2010	1	1	1	909.552.270,00	150.136.617,00	759.415.653,00
SONAE	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2008	1	1	1	7.306.190.411,00	1.562.543.877,00	5.743.646.534,00
SONAE	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2009	1	1	1	7.551.624.303,00	1.701.134.275,00	5.850.490.028,00
SONAE	Comércio por Grosso e a Retalho	Cotada	2010	1	1	1	7.551.813.932,00	1.861.562.138,00	5.690.251.794,00
SONAE INDUSTRIA	Indústria	Cotada	2008	1	1	1	1.918.366.492,00	400.173.005,00	1.518.193.487,00
SONAE INDUSTRIA	Indústria	Cotada	2009	1	1	1	1.602.386.081,00	354.685.667,00	1.247.700.414,00
SONAE INDUSTRIA	Indústria	Cotada	2010	1	2	1	1.485.594.812,00	298.773.367,00	1.186.821.445,00
SONAE SIERRA	Atividade imobiliária		2008	1	1	1	4.154.468.000,00	1.523.098.000,00	2.631.370.000,00
SONAE SIERRA	Atividade imobiliária		2009	1	1	1	4.005.500.000,00	1.401.765.000,00	2.603.735.000,00
SONAE SIERRA	Atividade imobiliária		2010	1	1	1	3.833.086.000,00	1.432.571.000,00	2.400.515.000,00
SONAE.COM	Comunicação e Media		2008	1	1	1	1.973.400.000,00	929.000.000,00	1.044.400.000,00
SONAE.COM	Comunicação e Media		2009	1	1	1	1.920.110.000,00	935.600.000,00	984.510.000,00
SONAE.COM	Comunicação e Media		2010	1	1	1	1.861.900.000,00	975.300.000,00	886.600.000,00
SOPORCEL	Pasta de papel e cartão	Cotada	2008	1	1	1	2.451.338.367,00	1.246.258.304,00	1.205.080.063,00
SOPORCEL	Pasta de papel e cartão	Cotada	2009	1	1	1	2.561.158.070,00	1.270.556.369,00	1.290.601.701,00
SOPORCEL	Pasta de papel e cartão	Cotada	2010	1	2	1	2.667.015.563,00	1.303.502.967,00	1.363.512.596,00
SUMOL+COMPAL	Alimentar e Bebidas	Cotada	2008	1	1	1	648.433.784,56	149.099.455,94	499.334.328,62
SUMOL+COMPAL	Alimentar e Bebidas	Cotada	2009	1	1	1	625.845.272,42	135.436.323,39	490.408.949,03
SUMOL+COMPAL	Alimentar e Bebidas	Cotada	2010	1	2	1	601.569.849,21	135.620.474,32	465.949.374,89
TAP	Transportes e Logística		2008	1	1	1	1.580.909.000,00	194.866.000,00	1.386.043.000,00
TAP	Transportes e Logística		2009	1	1	1	2.024.395.000,00	204.626.000,00	1.819.769.000,00
TAP	Transportes e Logística		2010	1	1	1	2.086.823.000,00	272.166.000,00	1.814.657.000,00

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

TEIXEIRA DUARTE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2008	1	2	1	3.178.037.000,00	338.932.000,00	3.000.937.000,00
TEIXEIRA DUARTE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2009	1	2	1	3.512.519.000,00	511.582.000,00	2.839.105.000,00
TEIXEIRA DUARTE	Construção, Engenharia e Materiais de Construção	Cotada	2010	1	1	1	2.721.252.000,00	562.006.000,00	2.159.246.000,00
TRATOLIXO	Serviços Públicos		2008	1	1	2	117.983.878,07	5.554.446,36	112.429.431,71
TRATOLIXO	Serviços Públicos		2009	1	1	2	141.877.511,23	5.892.954,76	135.984.556,47
TRATOLIXO	Serviços Públicos		2010	1	1	2	185.398.302,00	19.216.339,00	166.181.963,00
VALORSUL	Serviços Públicos		2008	1	1	2	185.802.840,12	45.377.163,24	140.425.676,88
VALORSUL	Serviços Públicos		2009	1	1	2	174.661.062,74	48.955.583,18	125.705.479,56
VALORSUL	Serviços Públicos		2010	1	1	2	251.084.435,00	197.749.552,00	53.334.883,00
Vodafone Portugal	Comunicação e Media		2008	1	1	2	1.239.159.000,00	791.172.000,00	435.406.000,00
Vodafone Portugal	Comunicação e Media		2009	1	1	2	928.200.000,00	477.403.000,00	447.987.000,00
Vodafone Portugal	Comunicação e Media		2010	1	1	2	1.513.786.000,00	1.078.380.000,00	450.797.000,00

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

(Continuação)

Nome	Total do Ativo	Amortizações	Resultado Operacional	Volume de Negócios	RLE	RAI	EBITDA cash flow operacional	IRC - Imposto s/ Rendimento	N.º Colaboradores
Águas de Portugal	5.592.865.973,00	207.095.757,00	139.550.067,00	614.752.495,00	62.975.614,00	100.906.704,00	304.000.000,00	23.657.632,00	5550
Águas de Portugal	6.006.809.939,00	222.587.453,00	141.706.148,00	659.269.006,00	45.911.366,00	82.867.939,00	280.600.000,00	23.369.786,00	5251
Águas de Portugal	7.213.396.361,00	225.048.112,00	176.562.922,00	724.479.599,00	79.459.018,00	126.016.850,00	277.100.000,00	29.282.634,00	5847
Águas de Trás os M. e Alto Douro	490.504.820,97	10.305.610,06	-3.416.144,81	14.643.162,94	-6.232.263,36	-6.205.958,39	2.239.156,64	26.304,97	195
Águas de Trás os M. e Alto Douro	516.286.504,11	12.569.750,15	-6.550.089,70	17.955.640,46	-6.612.982,04	-6.593.178,04	2.916.193,74	19.804,00	204
Águas de Trás os M. e Alto Douro	514.818.469,69	11.256.103,33	4.612.436,49	24.173.627,33	-735.805,18	-1.800.455,32	9.128.251,82	-1.064.650,14	225
Águas do Algarve	435.869.460,63	14.010.042,90	7.803.141,58	46.294.308,40	2.055.376,08	2.861.039,55	25.137.564,00	816.862,54	180
Águas do Algarve	480.922.967,03	14.525.798,57	9.279.468,62	49.424.554,64	3.558.508,33	5.181.744,02	27.354.452,00	1.633.600,47	180
Águas do Algarve	563.712.533,00	18.462.225,00	11.106.489,00	54.631.806,00	5.134.632,00	7.017.230,00	29.997.024,00	6.292.972,00	178
Águas do Douro e Paiva	274.504.919,00	16.348.771,00	173.469,00	33.099.468,00	63.109,00	181.126,00	16.436.000,00	118.000,00	143
Águas do Douro e Paiva	271.727.612,00	16.714.461,00	1.413.437,00	35.581.354,00	2.484.478,00	3.474.468,00	18.074.000,00	990.000,00	142
Águas do Douro e Paiva	285.703.869,55	16.797.200,76	5.774.096,23	35.543.666,98	2.176.370,16	3.140.015,45	16.722.000,00	964.000,00	139
ANA, Aeroportos	970.671.501,07	60.729.866,00	75.153.456,21	312.828.000,00	44.025.158,98	59.857.715,90	131.849.000,00	15.832.556,92	2.598
ANA, Aeroportos	1.105.980.451,65	64.150.123,79	87.759.830,59	318.469.000,00	54.523.989,03	75.621.417,11	148.164.000,00	21.097.428,08	2.623
ANA, Aeroportos	1.151.201.833,77	67.737.217,55	91.414.537,21	338.800.000,00	56.440.161,08	78.106.715,13	155.019.000,00	21.666.554,05	2.761
APL, Admin. do Porto de Lisboa	391.780.536,00	14.516.132,00	5.749.651,00	50.543.919,00	768.320,00	812.197,00	17.908.000,00	43.877,00	349
APL, Admin. do Porto de Lisboa	392.362.038,00	13.947.609,00	4.052.004,00	49.727.115,00	489.325,00	525.235,00	23.193.000,00	35.910,00	339
APL, Admin. do Porto de Lisboa	392.645.944,00	14.087.685,00	4.725.713,00	36.849.738,00	741.385,00	673.473,00	18.812.000,00	-67.912,00	330
Axa Portugal - Não Vida	781.931.925,85	4.788.412,00	40.467.000,00	369.389.668,71	18.007.826,44	22.688.105,88	45.255.412,00	4.680.279,44	641
Axa Portugal - Não Vida	769.902.937,35	4.293.459,00	11.628.000,00	350.147.533,10	4.158.372,14	6.479.249,70	15.921.459,00	2.320.877,56	590
Axa Portugal - Não Vida	745.212.658,92	3.992.785,00	-782.000,00	353.702.942,74	1.694.617,23	2.112.442,98	3.210.785,00	417.825,75	597
Axa Portugal - Vida	1.179.304.554,45	1.241.359,00	37.707.000,00	210.214.000,00	19.849.610,68	25.830.000,00	38.948.359,00	5.979.669,87	62
Axa Portugal - Vida	1.259.725.753,79	1.145.574,00	4.214.000,00	218.796.000,00	6.159.894,94	7.583.971,54	5.359.574,00	1.424.076,60	64
Axa Portugal - Vida	1.250.275.433,77	1.124.263,00	18.944.000,00	219.896.000,00	13.124.474,32	18.188.334,56	20.068.263,00	5.063.860,24	63

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

BA Vidros	516.870.000,00	26.383.133,00	75.640.576,00	290.894.000,00	44.341.566,00	60.546.370,00	102.302.224,00	16.204.804,00	1517
BA Vidros	555.398.228,00	29.067.941,00	88.460.788,00	331.772.000,00	49.230.441,00	66.344.234,00	117.658.554,00	17.113.793,00	1339
BA Vidros	553.080.675,00	32.383.101,00	91.421.564,00	351.611.565,00	59.104.930,00	79.869.269,00	124.230.647,00	20.764.339,00	1409
BANIF	9.560.646.000,00	10.089.000,00	239.041.000,00	294.642.000,00	15.269.000,00	28.330.000,00	80.531.000,00	-1.272.000,00	2162
BANIF	11.568.815.000,00	15.532.000,00	319.871.000,00	319.871.000,00	23.669.000,00	13.273.000,00	133.114.000,00	10.396.000,00	2656
BANIF	12.385.903.000,00	14.198.000,00	322.141.000,00	322.141.000,00	564.000,00	14.872.000,00	143.434.000,00	9.844.000,00	2669
BCP	94.423.724.000,00	112.843.000,00	331.336.000,00	2.573.960.000,00	258.011.000,00	342.009.000,00	444.179.000,00	83.998.000,00	22589
BCP	95.550.410.000,00	104.736.000,00	154.327.000,00	2.335.729.000,00	249.302.000,00	295.519.000,00	259.063.000,00	46.217.000,00	21796
BCP	100.009.739.000,00	110.231.000,00	293.334.000,00	2.810.980.000,00	360.919.000,00	357.837.000,00	403.565.000,00	-3.082.000,00	21370
BES	75.186.728.000,00	77.906.000,00	165.700.000,00	1.908.401.000,00	402.284.000,00	485.782.000,00	243.606.000,00	83.498.000,00	8943
BES	82.297.200.000,00	87.261.000,00	530.600.000,00	2.419.418.000,00	522.114.000,00	631.933.000,00	617.861.000,00	109.819.000,00	8902
BES	83.655.427.000,00	100.092.000,00	432.900.000,00	2.366.678.000,00	510.500.000,00	554.200.000,00	532.992.000,00	43.700.000,00	9858
BRISA	4.914.689.000,00	176.938.000,00	232.233.000,00	545.564.000,00	146.320.000,00	192.405.000,00	412.400.000,00	46.085.000,00	1499
BRISA	4.984.424.000,00	173.571.000,00	251.812.000,00	536.959.000,00	158.469.000,00	203.142.000,00	426.700.000,00	44.673.000,00	1462
BRISA	1.428.703.000,00	3.763.000,00	23.893.000,00	505.223.000,00	501.427.000,00	398.917.000,00	22.900.000,00	5.517.000,00	1471
CARRIS	180.971.787,91	19.008.000,00	2.220.020,77	80.266.905,27	-17.183.426,18	-17.141.988,87	21.100.000,00	41.437,31	2766
CARRIS	168.756.675,90	20.646.034,75	-13.724.532,85	89.469.966,83	-41.545.181,41	-41.501.589,50	7.500.000,00	43.591,91	2761
CARRIS	162.643.663,47	20.549.000,00	-17.723.770,19	78.309.108,62	-42.257.033,15	-42.570.958,43	2.600.000,00	-313.925,28	2771
CELBI - Altri SA	853.570.500,00	10.877.500,00	13.067.200,00	128.390.900,00	6.690.200,00	6.790.500,00	23.442.800,00	100.300,00	239
CELBI - Altri SA	921.577.200,00	20.285.100,00	327.000,00	139.848.200,00	151.462,00	91.068,00	20.600.000,00	-60.394,00	236
CELBI - Altri SA	993.418.576,00	33.056.820,00	101.428.000,00	330.296.587,00	39.925.239,00	50.250.803,00	101.400.000,00	10.325.564,00	243
Central de Cervejas	748.151.660,00	53.078.392,00		373.496.111,00	-41.141.894,00	-43.547.855,00	52.997.550,00	-2.405.961,00	1125
Central de Cervejas	790.348.315,00	18.710.982,00		322.469.401,00	10.009.344,00	4.224.725,00	18.649.285,00	-5.784.618,00	1100
Central de Cervejas	745.733.233,00	15.559.123,00		325.281.608,00	7.774.391,00	3.850.741,00	15.559.123,00	-3.923.650,00	1111
CEPSA	9.651.000.000,00	4.888.000.000,00	523.039.000,00	22.831.000.000,00	291.012.000,00	534.902.000,00	1.520.000.000,00	243.890.000,00	11815
CEPSA	10.347.232.000,00	5.461.743.000,00	574.457.000,00	16.084.000.000,00	390.805.000,00	663.261.000,00	973.080.000,00	272.456.000,00	11703
CEPSA	11.476.695.000,00	6.186.012.000,00	975.345.000,00	19.696.000.000,00	647.779.000,00	1.021.951.000,00	1.431.000.000,00	374.172.000,00	11814

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

CGD	96.650.556.818,00	111.773.025,00	1.607.242.000,00	1.636.994.722,00	484.250.872,00	367.954.412,00	1.719.015.025,00	-116.296.460,00	10943
CGD	105.808.700.323,00	119.547.824,00	789.473.000,00	1.094.844.205,00	241.069.109,00	226.446.695,00	909.020.824,00	-14.622.414,00	10931
CGD	112.902.809.805,00	111.305.809,00	809.235.000,00	925.566.137,00	47.256.051,00	78.005.742,00	920.540.809,00	30.749.691,00	10785
CIMPOR Cimentos de Port., SGPS, S.A.	4.615.255.000,00	184.573.000,00	392.642.000,00	2.088.862.000,00	233.306.000,00	258.255.000,00	586.300.000,00	24.949.000,00	8369
CIMPOR Cimentos de Port., SGPS, S.A.	4.927.362.000,00	226.256.000,00	376.901.000,00	2.085.498.000,00	245.679.000,00	313.791.000,00	605.900.000,00	68.113.000,00	8693
CIMPOR Cimentos de Port., SGPS, S.A.	5.384.880.000,00	216.387.000,00	409.127.000,00	2.239.426.000,00	251.707.000,00	348.478.000,00	629.800.000,00	96.771.000,00	8493
Companhia das Lezírias	41.905.478,50	1.471.372,64	-2.026.933,93	4.428.408,38	405.677,99	408.374,04	1.980.000,00	2.696,05	98
Companhia das Lezírias	41.674.689,46	1.334.221,37	-1.970.286,36	4.412.745,97	139.698,18	174.601,24	2.983.000,00	34.903,06	95
Companhia das Lezírias	42.512.460,00	1.128.892,00	1.746.002,00	4.294.090,00	510.355,00	733.125,00	2.874.894,00	222.770,00	97
Corticeira Amorim	574.722.000,00	20.587.000,00	25.545.000,00	468.289.000,00	6.153.000,00	12.623.000,00	46.654.000,00	5.502.000,00	3745
Corticeira Amorim	524.730.000,00	20.587.000,00	17.935.000,00	415.210.000,00	5.111.000,00	8.106.000,00	38.522.000,00	2.204.000,00	3243
Corticeira Amorim	561.766.000,00	20.687.000,00	45.139.000,00	456.790.000,00	20.535.000,00	36.215.000,00	66.006.000,00	14.461.000,00	3247
CP Comboios de Portugal	1.354.746.054,00	74.199.160,00	-99.747.010,00	290.267.044,00	-190.385.876,00	-190.047.765,00	-25.547.850,00	338.111,00	4217
CP Comboios de Portugal	1.577.308.296,00	77.159.142,00	-107.666.640,00	263.564.269,00	-217.333.715,00	-217.002.131,00	-30.507.498,00	331.584,00	3308
CP Comboios de Portugal	1.219.732.181,00	87.299.587,00	-47.523.158,00	238.502.999,00	-195.197.037,00	-194.928.769,00	39.776.429,00	268.268,00	3241
EDIFER	523.949.524,00	10.426.666,00	16.175.493,00	470.003.919,00	6.730.814,00	6.267.138,00	26.602.159,00	-463.676,00	2196
EDIFER	611.674.763,00	13.612.494,00	26.757.547,00	470.627.580,00	14.443.289,00	16.082.765,00	40.370.041,00	1.639.476,00	2868
EDIFER	712.451.063,00	12.916.392,00	26.780.474,00	404.031.657,00	11.522.092,00	12.546.045,00	39.696.867,00	1.023.953,00	2519
EDP	35.744.969.000,00	1.192.871.000,00	1.929.994.000,00	13.894.063.000,00	1.211.672.000,00	1.503.711.000,00	3.154.936.000,00	292.039.000,00	12245
EDP	40.261.557.000,00	1.318.696.000,00	1.969.567.000,00	12.198.183.000,00	1.167.947.000,00	1.567.712.000,00	3.362.948.000,00	399.765.000,00	12245
EDP	40.488.853.000,00	1.446.723.000,00	2.062.509.000,00	14.170.742.000,00	1.234.601.000,00	1.661.833.000,00	3.612.810.000,00	427.232.000,00	12096
EFACEC	680.342.828,00	8.411.854,00	19.858.684,00	642.034.153,00	7.981.468,00	5.613.308,00	30.900.000,00	-2.368.160,00	3361
EFACEC	823.761.178,00	9.601.883,00	40.457.405,00	808.877.305,00	27.360.573,00	32.979.172,00	60.300.000,00	5.618.599,00	3867
EFACEC	994.872.784,00	16.553.400,00	58.094.590,00	1.034.080.148,00	29.824.682,00	35.515.173,00	83.500.000,00	5.690.491,00	4207
ENSULMECI	119.718.480,99	1.938.422,00	2.450.143,68	167.863.975,85	220.751,17	871.445,57	4.400.000,00	650.694,40	1011
ENSULMECI	117.532.546,85	1.802.122,57	4.806.701,01	135.788.186,10	700.974,89	1.514.103,35	4.296.000,00	813.128,46	974
ENSULMECI	115.714.000,00	1.143.000,00	2.059.000,00	113.357.000,00	20.000,00	137.000,00	3.202.000,00	117.000,00	940

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

EPAL	714.323.829,00	32.468.090,00	44.981.000,00	143.526.457,00	26.675.351,00	36.839.034,00	74.233.000,00	10.163.683,00	788
EPAL	738.658.822,00	31.181.005,00	42.010.000,00	149.068.299,00	27.117.236,00	37.744.293,00	73.250.653,00	10.627.057,00	768
EPAL	916.852.188,80	23.534.083,78	63.416.647,94	147.454.718,70	45.887.091,77	60.529.303,13	86.950.731,72	14.642.211,36	746
Estradas de Portugal SA	15.231.070.000,00	395.176.000,00	44.595.000,00	577.577.000,00	53.267.000,00	70.786.000,00	461.331.000,00	-17.519.000,00	1562
Estradas de Portugal SA	16.157.426.000,00	386.825.000,00	72.418.000,00	570.442.000,00	74.481.000,00	100.423.000,00	459.399.000,00	-25.942.000,00	1171
Estradas de Portugal SA	15.750.996.000,00	178.711.000,00	248.508.000,00	1.296.010.000,00	102.506.000,00	143.632.000,00	390.010.000,00	41.126.000,00	1189
FERTAGUS	27.559.411,76	477.266,50	5.627.506,77	25.386.455,39	5.439.658,73	7.408.078,74	-800.000,00	1.968.420,01	185
FERTAGUS	20.601.541,36	566.481,38	6.526.216,77	25.525.992,96	4.886.961,34	6.643.247,09	7.092.698,15	1.756.285,75	190
FERTAGUS	17.056.706,66	0,00	5.769.479,34	26.908.543,67	4.099.231,49	5.714.601,58	6.400.000,00	1.615.370,09	190
Galp	6.623.000.000,00	239.670.000,00	167.325.000,00	15.086.000.000,00	116.971.000,00	154.711.000,00	449.000.000,00	-32.899.000,00	7817
Galp	7.242.446.000,00	296.686.000,00	458.776.000,00	12.008.000.000,00	347.272.000,00	451.393.000,00	819.000.000,00	-98.597.000,00	7493
Galp	9.162.128.000,00	331.204.000,00	638.663.000,00	14.064.000.000,00	441.375.000,00	614.235.000,00	1.053.000.000,00	-166.437.000,00	7311
GESTAMP AVEIRO	128.837.544,00	3.168.679,00		61.743.806,00	7.576.184,00	8.192.320,00	3.154.964,00	616.137,00	367
GESTAMP AVEIRO	143.249.563,00	2.898.044,00		54.584.906,00	-7.714.078,00	-8.544.583,00	2.539.120,00	-830.505,00	362
GESTAMP AVEIRO	180.033.039,00	2.789.545,00		69.046.713,00	15.655.449,00	17.939.449,00	2.731.510,00	2.284.000,00	398
GRUPO CTT	1.303.990.333,00	30.316.445,00	76.766.595,00	844.720.529,00	58.152.857,00	83.457.583,00	118.471.000,00	25.080.163,00	15360
GRUPO CTT	1.131.589.223,00	29.455.191,00	66.006.214,00	806.035.263,00	50.613.456,00	72.798.661,00	104.737.000,00	21.873.618,00	14752
GRUPO CTT	1.100.826.496,00	24.221.778,00	53.177.143,00	779.865.993,00	56.304.948,00	62.381.594,00	90.880.000,00	5.801.264,00	14414
Grupo REPSOL	22.673.000.000,00	63.000.000,00	1.551.000.000,00	3.264.000.000,00	1.671.000.000,00	1.378.000.000,00	1.614.000.000,00	-293.000.000,00	36.302
Grupo REPSOL	22.897.000.000,00	65.000.000,00	2.231.000.000,00	2.598.000.000,00	1.973.000.000,00	2.110.000.000,00	2.296.000.000,00	137.000.000,00	33.633
Grupo REPSOL	22.655.000.000,00	70.000.000,00	2.400.000.000,00	2.223.000.000,00	1.677.000.000,00	1.820.000.000,00	2.470.000.000,00	143.000.000,00	36.323
IBERSOL	212.480.977,00	11.254.938,00	23.625.938,00	214.556.245,00	14.213.818,00	19.468.039,00	34.880.876,00	5.254.221,00	6238
IBERSOL	222.148.335,00	11.608.744,00	22.252.807,00	207.341.694,00	15.061.490,00	20.381.790,00	33.861.551,00	5.320.300,00	6111
IBERSOL	232.217.605,00	11.025.848,00	21.289.948,00	212.545.709,00	15.000.053,00	19.807.123,00	32.315.796,00	4.807.070,00	6028
Jerónimo Martins	3.726.565.000,00	157.583.000,00	315.391.000,00	6.893.737.000,00	175.980.000,00	222.111.000,00	472.974.000,00	46.131.000,00	53375
Jerónimo Martins	3.824.427.000,00	168.312.000,00	349.841.000,00	7.317.108.000,00	223.267.000,00	278.891.000,00	528.048.000,00	55.624.000,00	53797
Jerónimo Martins	4.159.022.000,00	190.775.000,00	451.841.000,00	8.691.115.000,00	299.772.000,00	378.828.000,00	652.584.000,00	79.056.000,00	61061

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

LeiriSport	73.206.668,97	1.444.252,18	-254.873,56	4.248.863,15	-1.320.179,96	-1.318.663,26	1.223.247,40	1.516,70	93
LeiriSport	71.863.455,28	1.469.891,13	149.759,85	4.865.494,87	-1.164.744,64	-1.163.489,27	1.619.650,98	1.255,37	101
LeiriSport	70.523.796,60	1.440.821,77	-178.227,19	4.593.325,83	-1.397.601,45	-1.396.265,53	1.262.594,58	1.335,92	103
LIPOR	271.252.379,48	6.204.592,05	5.467.446,93	34.786.557,76	440.593,66	440.593,66	5.638.913,94	N/A	238
LIPOR	270.194.146,71	7.155.387,67	4.701.747,34	36.201.254,77	1.236.747,21	1.236.747,21	5.700.107,69	N/A	233
LIPOR	255.618.984,63	6.778.211,72	6.039.404,30	35.735.581,08	46.512,33	46.512,33	6.541.248,30	N/A	223
Luís Simões	135.668.443,00	10.739.227,00	-841.866,00	172.601.142,00	-662.863,00	-1.994.925,00	10.731.000,00	-1.332.062,00	1731
Luís Simões	170.317.636,00	12.597.074,00	4.570.164,00	176.337.680,38	1.471.249,00	990.494,00	19.189.000,00	-480.755,77	1806
Luís Simões	171.067.386,33	12.934.081,10	6.479.992,79	198.939.645,31	4.668.106,19	5.134.946,08	20.122.000,00	466.839,89	1778
MARTIFER	1.352.629.172,00	16.493.588,00	39.636.612,00	536.335.444,00	7.439.955,00	10.199.075,00	61.694.640,00	2.759.120,00	2853
MARTIFER	1.422.697.663,00	23.936.632,00	-9.164.137,00	512.705.658,00	107.705.244,00	115.628.245,00	66.761.254,00	7.923.001,00	3908
MARTIFER	1.126.051.346,00	26.068.965,00	-20.967.502,00	587.225.838,00	-54.894.057,00	-44.378.527,00	58.965.985,00	10.515.530,00	3841
Metro do Porto	2.061.008.120,00	51.888.286,00	-83.016.138,00	33.987.943,00	-148.619.199,00	-148.590.252,00	-42.265.514,00	28.947,00	122
Metro do Porto	2.182.639.160,00	53.685.326,00	-87.621.567,00	34.472.798,00	-138.410.599,00	-138.363.370,00	-187.316.535,00	47.229,00	122
Metro do Porto	2.276.858.731,00	52.648.549,00	-243.965.367,00	159.115.229,00	-351.790.108,00	-351.726.944,00	-191.316.818,00	63.164,00	120
Mota Engil	3.709.651.254,00	103.570.894,00	192.740.342,00	1.868.731.191,00	39.769.683,00	70.270.346,00	311.336.139,00	30.500.663,00	17767
Mota Engil	4.614.130.878,00	125.785.864,00	172.358.215,00	2.131.244.582,00	79.912.161,00	107.471.650,00	304.354.691,00	27.559.489,00	19301
Mota Engil	3.456.166.184,00	86.379.789,00	131.746.011,00	2.004.550.902,00	69.356.688,00	88.324.605,00	237.293.889,00	18.967.917,00	19320
Multi Mall Management	7.728.831,00	44.656,00	4.762.826,00	8.281.348,00	4.170.932,00	5.461.745,00	4.807.482,00	1.290.812,00	108
Multi Mall Management	8.569.679,00	149.747,00	5.695.797,00	9.176.907,00	4.343.081,00	5.724.477,00	5.845.544,00	1.381.395,00	104
Multi Mall Management	7.907.484,00	149.875,00	3.986.284,00	7.322.660,00	3.103.899,00	4.083.748,00	4.136.159,00	979.849,00	92
Nestlé	364.701.212,07	19.016.386,04	42.494.178,14	532.250.659,40	27.106.627,33	37.617.401,16	61.510.564,18	10.510.773,83	1656
Nestlé	299.955.075,04	23.197.379,94	33.722.021,20	545.827.509,19	19.004.417,64	26.006.551,96	56.919.401,14	7.002.134,32	1715
Nestlé	328.495.958,00	13.829.272,00	34.997.230,00	458.317.851,00	24.637.931,00	34.352.852,00	48.826.502,00	9.714.921,00	1749
Parque Expo	310.213.000,00	-865.000,00	4.678.000,00	10.796.000,00	14.852.000,00	-14.746.000,00	6.614.000,00	106.000,00	289
Parque Expo	269.426.000,00	7.763.000,00	-6.631.000,00	18.534.000,00	14.582.000,00	-14.468.000,00	3.346.000,00	114.000,00	302
Parque Expo	261.507.000,00	298.000,00	229.000,00	2.493.000,00	6.225.000,00	-6.135.000,00	2.157.000,00	90.000,00	315

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

PORTO DE SINES	409.811.839,00	37.340.778,99	1.573.692,67	34.270.089,00	10.687.845,89	11.117.663,29	13.726.587,00	429.817,40	217			
PORTO DE SINES	399.788.249,00	31.457.577,10	-	139.935,45	30.449.305,00	5.874.074,13	7.728.621,17	13.150.809,00	1.854.547,04	210		
PORTO DE SINES	391.707.430,00	12.845.522,00	5.974.527,00	30.809.262,00	8.571.700,00	6.284.027,00	13.296.056,00	253.286,00	211			
PORTWAY	21.329.769,27	1.471.328,30	-	1.097.332,30	44.914.559,00	-	1.167.886,00	1.139.940,00	1.216.826,00	27.946,00	992	
PORTWAY	18.596.377,71	1.852.251,18	-	249.238,85	44.462.943,00	-	324.515,81	-	296.953,97	2.232.041,00	27.561,84	1047
PORTWAY	21.448.618,25	1.688.912,22	2.065.643,29	36.308.161,78	2.026.329,89	2.060.753,10	3.941.920,00	34.423,21	1675			
PT	13.714.395.302,00	1.268.342.092,00	1.167.200.000,00	6.720.886.860,00	695.821.754,00	927.201.516,00	2.480.300.000,00	231.379.762,00	31970			
PT	14.931.206.331,00	1.437.928.144,00	974.700.000,00	6.784.680.610,00	786.509.095,00	1.019.718.248,00	2.502.300.000,00	233.209.153,00	37021			
PT	15.169.932.161,00	758.567.813,00	694.900.000,00	3.742.253.838,00	5.820.066.802,00	332.166.117,00	1.491.700.000,00	77.525.848,00	33524			
REFER	1.594.811.351,00	3.448.426,00	-94.526.738,00	71.628.679,00	-181.483.967,00	-181.248.575,00	-124.691.184,00	235.392,00	3518			
REFER	657.044.942,00	3.290.831,00	-102.099.781,00	71.540.838,00	-112.779.931,00	-112.606.117,00	-134.958.258,00	173.814,00	3497			
REFER	1.266.171.636,00	3.423.715,00	-108.707.755,00	73.413.666,00	-146.502.588,00	-146.213.435,00	-141.134.593,00	289.154,00	3445			
REN	3.823.007.000,00	129.721.000,00	236.955.000,00	494.431.000,00	127.427.000,00	171.980.000,00	366.700.000,00	44.552.000,00	795			
REN	4.294.113.000,00	159.758.000,00	249.454.000,00	551.478.000,00	134.047.000,00	184.926.000,00	409.200.000,00	50.878.000,00	743			
REN	4.460.503.000,00	172.633.000,00	250.519.000,00	758.727.000,00	110.266.000,00	166.619.000,00	384.100.000,00	56.353.000,00	728			
RTP	425.222.128,88	15.475.134,06	8.820.867,90	179.269.319,24	-46.880.029,61	-46.471.667,03	26.586.825,25	408.362,58	2480			
RTP	500.929.772,57	13.629.490,56	12.969.345,37	187.058.454,83	-13.829.679,38	-13.437.627,11	28.982.877,67	392.052,27	2277			
RTP	378.680.977,90	0,00	22.564.726,94	185.313.645,45	15.075.324,88	15.474.770,52	36.755.103,89	399.445,64	2224			
SANTANDER	44.084.900.000,00	66.874.000,00		1.208.708.000,00	517.725.000,00	634.554.000,00	66.874.000,00	116.222.000,00	6202			
SANTANDER	48.590.431.000,00	68.994.000,00		1.297.239.000,00	523.263.000,00	635.948.000,00	68.994.000,00	105.376.000,00	5958			
SANTANDER	48.181.543.000,00	66.959.000,00		1.243.657.000,00	434.627.000,00	543.074.000,00	66.959.000,00	103.738.000,00	5916			
SECIL	860.388.568,00	86.793.449,00	99.444.631,00	599.990.857,00	70.332.044,00	91.122.303,00	157.347.694,00	20.790.259,00	2674			
SECIL	828.114.820,00	53.283.507,00	101.008.511,00	573.587.785,00	82.773.041,00	95.669.241,00	152.745.539,00	12.896.200,00	2676			
SECIL	826.527.741,00	81.928.916,00	77.944.576,00	535.818.904,00	56.493.668,00	73.046.857,00	128.223.847,00	16.553.189,00	2630			
SIMTEJO SA	207.224.475,40	9.074.917,84	8.901.042,01	34.643.469,34	6.644.038,08	9.086.985,51	23.640.788,00	2.442.947,43	196			
SIMTEJO SA	268.124.540,14	12.329.051,81	10.307.865,33	41.217.510,05	7.252.938,81	9.918.846,83	19.148.839,00	2.665.908,02	207			
SIMTEJO SA	385.955.596,24	15.251.566,34	8.032.377,05	42.590.843,44	5.738.571,15	8.001.932,31	41.403.341,00	8.825.814,33	215			

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

SOARES DA COSTA	1.380.360.221,00	32.561.379,00	51.171.687,00	834.751.131,00	8.188.751,00	9.376.078,00	86.400.000,00	1.187.328,00	5426
SOARES DA COSTA	1.524.054.390,00	37.558.338,00	49.334.984,00	936.262.560,00	11.631.469,00	15.505.400,00	89.600.000,00	3.873.932,00	5699
SOARES DA COSTA	1.667.454.933,00	34.548.579,00	49.893.346,00	893.528.161,00	15.971.467,00	16.294.991,00	88.213.000,00	323.524,00	5875
SOMAGUE	843.191.273,00	13.037.863,00	11.045.440,00	761.298.213,00	-9.124.220,00	-4.419.294,00	39.684.657,00	4.704.926,00	3520
SOMAGUE	921.153.338,00	13.283.252,00	17.418.768,00	796.955.681,00	7.616.965,00	12.655.454,00	35.002.450,00	5.038.489,00	3395
SOMAGUE	909.552.270,00	11.967.055,00	26.212.057,00	799.331.350,00	9.997.897,00	17.253.585,00	56.434.507,00	7.255.688,00	3029
SONAE	7.306.190.411,00	273.819.162,00	331.993.378,00	5.353.103.945,00	39.078.272,00	26.431.832,00	620.262.159,00	-12.646.440,00	37437
SONAE	7.551.624.303,00	294.133.483,00	349.661.571,00	5.665.177.074,00	73.620.230,00	85.457.092,00	667.170.596,00	11.836.862,00	39372
SONAE	7.551.813.932,00	297.083.607,00	409.948.524,00	5.914.135.459,00	199.466.593,00	298.021.416,00	728.951.937,00	98.554.823,00	43268
SONAE INDUSTRIA	1.918.366.492,00	86.618.544,00	-23.154.113,00	1.769.053.191,00	-103.876.758,00	-100.941.991,00	139.000.000,00	2.934.767,00	6726
SONAE INDUSTRIA	1.602.386.081,00	121.312.007,00	-1.889.179,00	1.439.592.264,00	-59.650.016,00	-55.957.873,00	104.000.000,00	3.692.143,00	5369
SONAE INDUSTRIA	1.485.594.812,00	96.349.205,00	-25.899.526,00	1.292.556.780,00	-75.418.326,00	-73.003.400,00	53.000.000,00	2.414.926,00	4789
SONAE SIERRA	4.154.468.000,00	2.369.000,00	-131.251.000,00	364.776.000,00	-198.185.000,00	-204.360.000,00	105.900.000,00	-6.175.000,00	1141
SONAE SIERRA	4.005.500.000,00	2.347.000,00	-134.113.000,00	365.829.000,00	-159.908.000,00	-199.521.000,00	108.800.000,00	-39.613.000,00	1147
SONAE SIERRA	3.833.086.000,00	2.359.000,00	-166.966.000,00	384.857.000,00	33.987.000,00	108.732.000,00	123.400.000,00	74.745.000,00	1106
SONAE.COM	1.973.400.000,00	157.575.667,00	2.809.803,00	976.219.970,00	5.224.883,00	25.406.683,00	160.400.000,00	20.181.800,00	1968
SONAE.COM	1.920.110.000,00	151.774.270,00	23.894.513,00	949.400.327,00	6.077.119,00	11.201.295,00	175.700.000,00	5.124.176,00	2013
SONAE.COM	1.861.900.000,00	129.542.660,00	64.468.880,00	920.718.988,00	41.348.207,00	58.097.553,00	194.000.000,00	16.749.346,00	2057
SOPORCEL	2.451.338.367,00	77.047.683,00	181.131.337,00	1.131.936.059,00	131.074.223,00	161.495.947,00	271.700.000,00	30.422.793,00	2297
SOPORCEL	2.561.158.070,00	111.544.032,00	132.079.847,00	1.095.309.074,00	105.079.560,00	124.534.367,00	222.200.000,00	19.461.901,00	2288
SOPORCEL	2.667.015.563,00	121.184.784,00	277.816.730,00	1.385.455.688,00	210.588.080,00	257.737.313,00	400.200.000,00	47.157.088,00	2331
SUMOL+COMPAL	648.433.784,56	20.025.337,05	6.672.396,52	345.093.143,08	-14.040.227,69	-17.975.830,20	26.700.000,00	-3.935.602,51	1594
SUMOL+COMPAL	625.845.272,42	18.903.780,55	17.523.889,99	336.848.932,66	-5.877.757,78	-6.589.567,60	36.400.000,00	-711.809,82	1416
SUMOL+COMPAL	601.569.849,21	18.174.171,51	31.953.539,68	354.573.251,12	8.352.650,98	12.066.714,33	50.100.000,00	3.714.063,35	1390
TAP	1.580.909.000,00	149.237.000,00	-156.100.000,00	2.363.163.000,00	-285.920.000,00	-280.579.000,00	-51.757.000,00	5.341.000,00	13827
TAP	2.024.395.000,00	173.580.000,00	47.684.000,00	2.075.010.000,00	1.000,00	7.288.000,00	221.264.000,00	7.287.000,00	13397
TAP	2.086.823.000,00	138.622.000,00	193.152.000,00	2.315.521.000,00	-52.915.000,00	-44.418.000,00	327.200.000,00	8.497.000,00	13113

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

TEIXEIRA DUARTE	3.178.037.000,00	54.930.000,00	131.094.000,00	1.291.073.000,00	-412.977.000,00	-464.345.000,00	186.024.000,00	-51.368.000,00	13157
TEIXEIRA DUARTE	3.512.519.000,00	55.304.000,00	153.841.000,00	1.282.493.000,00	114.974.000,00	151.661.000,00	209.145.000,00	36.697.000,00	13530
TEIXEIRA DUARTE	2.721.252.000,00	59.025.000,00	83.878.000,00	1.379.628.000,00	39.378.000,00	66.198.000,00	142.903.000,00	26.820.000,00	13036
TRATOLIXO	117.983.878,07	2.144.429,50	5.135.678,74	25.723.449,00	897.668,00	1.174.209,30	7.302.902,00	276.541,30	185
TRATOLIXO	141.877.511,23	2.169.482,57	2.328.269,56	24.061.785,00	338.508,00	443.559,00	4.581.125,00	105.051,00	186
TRATOLIXO	185.398.302,00	2.631.105,00	8.077.975,00	66.650.402,00	429.043,00	739.076,00	10.709.295,00	310.033,00	206
VALORSUL	185.802.840,12	14.905.434,86	2.234.655,00	50.460.605,00	3.865.771,74	5.311.307,67	22.262.776,00	1.445.535,93	238
VALORSUL	174.661.062,74	15.991.611,30	3.842.494,00	53.300.173,00	5.468.847,93	7.489.684,05	25.310.785,00	2.020.836,12	254
VALORSUL	251.084.435,00	11.196.698,00	10.078.072,00	60.141.259,00	6.027.785,00	8.716.892,00	21.274.770,00	2.689.107,00	391
Vodafone Portugal	1.513.786.000,00	192.344.000,00	353.931.000,00	1.472.745.000,00	275.239.000,00	373.130.000,00	546.300.000,00	97.891.000,00	1641
Vodafone Portugal	1.129.159.000,00	194.982.000,00	350.649.000,00	1.400.338.000,00	253.792.000,00	345.427.000,00	545.600.000,00	91.635.000,00	1570
Vodafone Portugal	928.200.000,00	194.486.000,00	302.005.000,00	1.315.049.000,00	214.213.000,00	301.532.000,00	492.000.000,00	87.319.000,00	1536

Elaboração Própria

Anexo 4 - Questionário

Verificação aos relatórios de sustentabilidade

O presente inquérito realiza-se no âmbito da dissertação de mestrado em Controlo de Gestão da estudante Sónia Ferreira.

Existem 21 perguntas neste inquérito

Identificação

1 Qual a sua idade? *

Por favor, seleccione *apenas uma* das seguintes opções:

- Até 30 anos
- Entre os 31e os 40 anos
- Entre os 41e os 50 anos
- Entre os 51e os 60 anos
- Entre os 61e os 70 anos
- Superior a 71 anos

2 Qual o seu sexo? *

Por favor, seleccione *apenas uma* das seguintes opções:

- Feminino
- Masculino

3 Quais as suas habilitações literárias? *

Por favor, seleccione *apenas uma* das seguintes opções:

- Bacharelato
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutoramento
- Pós-Doutoramento
- Outra

4 Qual a sua formação académica? *

Por favor, seleccione *apenas uma* das seguintes opções:

Contabilidade

Gestão

Auditoria

Direito

Economia

Outro

5 Há quantos anos é Revisor Oficial de Contas? *

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

6 Atualmente exerce a profissão de ROC? *

Por favor, seleccione *apenas uma* das seguintes opções:

Sim

Não

7 Desenvolve a sua atividade profissional numa: *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Sim' na pergunta '6 [10600]' (Atualmente exerce a profissão de ROC?)

Por favor, seleccione *apenas uma* das seguintes opções:

Sociedade com âmbito internacional

Sociedade com âmbito nacional

Sociedade unipessoal

A título individual

8 Das seguintes afirmações indique qual o seu nível de concordância, sobre o que entende por Relatório de Sustentabilidade. *

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Não concordo	Concordo pouco	Concordo Moderadamente	Concordo muito	Concordo plenamente
Modelo de divulgação assente no pilar social, económico e ambiental.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instrumento que visa dar maior transparência às atividades empresariais e ampliar o diálogo da organização com a sociedade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registar as realizações efetuadas e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conjunto de informações, utilizado para reportar resultados parciais ou totais de uma determinada atividade, projeto, ação, pesquisa, ou outro evento, finalizado ou ainda em curso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9

Dos 12 itens seguintes, indique o nível de importância da sua divulgação num Relatório de Sustentabilidade. *

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Sem importância	Pouca importância	Importância moderada	Importante	Muita importância
Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades da empresa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estrutura operacional da empresa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prémios recebidos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Processo para definição do conteúdo do relatório.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Missão, valores, códigos de conduta e princípios.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social, que a organização subscreve ou defende.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Processo de identificação e selecção das partes interessadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Identificação e descrição de impactos económicos indirectos significativos, incluindo a extensão dos mesmos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Montantes envolvidos no pagamento de coimas e o número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Sem importância	Pouca importância	Importância moderada	Importante	Muita importância
Benefícios oferecidos a colaboradores a tempo inteiro que não são oferecidos a colaboradores temporários ou tempo parcial, discriminados pelas principais operações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e medidas para o seu impedimento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Percentagem de colaboradores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Relatório de sustentabilidade: Elaboração

10 O(s) responsável(is) pela elaboração de um Relatório de Sustentabilidade deve(m) ser: *

Por favor, seleccione *no máximo* 2 respostas:

- Gerência / Administração
- Departamento Financeiro/ Técnicos de Contas
- Departamento de Ambiente
- Departamento Jurídico
- Departamento de Sustentabilidade
- Equipa Multidisciplinar
- Entidades externas
- Outro:

11 A elaboração e publicação de um Relatório de Sustentabilidade deveria ser obrigatório em todas as empresas ? *

Por favor, seleccione *apenas uma* das seguintes opções:

- Sim
 Não

12 Quais as empresa em que deveria ser obrigatório? *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Não' na pergunta '11 [30200]' (A elaboração e publicação de um Relatório de Sustentabilidade deveria ser obrigatório em todas as empresas ?)

Por favor, seleccione *todas* as que se aplicam:

- Empresas Cotadas.
 Sociedades Anónimas.
 Sociedades por Quotas.
 Nenhuma.
 Outro:

Relatório de Sustentabilidade: Auditoria

13 Indique qual o seu nível de concordância das seguintes afirmações. *

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Não concordo	Concordo pouco	Concordo Moderadamente	Concordo muito	Concordo plenamente
A Ordem de Revisores Oficiais de Contas tem tido um papel activo nesta matéria.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A verificação aos Relatórios de Sustentabilidade é importante.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A verificação aos Relatórios de Sustentabilidade deve ser efectuada por um ROC e não por outras entidades ou organismos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

	Não concordo	Concordo pouco	Concordo Moderadamente	Concordo muito	Concordo plenamente
Têm sido suficientes as formações que abordam a temática da verificação aos Relatórios de Sustentabilidade, destinadas aos Revisores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Este é um tema suficientemente desenvolvido em Portugal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Este tema merecia um maior aprofundamento nos currículos do ensino superior.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deveria existir um modelo standard de parecer para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade .	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Seria útil a existência de mais normativos nesta área.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Já li vários documentos sobre o tema.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A maioria dos meus clientes questiona-me sobre esta temática.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14 Na sua opinião o que deveria melhorar nesta área?

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

- Mais formação sobre esta temática
- Obrigatoriedade de Relato
- Incentivos para a divulgação e publicação de Relatórios de Sustentabilidade
- Outro:

15

Quantos dos seus clientes publicam (ou já publicaram) relatório de sustentabilidade? *

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

16 Já elaborou um parecer sobre um Relatório de sustentabilidade? *

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Sim
- Não

17 *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Sim' na pergunta '16 [40301]' (Já elaborou um parecer sobre um Relatório de sustentabilidade?)

Em que ano efectuou a primeira verificação a um relatório de Sustentabilidade?

Este trabalho representa que % do seu volume de negócios anual?

Que % de clientes lhe solicita este tipo de serviço?

Que % de clientes mostra interesse neste tema?

18 Qual(is) a(s) Norma(s) que utiliza para a verificação dos Relatórios de Sustentabilidade? *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Sim' na pergunta '16 [40301]' (Já elaborou um parecer sobre um Relatório de sustentabilidade?)

Por favor, seleccione *todas* as que se aplicam:

- Global Reporting Initiative (GRI)
- AA1000 AccountAbility Framework Standard (AA1000AS)
- ISAE3000
- ISO 14001
- OHSAS18000
- SA 8000
- ISO 9000
- Outro:

19 Atribua o grau de importância (1 pouco importante - 5 muito importante) aos procedimentos adotados para a verificação de um Relatório de Sustentabilidade. *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

° Resposta era 'Sim' na pergunta '16 [40301]' (Já elaborou um parecer sobre um Relatório de sustentabilidade?)

Por favor, seleccione uma resposta apropriada para cada item:

	Sem Importância	Pouca importância	Importância Moderada	Importante	Muita importância
Verificação dos procedimentos ou da implementação de sistemas de controlo de gestão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Verificação dos dados, gráficos e declarações que acompanham o relatório, através de entrevistas a gestores responsáveis pela informação relatada e análise de evidências.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade das empresas em Portugal –
Uma visão sobre o estado da arte e a perceção dos Revisores Oficiais de Contas.

	Sem Importância	Pouca importância	Importância Moderada	Importante	Muita importância
Avaliação dos processos de gestão conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação da eficácia dos processos de recolha, agregação, tratamento, validação e declaração da informação relatada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Verificação da aplicação dos princípios das normas na informação relatada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comparação da informação financeira relatada com a informação que consta dos relatórios financeiros da organização.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Verificação dos indicadores apresentados de acordo com as normas e da informação utilizada na sua elaboração.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20 Teça algum comentário que entenda importante sobre esta temática.

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

21 Se este é um tema que lhe interessa e gostaria de ter acesso aos resultados deste estudo deixe-nos o seu email.

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

Elaboração Própria